



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**CAROLINE DE OLIVEIRA BUENO**

**CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL  
NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DO AUXÍLIO  
MORADIA EM GARANTIR A PERMANÊNCIA NO IFCE SOBRAL**

**FORTALEZA**  
**2020**

**CAROLINE DE OLIVEIRA BUENO**

**CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL  
NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DO AUXÍLIO  
MORADIA EM GARANTIR A PERMANÊNCIA NO IFCE SOBRAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de Concentração: Políticas Públicas e Mudanças Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Suely Salgueiro Chacon

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

B941c Bueno, Caroline de  
Oliveira.

Contribuições do programa nacional de assistência estudantil na educação superior :  
uma avaliação da capacidade do auxílio moradia em garantir a permanência no IFCE  
Sobral. / Caroline de Oliveira Bueno. – 2020.  
118 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências  
Agrárias, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2020.  
Orientação: Profa. Dra. Suely Salgueiro Chacon.  
Coorientação: Prof. Dr. Gil Célio de Castro  
Cardoso.

1. Educação. 2. PNAES. 3. Assistência estudantil. 4. Avaliação de políticas  
públicas. 5. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. I. Título.

CDD 320.6

---

**CAROLINE DE OLIVEIRA BUENO**

**CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL  
NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DO AUXÍLIO  
MORADIA EM GARANTIR A PERMANÊNCIA NO IFCE SOBRAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Políticas Públicas e Mudanças Sociais.

Aprovado em: 15/04/2020

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Suely Salgueiro Chacon (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Gil Célio de Castro Cardoso (Coorientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Verônica Salgueiro do Nascimento  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Victória Régia Arrais de Paiva  
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Dedico esta dissertação aos profissionais e alunos que diariamente vivenciam o cotidiano da educação pública. Pessoas que ousam desafiar e resistir mesmo em tempos de barbárie.

## AGRADECIMENTOS

Ter a oportunidade de cursar o mestrado foi a realização de um sonho: tanto pessoal como profissional. Há muitos anos desejava, mas o momento certo surgiu com minha aprovação no MAPP-UFC. Foi uma caminhada repleta de desafios; as viagens, a adaptação a uma rotina nova de estudante, tendo que dividir o tempo com as atividades no trabalho, o cansaço, mudanças na vida pessoal. Usando as palavras do escritor Guimarães Rosa: “O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”. E foi assim que seguimos nessa trajetória do mestrado, inundada de coragem. Digo seguimos porque a conclusão deste trabalho só foi possível porque muita gente esteve ao meu lado e preciso agradecer.

A Deus, que se faz presente em minha vida de diferentes formas.

À minha mãe, Airlles, que sempre acreditou na educação como ferramenta de transformação. Obrigada pelo incentivo, apoio, acreditar em mim em todos os momentos. Obrigada por passar para mim a estranha mania de ter fé na vida.

Ao meu esposo, Henrique, que esteve ao meu lado sempre, seja nas viagens, seja me indicando autores, leituras, corrigindo meu texto. Obrigada pelo amor e cuidado.

À professora Suely Chacon, que, além de orientar este trabalho com todo cuidado e dedicação, sempre me passou muita tranquilidade, carinho e uma compreensão que foram fundamentais para que esse percurso fosse leve.

Aos gestores do IFCE campus de Sobral, professores Eliano e professor Wilton, a quem agradeço por todo o apoio, pelas liberações, por entender os momentos de dedicação aos estudos.

Aos colegas e amigos que estiveram comigo ao longo do mestrado, aqueles que acompanharam de perto ou longe, mas que de alguma forma me incentivaram e colaboraram com este estudo.

À turma do MAPP Acaraú, pelo conhecimento compartilhado em sala de aula e momentos de lazer durante nossa estadia em Acaraú.

Agradeço ao professor Gil e as professoras Victória e Verônica, que prontamente aceitaram participar da banca e, com certeza, enriquecerão o trabalho com suas pontuações.

Por fim, agradeço aos alunos do IFCE, principalmente os que aceitaram ser sujeitos da minha pesquisa, por nos deixarem conhecer e entender mais suas realidades.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” (Paulo Freire).



## RESUMO

A política pública avaliada nesse trabalho é fruto do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, também conhecida como Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). A PNAES é aqui analisada no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), no seu campus localizado na cidade de Sobral. O estudo tem como objetivo geral avaliar a capacidade do auxílio moradia, um dos componentes da PNAES, em garantir a permanência dos estudantes do ensino superior na instituição. Para tanto, busca contextualizar a educação enquanto política pública, bem como a assistência estudantil, indo além da perspectiva histórica e observando os marcos legais no contexto atual. Esta é uma pesquisa qualitativa, que utilizou como métodos: estudo de caso; pesquisas bibliográfica e documental; e pesquisa de campo. Os sujeitos são os alunos dos cursos superiores que recebem auxílio moradia. Adotou-se a perspectiva crítico dialética como paradigma de avaliação de políticas públicas. Para a obtenção dos dados foram utilizadas as técnicas de entrevista e questionário semiestruturado. Para as informações qualitativas – obtidas por meio de entrevistas – foi utilizada a técnica de análise de conteúdo de Bardin. O estudo apresenta uma discussão sobre as categorias: Política de Educação, Desenvolvimento Regional e Assistencial Estudantil e, a partir da sua apropriação, buscou-se alcançar os objetivos propostos. No que concerne aos resultados, constatou-se que a PNAES, no caso específico estudado, o auxílio moradia no IFCE Sobral, revela-se como importante instrumento para a permanência dos alunos, pois permite que possam ter uma dedicação exclusiva aos estudos, além de possibilitar que participem de atividades extracurriculares, melhorando assim seu desempenho acadêmico. Identificou-se ainda que a assistência estudantil, na medida em que procura reduzir as desigualdades e aumentar a permanência dos estudantes, proporcionou aos alunos que recebem o auxílio moradia a oportunidade de aproveitar ainda mais o tempo no IFCE, não só pelo ensino, mas também participando de projetos de pesquisa e extensão. Todavia, mesmo a PNAES contribuindo de maneira relevante para os alunos assistidos por ela, ainda atende apenas uma parcela restrita dos alunos das IES, deixando clara a necessidade de maiores investimentos em tal política. Com relação às fragilidades, percebeu-se que o orçamento destinado ao auxílio moradia não é suficiente diante da demanda, mostrando a importância de garantir essa

política de forma mais efetiva, principalmente em tempos de desmonte e desvalorização da educação pública. Este estudo revelou que a assistência estudantil, por meio do auxílio moradia, trouxe importantes contribuições para a permanência dos estudantes no IFCE, sendo assim relevante para a vida acadêmica dos discentes.

**Palavras-chave:** Educação. PNAES. Assistência Estudantil. Avaliação de Políticas Públicas. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

## **ABSTRACT**

The public policy evaluated in this work is the result of Decree No. 7,234 of July 19, 2010, also known as the National Student Assistance Policy (PNAES). The PNAES is analyzed here in the context of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Ceará (IFCE), on its campus in the city of Sobral. The general objective of the study is to evaluate the capacity of housing assistance, one of the components of the PNAES, in guaranteeing the permanence of higher education students in the institution. To this end, it seeks to contextualize education as a public policy, as well as Student Assistance, going beyond the historical perspective, and observing the legal frameworks in the current context. This is a qualitative research, which used as methods: Case Study; bibliographic and documentary research; and field research. The subjects are students of higher education courses who receive housing assistance. The critical dialectical perspective was adopted as a paradigm for evaluating public policies. To obtain the data, the interview techniques and semi-structured questionnaire were used. For qualitative information - obtained through interviews - Bardin's content analysis technique was used. The study presents a discussion on the categories: Education Policy, Regional Development and Student Assistance, and based on their appropriation we seek to achieve the proposed objectives. Regarding the results, it was found that PNAES, in the specific case studied, housing assistance at IFCE Sobral, proves to be an important instrument for the permanence of students, and allows them to have an exclusive dedication to studies, in addition to enable them to participate in extracurricular activities, thus improving their academic performance. It was also identified that Student Assistance, as it seeks to reduce inequalities and increase the permanence of students, provided students who receive housing assistance with the opportunity to make the most of their time at IFCE not only through teaching, but also by participating research and extension projects. However, even though PNAES makes a relevant contribution to the students assisted by it, it still serves only a limited portion of the students of the IES, making clear the need for greater investments in such a policy. With regard to the weaknesses, it was noticed that the budget for housing assistance is not sufficient in the face of demand, showing the importance of ensuring this policy more effectively, especially in times of dismantling and devaluation of public education.

This study revealed that student assistance, through housing assistance, brought important contributions to the permanence of students at IFCE, thus being relevant to the academic life of students.

**Keywords:** Education. PNAES. Student Assistance. Public Policy Evaluation. Federal Institute of Education, Science and Technology of Ceará.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Região Metropolitana de Sobral.....	34
Figura 2 - Assembleia com alunos para decidir orçamento da assistência estudantil e avaliar ações.....	110
Figura 3 - Fala de aluno na Assembleia da Assistência Estudantil .....	110
Figura 4 - Colação de grau.....	111
Figura 5 - Bloco didático, espaço de interação dos alunos .....	111

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantitativo de aluno por curso .....	53
Gráfico 2 - Distribuição de alunos com filhos .....	78
Gráfico 3 - Divisão de alunos por sexo.....	79
Gráfico 4 - Contagem de estado civil dos alunos .....	79
Gráfico 5 - Distribuição por cidade de origem .....	80

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional Dirig. Inst. Ensino Superior
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEPAL	Comissão Econômica Para América Latina e o Caribe
CF	Constituição Federal
DAE	Departamento de Assistência ao Estudante
FONAPRACE	Forúm Nacional de Pró-Reitores de Assunto Comunitários e Estudantis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituições de Ensino Superior
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MAPP	Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas
MEC	Ministério da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro De Alfabetização
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
ONU	Organização das Nações Unidas
OSPB	Organização Social E Política do Brasil
ERA	Regulamento da Assistência Estudantil
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SISAE	Sistema Informatizado de Assistência Estudantil do IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFG	Universidade Federal de Goiás

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	16
2	DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA AVALIAÇÃO .....	21
2.1	Desenvolvimento e inclusão social .....	21
2.1.1	<i>A concepção clássica de desenvolvimento</i> .....	22
2.1.2	<i>Teoria do subdesenvolvimento: a visão dos expoentes da CEPAL</i> .....	24
2.1.3	<i>Uma perspectiva humanista do desenvolvimento</i> .....	27
2.1.4	<i>Crescimento e desenvolvimento da região de Sobral</i> .....	29
2.2	Políticas Públicas e Estado de Direito .....	35
2.3	Educação: limites e possibilidades em Sobral.....	37
2.4	Avaliação de políticas públicas .....	44
3	PERCURSO AVALIATIVO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	48
3.1	Escolha do percurso avaliativo.....	48
3.2	Procedimentos metodológicos .....	49
3.2.1	<i>Instrumento e coleta de dados</i> .....	52
3.2.2	<i>Participantes da pesquisa</i> .....	53
3.2.3	<i>Análise das informações</i> .....	54
3.2.4	<i>Aspectos éticos da pesquisa</i> .....	55
4	O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES), NO CONTEXTO DO IFCE CAMPUS SOBRAL .....	56
4.1	Um resgate histórico da educação nas normas do estado .....	56
4.2	A Assistência estudantil enquanto política pública.....	62
4.3	Trajectoria da assistência estudantil no tempo.....	63
4.4	O período 1931-1988 – primeiros esboços .....	63
4.5	O período 1988-2009 – marcos institucionais importantes .....	65
4.6	O período de 2010 à atualidade - Normatização e o PNAES.....	67
4.7	Contexto e desafios da assistência estudantil na atualidade .....	70
4.7.1	<i>Juventude e assistência estudantil</i> .....	73
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS .....	77
5.1	Política de assistência estudantil no IFCE.....	77
5.2	Quem são os alunos que recebem auxílio moradia?.....	78
5.3	Permanência no IFCE e auxílios estudantis: realidades entrelaçadas....	84



<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>92</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>95</b>
	<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E</b>	
	<b>ESCLARECIDO – TCLE .....</b>	<b>103</b>
	<b>APÊNDICE B – TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO.....</b>	<b>105</b>
	<b>APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO.....</b>	<b>106</b>
	<b>APÊNDICE D – ENTREVISTA.....</b>	<b>109</b>
	<b>APÊNDICE E – FOTOS .....</b>	<b>110</b>
	<b>ANEXO A – EDITAL PARA CONCESSÃO DE AUXÍLIOS 2019.1 .....</b>	<b>112</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em tempos de restrição de direitos e diminuição de investimentos públicos, faz-se cada vez mais necessário e urgente aprofundar-se na análise e na avaliação de políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para a solução de problemas sociais. Entretanto, é preciso que se tenha uma compreensão abrangente dessa complexa questão, já que se trata de um campo em permanente disputa de projetos políticos e ideologias.

Nesse contexto, a presente pesquisa aborda a capacidade do auxílio moradia, um dos componentes da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em garantir a permanência dos estudantes do ensino superior no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) campus Sobral. Trata-se de uma avaliação das contribuições da PNAES nesse cenário. O contexto mais abrangente dessa análise é o capitalismo contemporâneo, no âmbito do qual a educação é uma política pública inserida em disputas contraditórias que vão do aumento da abrangência de direitos às suas restrições e cortes.

Refletir criticamente sobre a assistência estudantil no Brasil é tarefa relativamente nova. Desse modo, a sistematização de trabalhos sobre a temática ganha mais força a partir da segunda década do século XXI.

Antes de tudo, é importante ter em mente que o reconhecimento da necessidade eminente de expandir a educação gerou inclusão e ocasionou a entrada de um público que historicamente esteve distante das instituições de ensino superior, porém era necessário ir além do acesso e dar condições para a permanência dos estudantes, garantindo investimento financeiro e projetos políticos, bem como programas e ações que materializassem seus direitos. É nessa perspectiva que se tem a assistência estudantil no Brasil.

A política pública em estudo neste trabalho advém do Decreto nº 7.234/2010, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre a PNAES. Mesmo se tratando de um decreto, representou um marco na história da assistência estudantil no Brasil. Embora os avanços sejam reconhecidos, a PNAES enfrentou críticas no que concerne a transformar a assistência estudantil em política de “combate à pobreza” no interior das instituições de ensino superior (CISLAGHI; SILVA, 2012). Ao incluir no artigo 5º o critério de os beneficiados serem prioritariamente alunos oriundos de rede pública de ensino e a renda familiar *per capita* ser de até um salário mínimo e meio, o aspecto

focal da PNAES veio à tona. Não obstante isto, tudo o que ela representou ao longo dos anos para a solidificação e desenvolvimento da assistência estudantil denota sua relevância no âmbito dos processos de inclusão e permanência de estudantes em situação mais vulnerável nas Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil.

A permanência dos alunos nas IES é um desafio, especialmente ao longo da primeira década do século XXI, quando foram iniciadas diversas políticas de incentivo ao acesso, como a expansão do sistema de ensino superior para o Interior do Brasil e as políticas de cotas. Como resultado, essas ações proporcionaram o maior nível de inclusão historicamente determinado, ou seja, esse movimento ocorreu fortemente em torno de pessoas que faziam parte das camadas mais pobres da população. Como consequência dessa ação positiva, surge um novo desafio: como manter esses estudantes de forma adequada para que se desenvolvam academicamente? Essa é a questão que motivou este trabalho de pesquisa.

Acredita-se ser essa temática de estudo relevante tanto para a Instituição como para a sociedade em geral. Vive-se um período de retrocessos, no qual a educação pública está sob ameaça. A emenda constitucional nº 95, de 2016, alterou a Constituição para definir um novo regime fiscal, ou como ficou conhecida: um teto dos gastos. A norma estabeleceu um limite para gastos em educação e saúde por vinte anos. Assim, é preciso garantir que alguns direitos conquistados não sejam alvo de retrocessos, especialmente pela PNAES ser fruto de um decreto.

Ao atuar nesse campo de trabalho e objeto de pesquisa, é importante também identificar e conhecer bem o público com o qual se está trabalhando, no caso do IFCE; compreender o discente como inserido em uma determinada situação geracional, no caso, a juventude, já que grande parte está na faixa etária entre 18 e 24 anos.

A aproximação da pesquisadora com a temática se deu a partir do seu ingresso na instituição, por meio de concurso público, no ano de 2014, para o cargo de assistente social. A partir de então, o cotidiano profissional a aproximou da realidade da assistência estudantil e de seus desafios. Trabalhar com a concessão de auxílio traz à tona, além das diversas precariedades existentes na política de educação, questões mais amplas como: as condições materiais de sobrevivência dos estudantes, contexto de precarização das relações de trabalho e das relações humanas. O que se coloca é a necessidade de efetivar uma política para que ela não

seja apenas compensatória, mas sim abrangente, e que possibilite transformações na vida das pessoas beneficiadas e da sociedade como um todo.

Em consonância com o exposto, o objetivo geral desta pesquisa é avaliar a capacidade do auxílio moradia em garantir a permanência dos estudantes do ensino superior no IFCE Sobral. Como objetivos específicos, intentou-se: caracterizar a política de expansão dos institutos federais; apreender o programa de assistência estudantil (destacando o auxílio moradia); e caracterizar os discentes que o recebem, bem como compreender suas concepções acerca da contribuição deste, além de elucidar a compreensão dos participantes da pesquisa sobre a relação entre PNAES e garantia da permanência dos estudantes no IFCE Sobral.

O presente objeto da pesquisa se justifica em razão da relevância de desenvolver um panorama por meio do monitoramento e avaliação do Programa de Assistência Estudantil do IFCE campus Sobral, bem como sua influência e importância para a permanência dos estudantes, a partir do estudo sobre o auxílio moradia no âmbito do ensino superior.

Este trabalho está embasado no campo crítico em torno das categorias: Política de Educação, Desenvolvimento e Assistencial Estudantil. Estes foram os caminhos pelos quais se traçou teoricamente o percurso até a chegada ao nosso objetivo.

Com o intuito de analisar a educação a partir de uma visão crítica e inscrita em uma sociedade de contradições, trabalhou-se com Frigotto (2010, 1984), Saviani (2007, 2008), e Meszaros (2008).

Visando compreender o desenvolvimento e suas questões intrínsecas à cidade de Sobral, trouxe-se Sen (2010), Furtado (1992, 2007) e Piketty (2015) e mais alguns autores que possibilitam compreender tanto a trajetória no Brasil, como também o contexto mais específico de Sobral e o seu potencial de polo socioeconômico.

No que concerne à assistência estudantil, devido as suas particularidades ao longo da história, fez-se inicialmente um apanhado histórico documental, dialogando com Behring (2007), Carvalheiro (2013), e outras pesquisas realizadas pelo Brasil e que têm uma perspectiva do complexo território de disputas que envolvem tal política social.

Com o objetivo de apresentar a pesquisa de forma didática, estruturou-se em sete capítulos, sendo este primeiro capítulo de Introdução ao estudo. Nele,

delimitou-se o objeto de estudo, apresentaram-se as motivações, objetivos e a estrutura do trabalho.

O capítulo 2 discorre sobre as bases teóricas e epistemológicas da pesquisa, realizando uma discussão sobre desenvolvimento e políticas públicas com uma abordagem a partir da avaliação. O próximo capítulo traz a escolha do percurso avaliativo e dos procedimentos metodológicos, apresentando os instrumentos de coleta de dados (questionário socioeconômico e entrevista semiestruturada); os participantes da pesquisa (alunos dos cursos superiores que recebem auxílio moradia); e a cidade de Sobral, local de realização do estudo. Ademais, abordaram-se os aspectos éticos da pesquisa com seres humanos e seus princípios. No que concerne à organização das informações coletadas, utilizou-se a análise de conteúdo referenciada por Bardin (1977).

O capítulo 4 traz um panorama histórico da assistência estudantil no Brasil e apresenta o contexto atual da assistência estudantil, seus desafios e avanços.

As análises e discussões dos resultados da pesquisa de campo estão no capítulo 5, onde foram tratadas as categorias teóricas definidas por meio da categorização das entrevistas realizadas com os estudantes. Nessa seção foi feita a caracterização dos estudantes entrevistados, abordando aspectos relacionados a sexo, estado civil, se possuiu filhos e cidade de origem. Dessa forma, as respostas das entrevistas foram tabuladas, distribuídas em categorias e, por último, analisadas à luz do referencial teórico escolhido.

O último capítulo traz as considerações finais. Aí foram elucidados os pontos percebidos a partir da pesquisa, tanto com as entrevistas quanto com os estudantes, conversas informais, as observações da pesquisadora no ambiente da pesquisa, pontos também importantes a serem considerados para compreender o fortalecimento, bem como dificuldades da política.

Percebe-se que, apesar do contexto de restrição orçamentária e desvalorização da educação que permeia o cenário da educação nacional, a assistência estudantil no IFCE Sobral tem garantido a continuidade e a qualidade do serviço, isto fica claro quando se observa que o orçamento do campus Sobral não teve redução significativa, como em outros campus, e mais recentemente o MEC destinou uma vaga de assistente social para o campus, o que vai otimizar e dar mais oportunidades de atendimento aos alunos.

Ademais, essa pesquisa pode trazer elementos para uma reflexão crítica sobre o auxílio moradia e a política de assistência estudantil no IFCE, visando assegurar e proporcionar mais qualidade na garantia dos direitos dos discentes.

## **2 DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA AVALIAÇÃO**

Trata-se aqui de nossas escolhas teóricas e epistemológicas que se acredita serem importantes para a compreensão do objeto de estudo e que oferecem a base para as posteriores discussões dos resultados da pesquisa.

Aborda-se a ideia de desenvolvimento com o intuito de situar a cidade de Sobral dentro dessa perspectiva, entendendo que, para alcançá-lo, é necessária a existência de políticas públicas que estejam adequadas ao modelo de desenvolvimento que se trata neste trabalho.

As políticas públicas refletem a natureza conflitiva de cada sociedade, fazem parte um projeto societário, seu conceito está diretamente relacionado às realidades sociais, históricas, culturais e identitárias de cada sociedade, por esses motivos devem ser consideradas em suas particularidades.

Nesse sentido, apresenta-se uma discussão teórica sobre a política pública de educação chegando até os dias atuais, bem como a trajetória da pesquisadora no IFCE Sobral.

Seguindo nossas reflexões, traz-se a avaliação de políticas públicas, considerando este um campo em desenvolvimento, também permeado pelo caráter político. Por isso o avaliador precisa ter uma compreensão total do contexto em que se insere o processo avaliativo, para que este não seja utilizado como meramente um mecanismo de controle social.

Tendo em conta essas considerações, apresenta-se a seguir o percurso teórico traçado para esta pesquisa.

### **2.1 Desenvolvimento e inclusão social**

Para avaliar o auxílio moradia - um dos instrumentos da assistência estudantil, inserido em um dos eixos da macropolítica pública da educação – dentro do contexto do desenvolvimento da região de Sobral, é necessário revisitar alguns atributos inerentes ao conceito de desenvolvimento, ainda que no nível de um estudo como aqui apresentado. É um dado pressuposto, mas essa cidade e o seu entorno estão em uma região periférica, de um país ainda periférico no contexto mundial, ainda que ostente um alto produto interno bruto.

De um ponto de vista mais amplo, o sistema capitalista parece-nos ser a matriz das desigualdades mundiais e nacional, uma vez que o modo de produção leva à acumulação do capital financeiro, à concentração de renda, às desigualdades e à segregação sob o aspecto social. Partir desse pressuposto é fundamental para compreender se as políticas públicas desenvolvimentistas e a teoria do capital humano não são capazes de superar as desigualdades regionais, ou se a ausência de atividades intervencionistas – ao contrário do que prega o liberalismo – agrava a pobreza dos territórios distantes dos centros produtores.

Vejam-se, em sequência, algumas acepções do desenvolvimento e como seria possível integrá-lo com certo grau de inclusão social.

### **2.1.1 A concepção clássica de desenvolvimento**

Para os economistas clássicos ou neoclássicos, o desenvolvimento é um processo estritamente atrelado ao crescimento da economia. Só a partir da acumulação de capital e da circulação do excedente de produção é possível desenvolver uma nação. Em um passo quase que natural, o tempo se encarregaria de fazer com que as divisas geradas fossem encontrando um ponto de equilíbrio, de sorte que toda a sociedade pudesse dela se beneficiar.

Um dos primeiros economistas a descrever esse fenômeno, na transição do sistema feudal para o capitalismo, foi Adam Smith. Para ele, o que a estrutura dos senhores de terra não conseguiu realizar, o trabalho enérgico da classe burguesa, aliado à tolice daqueles, permitiu que as cidades e o campo se desenvolvessem num processo de retroalimentação:

Foi assim que duas diferentes ordens de pessoas, que não tinham a menor intenção de servir à comunidade, levaram a cabo uma revolução para extrema felicidade de todos. O que movia os grandes proprietários era tão só a mais pueril das vaidades. Quanto aos comerciantes e artífices, que eram muito menos ridículos, agiam apenas em vista de seu próprio interesse, fiéis ao princípio do mascate, de que com um penny se faz outro. Nenhum deles sabia ou previa a grande revolução que a tolice de um e o empenho dos outros gradualmente levavam a efeito. É assim que na maior parte da Europa o comércio e as manufaturas das cidades, em vez de serem o efeito, têm sido a causa e móbil do desenvolvimento e do cultivo no campo. (SMITH, 2013, p. 521- 522)

E, à medida que o cultivo das terras ia crescendo, mais circulação de capital haveria e mais as cidades cresceriam. Isto se mostraria ainda bem mais forte quanto



mais agressivo fosse o comércio exterior de um país; daí a tendência expansionista dos países europeus.

Na colônia brasileira, as ideias de David Ricardo sobre as vantagens comparativas – onde duas nações poderiam se beneficiar mutuamente das trocas entre elas e cada país deveria seguir sua vocação natural produtiva – tiveram forte eco nas teses do Visconde de Cariu, ou José de Silva Lisboa, economista baiano que defendia a política de abertura dos portos de Dom João VI. Para o Visconde, a industrialização no Brasil não deveria ser estimulada pelo Estado, dado que a vocação natural brasileira era o comércio agroexportador.

Muito se poderia falar sobre a teoria clássica do desenvolvimento, mas sua ideia central é essa, que ficou bastante conhecida no Brasil durante o auge do regime militar de 1964-1985 e do “milagre econômico” dos anos 70: é preciso primeiro fazer o bolo crescer para depois distribuí-lo, frase que ficou atribuída a Delfin Neto. Ou seja, o crescimento econômico, não importando que concentre renda, é uma etapa necessária e fundamental para o desenvolvimento de um país.

A literatura brasileira alinhada a essa corrente sempre produz análises simplistas de como em países da América Latina, por exemplo, a renda per capita não cresce nos mesmos padrões dos países europeus. Conforme Villela (2013, p. 86),

Com isso – e dado o diferente *timing* em que se deu a transição para o crescimento econômico moderno nos diversos países ao longo dos dois últimos séculos – produziu-se uma divergência nos padrões de vida (renda per capita) entre eles. Em outras palavras, desde a Revolução Industrial, a humanidade como um todo ficou muito mais rica (em média, cerca de 11 vezes mais, em termos reais), mas os habitantes de determinados países se tornaram muito mais ricos do que os de outros.

Ressalte-se ainda que nem produto interno bruto e nem renda *per capita* descrita por Villela (2013) são indicadores seguros de boa e efetiva distribuição de renda na sociedade (distribuição esta que é apenas um dos critérios contemporâneos aceitos do desenvolvimento), uma vez que um país pode ter um PIB elevado, uma renda per capita alta e uma forte concentração de riqueza nas mãos de determinada classe.

A transposição das teorias liberais para o caso brasileiro, de modo acríptico e dissipado da realidade histórica, é feita a partir de interpretações pretensamente universais da economia; na prática, não dão conta de explicar a realidade do não desenvolvimento da América Latina, apesar do crescimento econômico observado ao

longo no século XX. Uma das possíveis chaves de esses modelos não serem capazes de dissecar o que se propõe é justamente isso: eles são baseados em teoremas de microeconomia, criados numa sociedade onde a acumulação de capital já estava pronta no século XVII e que supõem uma série de condições perfeitas e apriorísticas para funcionar.

Com efeito, como observa um influenciador contemporâneo do pensamento econômico ortodoxo brasileiro, o professor Summerhill (2018, nota 27, p. 460):

noções imprecisas de conexão implícita entre 'desenvolvimento' e distribuição de renda complicam estudos ao justapor 'pobreza' e 'progresso' ou 'crescimento' e 'subdesenvolvimento'. Uma implicação do teorema do Bem-Estar da microeconomia é que uma alocação eficiente é também uma distribuição particular da renda. Isso, entretanto, não é uma linha de investigação seguida por acadêmicos na América Latina subdesenvolvida. Embora, sem dúvida, fosse interessante de ser seguida.

O professor, no entanto, passa longe de explicar o que pode ser considerada uma “alocação eficiente”, para quê e para quem ela se destina, sem contar que o *teorema do bem-estar* funciona muito bem para sistemas imaginários e isolados: só mercados de sapatos, só para o mercado de carros, só para o mercado de livros, etc.

Influenciado pela obra do argentino Prebisch (2016), um grupo de cientistas políticos latino-americanos começou a enxergar, em meados do século XX, que havia outras razões para que o crescimento econômico da região não resultasse necessariamente em desenvolvimento; ao contrário, resultava em subdesenvolvimento. Seria preciso levar em conta elementos como a cultura, a história e a divisão internacional do trabalho. É o que se discute a seguir.

### **2.1.2 Teoria do subdesenvolvimento: a visão dos expoentes da CEPAL**

A partir de observações empíricas de como a Argentina não se beneficiou das trocas comerciais, sobretudo depois da Crise do Capitalismo de 1929, Prebisch (2016) desenvolveu uma análise específica para o caso latino-americano, que se contrapunha à teoria das vantagens comparativas. Depois da crise econômica mundial dos anos 30, o preço dos produtos da pauta exportadora passou a cair vertiginosamente. Então, essas trocas não eram tão vantajosas assim: embora a

produção se desse na periferia, era o centro rico europeu e americano quem ditavam os preços do que era exportado.

Isso levou a que ele desenvolvesse a teoria da deterioração dos termos de troca, a qual sucintamente pode ser pensada nos seguintes termos: entre os países ricos e os da periferia, há uma clara divisão internacional do trabalho, acelerada principalmente após a Revolução Industrial. Aos países do centro cabia a produção de produtos de alto valor agregado e industrializados e aos países periféricos, como os da América Latina, a exportação de matéria-prima, quase todas elas de natureza extrativista: grãos, minérios, algodão, açúcar, etc.

Essas trocas não eram (como não podiam ser) iguais, por vários motivos. Em primeiro lugar, nos países europeus e nos Estados Unidos, houve uma melhor distribuição da riqueza fruto de muitas guerras e disputas territoriais dos séculos anteriores. Ademais, com o surgimento de uma massa de trabalhadores oriundos da primeira e segunda revolução das máquinas, os sindicatos operários se fortaleceram e passaram a exigir mais direitos trabalhistas. Era uma sociedade industrial urbana, tal qual conhecemos hoje, enquanto os países da América Latina ainda eram compostos de grandes extensões e poucos proprietários de terra, no qual a mão de obra era prioritariamente formada de escravos ou de ex-escravos.

Assim, nos ciclos ascendentes do comércio mundial, quando a classe industrial europeia e norte americana se expandia, havia uma demanda por produtos agrários e minerais primários, o que fazia com que os preços dos produtos periféricos aumentassem, fazendo com que as ex-colônias experimentassem certo crescimento econômico.

No entanto, quando havia a formação de grandes estoques no centro e o ciclo começava a declinar, o preço tendia a baixar, porque já não se necessitava tanto da pauta exportadora latino-americana. Em vez de o ajuste de preços ocorrer na própria Europa e ou nos Estados Unidos, com a diminuição dos custos de produção (entre eles dos salários dos trabalhadores das indústrias), a pressão maior se formava sobre a América Latina, seja porque lá os sindicatos já eram fortes, seja porque na periferia havia uma grande massa de desempregados que aceitavam trabalho por qualquer valor.

Assim, os preços dos produtos exportados podiam baixar, mas os latifundiários locais não experimentavam tanto prejuízo como os trabalhadores da

periferia, que eram formados por ex-escravos ou gente livre que formava um grande exército de reserva.

Essa divisão internacional do trabalho e o modelo Prebischiano, aqui brevemente explanado e depois aperfeiçoado por outros cientistas sociais, como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares ou Aníbal Pinto, ainda são capazes de explicar porque depois de uma contração do mercado mundial (sobretudo no centro), no ciclo descendente, a tensão da corda não aguenta do lado mais fraco. Tome-se, como exemplo, a depreciação do preço das commodities brasileiras pós-2014 e a pressão dos empresários pela reforma trabalhista, aprovada durante o governo Temer. (2016-2018). A promessa era gerar mais empregos, mas como bem explicou Prebisch, trata-se apenas de uma acomodação da relação centro-periferia, ou de uma maneira de o empresariado local repassar a conta da depreciação internacional dos preços da pauta exportadora.

Celso Furtado era um jovem, mas reconhecido professor, em 1948, quando a Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL) foi fundada no Chile, como órgão da ONU. Logo foi trabalhar em um dos seus departamentos, em 1949, com Raul Prebisch. Quando retornou ao Brasil, estava ainda mais influenciado pelas ideias do professor argentino, o que era reforçado por sua origem nordestina e também pela apreensão do mundo pós-Segunda Guerra. Na década de 1950, seus estudos sobre a economia brasileira influenciaram o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek.

A obra de Furtado é imensa e não haveria espaço suficiente para tratar dela, mas o que é importante aqui é acrescentar que ele aperfeiçoou a teoria da deterioração dos termos de troca, ao estudar profundamente a origem do caso brasileiro, no comércio mundial da metrópole portuguesa com sua colônia, além das desigualdades sociais e a formação das elites nacionais (*Formação Econômica do Brasil*, 1959). Em suas próprias palavras:

A industrialização tardia regida pelas leis do mercado levou ao reforçamento das estruturas sociais existentes em razão da fraca absorção de mão de obra e da forte propensão a consumir das camadas modernizadas da sociedade. **O subdesenvolvimento, por conseguinte, é uma conformação estrutural produzida pela forma como se propagou o progresso tecnológico no plano internacional.** Essa visão global do processo histórico do capitalismo industrial levou-me à conclusão de que a superação do subdesenvolvimento não se daria ao impulso das simples forças do mercado, exigindo um projeto político apoiado na mobilização de recursos sociais, que permita empreender um trabalho de reconstrução de certas estruturas. (FURTADO, 1992, p. 74-75, grifo nosso)

Furtado acreditava que a grande empresa rural do Nordeste, de caráter monocultor e concentrador, precisava ser destravada partir de investimentos industriais patrocinados pelo Estado (daí a SUDENE que deslocasse do eixo tradicional brasileiro a concentração da industrialização tardia, notadamente no Sul e Sudeste. Outro ponto a ser quebrado deveria ser o latifúndio, com uma reforma agrária efetiva, que permitisse que a expansão do campo não se pautasse apenas para um único produto (cana-de-açúcar, em geral) e pudesse servir de subsistência para o homem do campo e de fornecimento a partir de curtas distâncias (inter-regional) para suprir as necessidades da massa urbana que iria se formar com a nova industrialização.

Furtado é, assim, um dos professores mais estudados para compreender as razões do atraso e do subdesenvolvimento brasileiro. Há inúmeros autores especializados em estudar, aqui e alhures, formas de minorar essas desigualdades, através de um estudo de um desenvolvimento regional: teoria dos polos de crescimento, os arranjos produtivos locais, distritos industriais, clusters, etc. Todas essas são estratégias que visam minorar as desigualdades produzidas pelo sistema capitalista.

O próprio Furtado, porém, anteveria que a grande indústria estava acabando com os recursos do planeta e assinalou a necessidade de se incluir o meio ambiente como componente do desenvolvimento. (FURTADO, 1974). O item a seguir discute essa perspectiva ampliada do desenvolvimento que preconiza a necessidade de se incluírem as dimensões social e ambiental, além da econômica, para que haja uma perspectiva viável de melhores condições de vida para a humanidade.

### ***2.1.3 Uma perspectiva humanista do desenvolvimento***

Contemporaneamente, não se pode mais falar de desenvolvimento sem tocar na questão do homem e do meio ambiente. A Conferência das Nações Unidas ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992 (ECO 92), chamou a atenção dos países do centro para a deterioração do meio ambiente e de sua responsabilidade para a preservação do planeta.

Como o homem é sujeito e objeto do meio ambiente, levou-se em conta também o respeito que deve haver com componente humano no processo de desenvolvimento.

A discussão que se vai travar aqui é a apropriação pelo Capitalismo do “Humano”, cunhando o termo “capital humano” como essencial ao crescimento da riqueza de um país: quanto mais escolarizado for o trabalhador, maior é sua eficiência e maior sua produtividade.

Autores como Frigotto (1984) tecem duras críticas à impossibilidade de o desenvolvimento regional ser superado por investimentos em capital humano, como forma de agregar maior valor ao trabalho e, assim, aumentar a renda dos trabalhadores e gerar mais divisas para o território.

Ao lado de uma política econômica que velozmente se associa ao capital internacional, cujo escopo é a exacerbação da concentração de renda e da centralização do capital, toma-se a ‘democratização’ do acesso à escola – particularmente à universidade – como sendo o instrumento básico de mobilidade, equalização e ‘justiça’ social. Produz-se, então, a crença de que o progresso técnico não só gera novos empregos, mas exige uma qualificação cada vez mais apurada (FRIGOTTO, 1984, p. 27).

O autor ainda aponta que a teoria do capital humano traria uma contradição em si, no instante em que para desenvolver um país, seria preciso investir em formação educacional básica, técnica e científica, porém, à medida que o investimento inicial vai se construindo, observam-se em países subdesenvolvidos (como o Brasil) grandes taxas de evasão escolar no ensino médio e superior, explicadas – por esses mesmos teóricos – pelo fato de grande parte desses alunos (e de suas famílias) ter baixa renda e necessitar abandonar a sala de aula.

O que é determinante vira determinado, ou seja, a escolarização é posta como determinante da renda, de ganhos futuros, de mobilidade, de equalização social pela equalização das oportunidades educacionais (tese básica do modelo econômico concentrador), e o acesso à escola, a permanência nela e o desempenho, em qualquer nível, são explicados fundamentalmente pela renda e outros indicadores que descrevem a situação econômica familiar (FRIGOTTO, 2010, p. 62).

Apesar de este não ser o espaço adequado para discutir com mais profundidade sobre a adequação ou inadequação dessa teoria como um dos elementos capazes de minorar as disparidades regionais, acredita-se que a ação positiva do estado nos diversos níveis de ensino é determinante para que os territórios possam, ao lado de outras políticas intervencionistas, evitar que o mercado

autorregule as forças produtivas e provoque ainda mais acumulação de renda e segregação social.

Entendendo o território como espaço de atuação do homem e dos ciclos de poder diante dos aspectos naturais de uma região, nosso recorte é investigar uma pequena (mas nem por isso menos importante) política pública de auxílio estudantil como um dos elementos formulados para ajudar os alunos de ensino superior da zona norte do estado do Ceará a se manterem no Instituto Federal de Tecnologia de Sobral.

#### ***2.1.4 Crescimento e desenvolvimento da região de Sobral***

Sobral é uma das maiores e mais importantes cidades do Interior do estado do Ceará. A cidade está localizada na zona norte, em direção à fronteira com o Piauí, distante cerca de 110 km do litoral. Seu desenvolvimento deu-se como entreposto comercial entre o porto de Camocim, Fortaleza e demais cidades próximas à formação montanhosa que divide esses dois estados.

Modernamente, a cidade de Sobral tem como importante marco no seu desenvolvimento econômico a instalação da empresa de calçados gaucha Grendene, ocorrida em 1993. Na sua inauguração, empregava 794 pessoas; atualmente, esse número subiu para 16.000, sendo o maior empregador de pessoas da região. O impacto da implantação de indústria de tal porte foi além de questões econômicas e de infraestrutura e também contribuiu para a expansão do conhecimento na região.

Neste trabalho, propõe-se discutir a perspectiva do desenvolvimento vinculado à inclusão que a política pública de expansão do ensino técnico federal, bem como a construção dos Ifs, possibilitou. Processo este que só se efetiva realmente com a assistência estudantil, que se apresenta como uma possibilidade de permanência dos alunos na Instituição.

A conceitualização de desenvolvimento aparece a partir da necessidade de construção de uma matriz intelectual baseada no racionalismo e em conceitos técnicos abstraídos a partir de contextos políticos, institucional e cultural.

No contexto brasileiro, devido principalmente ao seu processo de colonização, as regiões brasileiras sempre foram diversas e bastante desiguais. Ribeiro (1995, p. 47), autor que estudou a formação brasileira, cita: “Nunca houve aqui um conceito de povo, englobando todos os brasileiros e atribuindo-lhes direito. Nem mesmo o direito elementar de trabalhar para nutrir-se, vestir-se e morar”.

Assim, sempre se fez necessária uma atenção para regiões que historicamente estiveram à margem das iniciativas, mesmo que iniciais de desenvolvimento em nosso país.

O processo de desenvolvimento no Brasil está relacionado a uma transição do Brasil rural para urbano, de um modelo econômico agricultor para um industrial e da transição da agricultura para a indústria. Está relacionado ao desenvolvimento de políticas públicas e esta relação é historicamente muito forte. A questão do desenvolvimento já foi estudada por diversos autores, como visto anteriormente.

Retomando o caráter humano do desenvolvimento, Sen (2010) acredita que uma sociedade só está inserida no processo de desenvolvimento se as pessoas dessa sociedade tiverem liberdade. A ideia é que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. No Brasil, a liberdade, no sentido da capacidade de a sociedade promover inclusão social e garantir que ela tenha a acesso a itens básicos, está, inclusive, garantida na Constituição de 1988: acesso a transporte, à educação e à segurança.

Sen (2010) acredita que o desenvolvimento não está ligado exclusivamente a questões econômicas. Expandir as liberdades é considerado o principal meio para o desenvolvimento e isso pode (deve) ser feito também através das políticas públicas, já que o desenvolvimento, ao proporcionar capacidade de escolhas e ampliação de liberdades, possibilita a melhora de vida dessas pessoas.

Pensar em desenvolvimento é refletir sobre a particularidade das pessoas e dos seus contextos locais. A política de desenvolvimento que se trata aqui é uma política local voltada para o desenvolvimento nacional, já que faz parte de uma diretriz nacional. E acredita-se que essa política educacional é uma das ferramentas, entre inúmeras outras de cunho social, capaz de fazer frente ao dilema de crescimento econômico vs. desenvolvimento que se falou acima.

Para Sen(2010), a desigualdade social necessita de inclusão para ser superada. O autor acredita que são as oportunidades sociais que podem possibilitar isso: "Oportunidades sociais são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde, etc as quais influenciam na liberdade substantiva de o indivíduo ser melhor".(SEN, 2010, p. 59)

Desse modo, o desenvolvimento aconteceria quando se pensa nas pessoas, quando políticas públicas são voltadas para tal finalidade. Assim, entende-se que a assistência estudantil se posiciona como essencial e importante, nesse



contexto, principalmente porque possibilita a efetivação da política de expansão do ensino superior e técnico, ao proporcionar que estudantes não só entrem, mas também se mantenham na instituição.

O processo de expansão dos Institutos Federais seguiu um modelo em todo Brasil de interiorização do ensino superior e técnico e também voltado para atender interesses econômicos de regiões específicas. A instalação foi pensada em locais que de alguma forma já eram referência, seja em termos de economia ou de desenvolvimento.

A implantação corrobora com o pensamento de Perroux (1977), que desenvolveu a teoria dos polos de crescimento. O autor acredita que polos de crescimento se formam a partir de forte identificação geográfica e também por complexos industriais, onde a partir daí passam a se desenvolver outros serviços e atividades econômicas. Polos de desenvolvimento são aqueles que conduzem a modificações de estrutura e que abrangem a população da região polarizada.

A teoria dos polos indica a concentração do investimento em determinada região. No caso em estudo, na região de Sobral, que antes da chegada do IFCE já era um polo por concentrar indústrias e um comércio em expansivo crescimento.

Em Sobral, a expansão do comércio se deu inicialmente pela atividade da produção agrícola. Na cidade, era onde ficavam concentradas as feiras da região que deram um caráter de centralizar o comércio da região, que inicialmente também esteve ligado ao algodão e ao beneficiamento da palha da carnaúba. Muito dos produtos eram exportados através do porto de Camocim e sua proximidade com tal cidade contribuiu no desenvolvimento do seu comércio.

Durante boa parte do século XX, Sobral perdeu um pouco seu destaque no comércio, devido principalmente à seca que castigava a região e porque Fortaleza passou a receber mais investimento e serviços necessários para maior desenvolvimento das atividades comerciais e da população que se dirigia para a Capital. A partir da década de 60 do século XX, com ações da Sudene, a região de Sobral retoma alguns investimentos.

No estado do Ceará, o processo de desenvolvimento está historicamente relacionado às políticas públicas que existem em determinada região. Assim, as ações da Sudene deram um ponto de partida para algumas iniciativas nesse sentido, mas é principalmente a partir da década de 1990 que a cidade passa de fato a ter uma

expressiva atividade econômica, o que se reflete também nas cidades que estão em seu entorno.

A chegada da empresa Grendene em 1993, depois de grandes incentivos estatais em isenção de ICMS, proporcionou oportunidades que até então não existiam na cidade e na região. Inicia-se um período de novas atividades econômicas, geração de empregos, surgimento de novas atividades comerciais e serviços, como forma de dar suporte à chegada de novos trabalhadores.

Entretanto, o que se percebeu nessas ações de incentivos estatais foi mais a promoção do crescimento econômico que um desenvolvimento de fato que promovesse também inclusão social, distribuição e redistribuição de renda e transformação na sociedade. A chegada de empresas como a Grendene - e de outras, como Votorantin, indústria de cimentos – é um exemplo disso. O argumento de que esse crescimento econômico gera emprego e renda e que, conseqüentemente, leva ao desenvolvimento não está completo, já que para existir desenvolvimento é preciso incluir outras variáveis e conceitos, principalmente o desenvolvimento humano.

Os incentivos econômicos fizeram de Sobral um polo de referência da região norte do estado e isso adveio principalmente da instalação dessas empresas:

Pode-se em alguns lugares os polos surgirem através do estabelecimento de infraestrutura e instalações de indústrias matrizes e complexos industriais. Neste caso, as indústrias matrizes instaladas nos centros de força ou polos é que se tornam responsáveis pelas influências que causam sobre as regiões periféricas e que são as regiões polarizadas (LEITE, 1983, p.160).

Como forma de fazer um contraponto à industrialização local, é incontestável que outras políticas públicas, além das que favoreceram o desenvolvimento econômico da região de Sobral, também aconteceram como, por exemplo, os esforços do município em fortalecimento da educação (reconhecida nacionalmente como exemplo pelos índices obtidos no IDEB), a abertura de cursos novos da UFC em Sobral, o surgimento de faculdades particulares, a implantação do IFCE Sobral e o incentivo específico em assistência estudantil, que se trata em outra parte deste trabalho.

Além disso, outros fatores contribuíram para o crescimento de Sobral, quais sejam: a reforma urbana, a construção de plano diretor para a cidade, a implantação de shopping center, o veículo leve sobre trilhos (VLT) - que faz parte da rotina da cidade e ajudou a diminuir distâncias – entre outros. Assim, as cidades vizinhas de

Sobral fazem dela referência para acesso a serviços como saúde, educação e comércio.

Desse modo, a região de Sobral e outras do estado do Ceará (Cariri e Região Metropolitana de Fortaleza) podem ser conceituadas como polos de desenvolvimento que passaram a receber incentivos fiscais e diversas políticas públicas, PPAs, planos de governos; todas com o discurso que as políticas públicas precisam ser interiorizadas. Recentemente, foi criada por lei estadual a Região Metropolitana de Sobral (Lei Complementar n. 168/2016), que envolve Sobral e mais dezessete municípios: Alcântaras, Cariré, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Groaíras, Massapê, Meruoca, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Pires Ferreira, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral e Varjota.

Muito se tem estudado até aqui sobre as grandes cidades, contudo se acredita que a relevância dessa pesquisa também perpassa o fato de o estudo estar direcionado para uma cidade média. Faz-se necessário contextualizar que, mesmo tendo mais de 200.000 habitantes, Sobral está no Nordeste, uma das regiões mais pobres do Brasil e, sendo assim, precisa ser analisada em suas particularidades.

Ainda é preciso afunilar mais geograficamente a região, do centro desta para a periferia, já que boa parte dos alunos que recebem o incentivo do auxílio-moradia é de outros municípios circunvizinhos, ainda menores que Sobral, trazendo realidades ainda mais localizadas. Como exemplo, tem-se um relato da sensação de um aluno ao ir morar em Sobral.

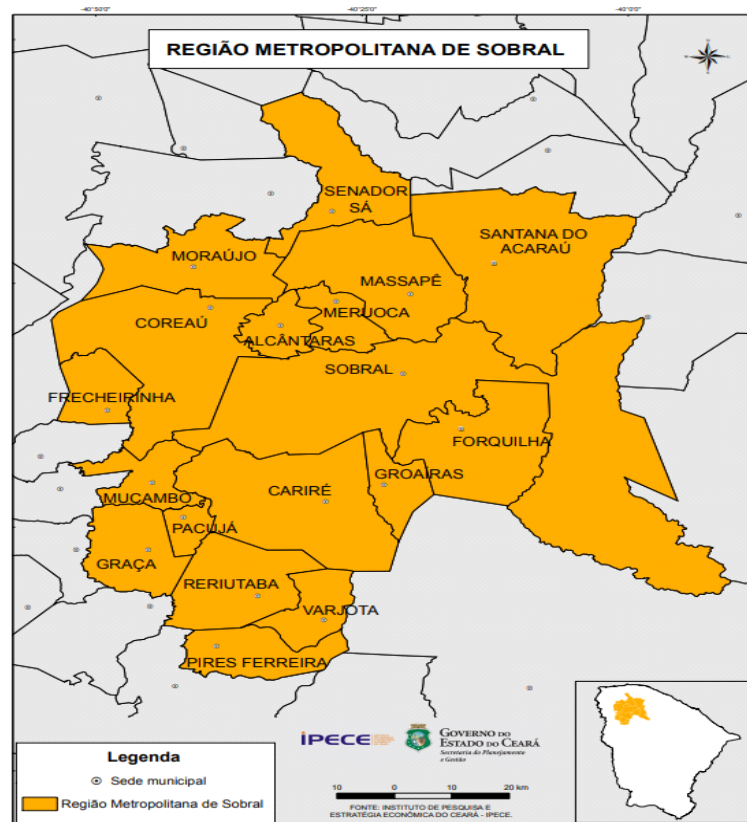
Eu venho de uma comunidade quilombola. Foi difícil porque era uma coisa nova, foi muito difícil. Tive muito medo de assalto. Na primeira vez que vim a Sobral fui assaltado, eu fiquei com um pânico, mas vim mesmo assim. Eu tenho muita saudade, por mim estaria morando lá, é menor... Só fico porque penso no meu futuro, me imagino professor. (Aluno 2)

É claro que a referência de ser a cidade média, grande ou pequena depende muito do referencial de quem está analisando, apesar dos critérios geocientíficos. Subjetivamente, alguns alunos utilizam essa classificação e Sobral termina por ser considerada a cidade grande, como o aluno abaixo, que é de Itapajé, relatou à pesquisadora: “No interior, querendo ou não é muito calmo, Sobral é uma cidade grande, assusta. Então tive medo de andar só, de vir para faculdade só, fazer comida só, se virar, acho que foi mais isso (Aluno 6)”.

Sobral passa a ser, então, para muitos alunos que se deslocam de suas cidades de origem, a cidade grande, o local de oportunidades e um lugar onde seus desejos e objetivos têm a possibilidade de se tornarem reais a partir do acesso à educação e a tudo que a mudança representa em suas vidas.

O mapa abaixo apresenta a localização de algumas dessas cidades da região norte.

**Figura 1-Região Metropolitana de Sobral**



Fonte: Disponível

em: [http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/pdf/regiao\\_metropolitana\\_sobral.pdf](http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/pdf/regiao_metropolitana_sobral.pdf)

Para atender à demanda dessas cidades, além dos serviços já citados, também áreas técnicas e informacionais precisaram expandir e ampliar suas atividades para se adequar a esse público que, em vez de ter de se deslocar até Fortaleza em busca de serviços, tem optado por Sobral como referência de cidade.

Assim, faz-se necessária a construção de políticas públicas adequadas que possam levar ao alcance do desenvolvimento sustentável. Desse modo, estas políticas públicas levariam não apenas ao crescimento econômico, mas também promoveria cuidado com o meio ambiente, melhoria da qualidade de vida, aumento da inclusão social

e o fortalecimento dos direitos. Nesse sentido, a expansão do ensino superior no Brasil e a PNAES são exemplos desse tipo de política, como se vê a seguir.

## 2.2 Políticas Públicas e Estado de Direito

Para compreender o que são políticas públicas, é preciso entender o conceito de Estado e sua Constituição, pois essas duas categorias estão intrinsecamente relacionadas. O Estado antigo era voltado para a expansão, conquistas e demarcação de territórios; não existia ainda a concepção de desenvolver o local. Com o advento do Estado moderno, a simples questão da conquista de territórios restou superada e outra fase é instaurada, com o momento de se voltar para dentro. Ainda que existissem muitas guerras por territórios, o momento era de se constituir enquanto nação e se desenvolver internamente, pois novas demandas foram surgindo na sociedade, demandas que iam além da necessidade de legitimar as conquistas, uma vez que a população precisava ser representada.

Os estados se constituem em meio a poder, à centralização e à necessidade de direitos para a população. Costa acredita que existe uma ambiguidade na concepção de estado:

Enfim, um dos grandes paradoxos da modernidade é que os estados que são construídos como máquinas eficazes de dominação, acabam sendo 'aprisionados' pelo processo de desenvolvimento destas mesmas sociedades (COSTA, 2015, p.140).

No Estado Democrático de Direito, fica constatado que a economia de mercado não possibilita a totalidade de desenvolvimento social, representatividade e inclusão. O capitalismo é incompatível com a justiça social. Nesse contexto, as políticas públicas que aparecem nesse estado se apresentam de forma conflituosa porque, ao mesmo tempo em que visam garantir representatividade e equidade, constituem-se nesse espaço dicotômico. Em outras palavras, as políticas públicas, portanto, refletem a heterogeneidade dessa sociedade e refletem as contradições que essas sociedades enfrentam nesse duplo desafio (COSTA, 2015, p. 141).

No contexto brasileiro, o entendimento das políticas públicas também perpassa pela constituição do nosso estado e as várias etapas do desenvolvimento econômico e social que se atravessa. De um país essencialmente agrário, no início

do século passado, o Brasil passou a ser um expoente mundial na área da indústria. Todo esse processo foi marcado pelo caráter desenvolvimentista, no qual o viés econômico era prioridade e a premissa era desenvolver sem atingir as estruturas sociais já estabelecidas. Faz-se importante entender esse contexto porque até hoje são heranças que permeiam nossas leis e as políticas públicas. Bacelar (2003, p. 1) analisa a conjuntura brasileira e sobre isso argumenta:

Essencialmente, o que caracterizava o Estado brasileiro nesse período (1920-1980) era seu caráter desenvolvimentista, conservador, centralizador e autoritário. Não era um estado de Bem-Estar Social. O Estado era o promotor do desenvolvimento e não o transformador das relações da sociedade. Um Estado conservador que logrou promover transformações fantásticas sem alterar a estrutura de propriedade, por exemplo. Nessa fase, o grande objetivo do Estado brasileiro era consolidar o processo de industrialização.

Assim, a história das políticas públicas no Brasil foi se desenhando embasadas pela centralização e desenvolvimento sem participação social. Percorreu-se um longo caminho até chegar em 1988, quando a Constituição foi promulgada. Esta, por sua vez, foi considerada um avanço, porque garantia direitos fundamentais e colocava temáticas, como participação e controle social, em pauta.

Dentro desse contexto, traz-se a lume a educação enquanto política pública garantida pela Constituição Federal de 1988 e parte constitutiva do Estado brasileiro, bem como também a Política de Assistência Estudantil, que está inserida na Política de Educação.

Pensadores como Florestan Fernandes trataram a educação no Brasil como uma necessidade ao desenvolvimento da sociedade, uma maneira de viabilizar processos democráticos. Fernandes entendia que a forma de introdução da educação no Brasil e de todas as suas particularidades, além do pensamento e história arraigados na estrutura conservadora brasileira, acarretava entraves cotidianos a tal processo; isto é, fazia com que o processo educacional brasileiro não abrisse possibilidades para a construção de personalidades democráticas. Por isso eram necessários esforços e investimentos educacionais. Para Fernandes (1976, p. 71), “não há dúvida de que a educação modela o homem. Mas é este que determina, socialmente, a extensão das funções construtivas da educação em sua vida”.

O próximo item traz uma discussão sobre a educação como elemento potencializador do desenvolvimento e já nos aproxima do contexto em que se insere o nosso objeto de estudo.

### **2.3 Educação: limites e possibilidades em Sobral**

Problematizar a respeito da educação implica compreendê-la a partir da perspectiva sócio-histórica e entender que, dentro da sociedade capitalista e principalmente nos tempos contemporâneos, existem diversos condicionantes que permeiam seu entendimento, sejam eles políticos, sociais ou econômicos.

Desde o início das civilizações, a educação tem relação com a transmissão de conhecimentos e de valores. De modo breve, pode-se entendê-la como possibilidade de reprodução das relações sociais na sociedade capitalista e, por outro lado, também pode ser uma forma de superar a ordem vigente. “A educação é uma forma de intervenção no mundo” (FREIRE, 1996, p.61), é uma das principais possibilidades de modificação social. Segundo Mészáros (2008, p.102), “é a única força capaz de contribuir positivamente para o novo processo de transformação é a própria educação”. Assim tem sido ao longo dos anos, uma possibilidade de rompimento, uma alternativa de superação.

Antes mesmo de ser sistematizada e existirem escolas, a educação é uma prática que se ajusta de acordo com o desenvolvimento das sociedades. A institucionalização da educação está relacionada ao processo de surgimento da sociedade de classes e tem a ver com o processo de aprofundamento da divisão do trabalho (SAVIANI, 2007).

A educação enquanto política pública na sociedade brasileira faz parte dos direitos básicos garantidos pela Constituição Federal de 1988. O reconhecimento da educação como fundamental para constituição da sociedade, promulgada na Carta Magna, foi uma vitória das lutas da sociedade civil. O Brasil entrava em um novo momento político; finalmente as luzes da democracia pareciam voltar a aparecer e é em um contexto de correlação de forças que o direito à educação passa a ser garantido.

A partir dos anos 2000, mais ações efetivas para garantir além do acesso à educação foram implementadas, tais como ações de assistência estudantil realizadas de forma sistematizada e legal. Parte-se da premissa de que a política de expansão do ensino superior só resulta em algo positivo para a sociedade se estes

alunos, uma vez inseridos, permaneçam dentro da Instituição, tenham condições adequadas de realizar suas atividades acadêmicas e possam concluir o seu curso. E, para tanto, as Políticas de Assistência Estudantis são essenciais. Refletir acerca dos programas de assistência estudantil destinados aos discentes em situação de vulnerabilidade social e econômica é necessário para tentar compreender a realidade na qual está inserido o ensino superior público brasileiro.

Nessa ordem de ideias, é importante entender que a garantia de acesso ao ensino superior se distingue do direito à permanência destes na universidade. Segundo relatório de pesquisa encomendada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), divulgado em 2011, fica claro que existe grande necessidade de ampliação de recursos financeiros para a área de discentes em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Observa-se que, durante os governos dos presidentes Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), existiu uma tendência de expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todo o país. De acordo com informações obtidas no site do Ministério da Educação (MEC), o governo federal entregou 214 Ifs entre os anos de 2003 e 2010. Antes dessa data, existiam apenas 140 no país. Somente entre 2011 e 2014, 208 IFs foram entregues, totalizando 562 em funcionamento. No Ceará, 33 municípios abrigam uma unidade do IFCE em funcionamento e uma no município de Mombaça teve sua pedra fundamental lançada no início de 2019, totalizando o 33º campus do IFCE.

O campus IFCE Sobral surge no contexto dessa expansão. Em 2007 foi uma das 150 cidades polos no Brasil escolhidas para receber uma unidade do CEFET (Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia). Desse modo, o estado do Ceará e a prefeitura da cidade de Sobral se uniram e ofereceram as instalações da Faculdade de Tecnologia (CENTEC), que foram readequadas para receber o novo CEFET. Em 2008, através da lei nº 11.892/08, os CEFETs passaram a ser denominados de Institutos Federais, deste modo, o CEFET Sobral passou a se chamar IFCE Sobral.

O campus IFCE Sobral, atualmente, conta com sete cursos de nível técnico: Agroindústria, Eletrotécnica, Fruticultura, Mecânica, Meio Ambiente, Panificação e Segurança do Trabalho. E com cinco cursos de nível superior: Licenciatura em Física, Tecnologia em Alimentos, Tecnologia em Irrigação e



Drenagem, Tecnologia em Mecatrônica Industrial e Tecnologia em Saneamento Ambiental. Também são oferecidos cursos de pós-graduação, sendo duas especializações: gestão ambiental e gestão da qualidade dos alimentos, além de um curso de mestrado profissional em física. Os cursos são voltados para a realidade da região em que estão inseridos. Há pesquisas prévias à instalação dos cursos para adequá-los às necessidades locais, inclusive com audiências públicas, levando em consideração a demanda local de mercado e a qualificação de mão de obra.

A cidade de Sobral é referência econômica e cultural para a região norte do estado do Ceará, segundo o censo do IBGE de 2017, a cidade tem 205.529 habitantes, sendo classificada como a quarta maior cidade, em densidade populacional do estado. Por possuir essas características e por concentrar as maiores oportunidades de educação na região, Sobral atrai estudantes que saem de suas cidades em busca destas. Cidades da região norte do estado do Ceará como: Forquilha, Massapê, Meruoca, Coreaú, Moraujo, Mucambo, Santa Quitéria e Ibiapaba são exemplos representativos da composição do corpo discente do IFCE campus Sobral.

A expansão do ensino superior no Interior deu uma nova cara à região. Além do IFCE, outras instituições de ensino superior passaram a se instalar na cidade, trazendo assim, além de muitas oportunidades, novos desafios. Por ser cidade polo, Sobral passou a concentrar estudantes vindos das diversas cidades do seu entorno, o que aumentou a circulação de pessoas com diferentes culturas, modos de viver e de se relacionar, trazendo diversidade cultural

A educação no município de Sobral é considerada objeto de estudo nacional pelos altos índices de sucesso, tanto no fluxo escolar como pelo desempenho no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), e possui um dos melhores níveis nacionais para o ensino fundamental. O ensino superior no município de Sobral também vem se expandido muito nos últimos anos. Em 1968, foi criada a Universidade Vale do Acaraú que, em 1984, tornar-se-ia a Universidade Estadual Vale do Acaraú, a mais antiga instituição de ensino superior pública da cidade.

Em 2001, a interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC) chegou a Sobral, inicialmente com o curso de medicina. Em 2008, o IFCE inicia suas atividades na cidade, sendo uma das instituições públicas de ensino superior que Sobral conta. Instituições particulares são mais de dez, incluindo as de ensino a distância, as principais são: UNINTA (Centro universitário Inta) e Faculdade Luciano Feijão.

Como já delimitado, o local selecionado para o estudo foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), campus Sobral. O campus é o segundo maior do Ceará em número de alunos, atualmente possuindo aproximadamente 2972 estudantes, dentre os quais 67 recebem auxílio moradia. Possui atualmente doze cursos, dentre eles, sete são cursos técnicos subsequentes (Agroindústria, Eletrotécnica, Fruticultura, Mecânica, Meio Ambiente, Panificação e Segurança do Trabalho) e cinco são cursos superiores (Alimentos, Irrigação e Drenagem, Mecatrônica Industrial, Saneamento Ambiental e Licenciatura em Física). O campus tem como missão: Produzir, disseminar e aplicar o conhecimento tecnológico e acadêmico para formação cidadã, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para o progresso socioeconômico local, regional e nacional, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da integração com demandas da sociedade e com o setor produtivo.

A pesquisa foi realizada durante todo o período que correspondeu ao Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, indo de setembro de 2017 a janeiro de 2020.

No que concerne ao espectro temporal-territorial, analisou-se após o surgimento do campus IFCE Sobral em 2008, onde já existiam ações iniciais na assistência estudantil. Acredita-se que essa delimitação também é importante porque, além de contemplar a institucionalização dos Ifs, também abrange o início da assistência estudantil em Sobral, porém nosso espectro temporal será de 2017 a 2019, já que é o período em que a pesquisadora cursou o mestrado.

Os Institutos Federais foram oficialmente criados pela lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que foi sancionada no segundo mandato do presidente Lula, entre os quais está o IFCE. Atualmente, fazem parte destes 33 *campi* distribuídos nas diversas regiões do estado, além da Reitoria e um Polo de Inovação. Ao todo, são 33.460 alunos matriculados em 361 cursos *campi* localizados em municípios do Ceará, entre estes os extintos Centros Federais de Educação Tecnológica do Ceará (Cefets/CE) e as Escolas Agrotécnicas Federais dos municípios de Crato e de Iguatu. A partir da lei nº 11.892/2008, o IFCE passou a ser autarquia de natureza jurídica, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior. O IFCE é equiparado às universidades federais.

Faz-se necessário também situar que, durante o período de expansão do ensino superior, nos governos Lula e Dilma, foram efetivadas políticas que favoreceram o acesso e a permanência como parte da agenda governamental. Com o processo de expansão dos Institutos Federais iniciados em 2008, passou a ser demandada cada vez mais a atuação de assistentes sociais para trabalharem, inicialmente, com a implantação da PNAES (Política Nacional de Assistência Estudantil), instituída pelo Decreto nº 7.234/2010, e depois com a consolidação da política. Foi a partir da PNAES que o governo federal deu início a uma política que ia além da democratização do acesso ao ensino superior, passando a promover também a igualdade de condições para a permanência dos estudantes.

Ressalta-se aqui também a existência do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais). Assim como o REUNI, políticas como o FIES, o ENEM, as cotas, entre outras, proporcionaram que o ensino superior no Brasil ganhasse novos contornos e protagonistas. Diferentes classes sociais passaram a ter acesso ao ensino superior, o que durante muito tempo foi privilégio das classes abastardas.

O REUNI surge como o Decreto nº 06, de 24 de abril de 2007, e foi viabilizado a partir de um pacto entre as instituições de ensino superior e o MEC. Embora sua publicação tenha sido de extrema importância, ele já nasceu com uma fragilidade: por ser um decreto, está mais sujeito a alterações em cada governo, a depender das prioridades. Caso fosse estruturado por lei, teria mais legitimidade e dificuldade de alteração. Essa observação vale, aliás, para todas as políticas educacionais do MEC viabilizadas por decretos: estão sujeitas a alterações pelos governos a cada quatro anos, a depender do cenário político. Aderir ao REUNI era uma escolha voluntária de cada instituição; quem demonstrasse interesse deveria preparar um plano e este deveria ser submetido aos órgãos superiores das instituições.

Esse programa se apresentou no cenário econômico como uma justificativa de que universidades, o ensino superior, eram importantes para o desenvolvimento do Brasil. Assim, também estava alinhado com os interesses econômicos mundiais, de modo que suas metas quantitativas já foram alvo de diversas críticas.

Como foi um programa financiado com orçamento gerenciado pelo MEC, a autonomia das universidades federais foi questionada quando o apoio financeiro ficou condicionado ao cumprimento de metas padronizadas e

exigidas pelo MEC [...]. Outro ponto foi a exigência do aumento da produtividade, que não levou em conta as reais condições e as necessidades e, sobretudo, a diversidade existente no conjunto das universidades federais brasileiras (CAMPOS, 2015, p.140).

O REUNI, para além dos números e das metas fixadas para as IFES (acesso e garantia de permanência), estabeleceu em seu artigo 2º, inciso V, o seguinte: “V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil;”

Desse modo, com o REUNI surgiu a necessidade de ações de assistência estudantil mais direcionadas e em consonância com a orientação do governo federal. Garantir a permanência dos discentes nas instituições tornou-se urgente e, portanto, implementar a assistência estudantil de forma sistemática se tornava uma necessidade.

A assistência estudantil visa ampliar o acesso a esses direitos e, considerando que na medida em que se amplia o acesso promove-se desenvolvimento, então, essas políticas fazem parte de um objetivo maior, mais amplo para o país, que é promover o desenvolvimento a partir da inclusão das pessoas em diversos serviços, que são direitos públicos e que nem sempre são garantidos. Dito de outro modo, é uma das possibilidades de promover o desenvolvimento para além do crescimento da economia.

O programa de auxílios tem uma função estratégica na manutenção destes alunos na instituição. Os auxílios são destinados a um público específico, circunscritos a critérios variados, sendo alguns deles mais gerais, como: renda per capita, número mínimo de créditos matriculados, menos de três reprovações no semestre anterior e alguns específicos de cada auxílio; filhos menores de seis anos, para o auxílio discente mães e pais; e residir fora do município de Sobral, para o auxílio moradia.

Existem também auxílios que não perpassam por critérios de renda e estão vinculados apenas ao ensino, como os denominados: auxílio para visitas técnicas, que é para subsidiar atividades extracurriculares sob supervisão de um professor, e auxílio acadêmico destinado a custear despesas dos alunos com apresentação de trabalhos e participação em congressos.

O recurso da assistência estudantil também subsidia parte das refeições no restaurante universitário do IFCE sobral, o valor da refeição (almoço e jantar) é R\$9,30 e os alunos pagam R\$ 2,50, sendo a diferença subsidiada.

Diante dessa realidade, é que se indaga: como o auxílio moradia pode garantir a permanência aos discentes no IFCE Sobral?

Esta proposta de estudo surgiu a partir de observações e inquietações advindas da experiência laboral da pesquisadora com a política educacional dentro do IFCE. Nesse contexto, a presente pesquisa se propõe a analisar as ações implementadas para a manutenção dos jovens no ensino superior, no âmbito da política de expansão, e pretende avaliar um dos elementos dessa política: O auxílio moradia. A investigação foi realizada no campus de Sobral do Instituto Federal do Ceará, inserido na região norte do estado.

O desenvolvimento deste trabalho enquanto assistente social do IFCE campus Sobral e, assim, executora da política de assistência estudantil, facilitou a aproximação com os sujeitos de pesquisa e viabilizou trânsito autônomo pela instituição, bem como acesso fluido a engrenagens institucionais, além do conhecimento acerca da demanda de funcionamento e dinâmica cotidiana do campo de pesquisa. Conhecer o contexto no qual a política acontece foi fundamental para, a partir daí, entender as dinâmicas, o comportamento dos envolvidos e as repercussões desta política.

A aproximação com a temática iniciou-se ainda nos tempos da graduação com a realização de pesquisa sobre arte educação em um projeto social destinado a jovens na cidade de Fortaleza. Após alguns anos distante do tema, em 2013, após aprovação no concurso do Instituto Federal do Piauí, a temática volta a fazer parte do cotidiano da pesquisadora e continuou após aprovação em concurso do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), no ano de 2014, quando assumiu o cargo efetivo onde exerce atualmente a atividade de assistente social.

O trabalho é realizado em um setor denominado de Assistência Estudantil, que é formado por uma equipe interdisciplinar composta, além da assistente social, por dois dentistas, uma enfermeira, um psicólogo e uma nutricionista. Parte das atribuições do Serviço Social consiste em analisar e selecionar discentes para serem contemplados com o programa de auxílios estudantis em pecúnia. Desse modo, nasceu a proximidade com a realidade dos alunos e de suas histórias de vida, o que despertou a atenção da pesquisadora.

Na atuação profissional, alguns questionamentos surgiram no que concerne à relação entre recebimento de auxílios em pecúnia e permanência na instituição; tudo isso procurando levar em conta a necessidade de transpor o

imediatismo da atuação profissional, das demandas institucionais e principalmente a precarização das condições de trabalho.

O campus Sobral trouxe à pesquisa uma dificuldade a mais: embora tenha um universo muito rico para a investigação, ao possuir apenas um cargo de assistente social para atender aos quase 3000 alunos, Sobral é o campus que tem a maior relação entre profissional/número de alunos para atender, entre todos os 33 *campi* do IFCE. O setor é sobrecarregado e impossibilitado de atender todas as demandas de forma integral, por conta da carência de mais profissionais.

Este trabalho se destina também a provocar uma reflexão sobre a assistência estudantil. A recente institucionalização tem despertado a atenção de pesquisadores por todo o Brasil, tendo sido objeto de pesquisa nos últimos anos, partindo de distintos pontos de vistas. Assim, pretende-se colaborar com mais um estudo e socialização de experiências.

Entende-se que, para atingir esse objetivo, torna-se necessário ter clareza sobre a Política de Educação, suas bases de elaboração, a necessidade de execução autônoma e emancipatória, bem como ter a compreensão dessa política como direito universal e fundamental para o crescimento de um indivíduo, da sociedade e de uma região.

Nesse sentido, o próximo item apresenta a principal base teórica e epistemológica deste estudo, que é uma avaliação de um dos componentes do PNAES, o auxílio moradia, no âmbito do ensino superior do Campus do IFCE em Sobral, no contexto da macropolítica de educação do Brasil.

## **2.4 Avaliação de políticas públicas**

Para iniciar o estudo acerca da avaliação de políticas públicas, considera-se primordial retomar brevemente algumas características versadas por autores que se debruçaram sobre o tema. Para Howlett(2013), quando se fala em políticas públicas, está-se sempre se referindo às iniciativas sancionadas por governos. Behring (2008, p. 94) apresenta uma definição do conceito que vai além do governo ou do estado; acredita que o termo tem relação com a coisa pública romana, ampliando assim a compreensão dessa definição:

Política Pública, como já indicado, não é sinônimo de política estatal. A palavra *publica*, que sucede a palavra *política*, não tem identificação exclusiva com o

Estado. Sua maior identificação é com o que em latim se denomina de *res publica*, isto é, *res* (coisa), *publica* (de todos), e, por isso, constitui algo que compromete tanto o estado quanto a sociedade. É, em outras palavras, ação pública, na qual, além, do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo.

Para ir além da análise conceitual, traz-se então um pouco do histórico da avaliação das políticas públicas. Tomada como tarefas do Estado para o povo, a avaliação é uma categoria relativamente recente. No Brasil, ela foi intensificada a partir do final dos anos 80 e início dos 90, a fim de atender a uma demanda neoliberal que dominava a ordem mundial. Embora ainda existisse pouca teoria sobre a avaliação em si, ela foi sendo implantada nas agendas, não só do Brasil, mas de muitos países da América Latina.

[...] A relevância dada ao tema a partir dos anos 1990 deveu-se, principalmente, à situação de dependência do país frente as agencias financiadoras internacionais, como o Banco Internacional para reconstrução e o Desenvolvimento-BIRD e Banco Interamericanos de Desenvolvimento-BID, que passaram a exigir com mais critério, a elaboração de sistemas de monitoramento de avaliação dos projetos por ele financiados (GUSSI,2008, p.2).

É importante ressaltar que as abordagens avaliativas eram voltadas para resultados e alcance de metas, porém, ao longo dos anos, outros questionamentos que ampliavam tal abordagem surgiram, levando em conta distintas determinações nas avaliações. Assim, aparecem novas perspectivas em avaliação de políticas que superavam o caráter gerencialista do seu início.

Durante os estudos no Mestrado Acadêmico de Políticas Públicas (MAPP) da Universidade Federal do Ceará, muito se debateu a respeito do tema. Autores variados foram utilizados para discorrer sobre a temática. Como se viu, Gussi (2008) propõe um modelo de avaliação que vá de encontro aos modelos hegemônicos dos organismos internacionais e se distanciem da agenda política e dos modelos técnicos e formais de avaliação. Para isso, o autor propõe ampliar o horizonte político, analógico e metodológico da avaliação em políticas públicas. O autor acredita que se faz necessário ir além:

É preciso frisar que esse modelo não dá conta de tratar das contradições do Estado, considerando aqui, segundo Santos e Avritzer (2003), suas possibilidades de construir marcos emancipatórios, de cunho democrático, rumo à universalização de direitos, entre critérios de igualdade e equidade,

que se impõem a partir dos movimentos da sociedade civil. É que tal modelo circunscreve uma forma de avaliar associada a um campo político de afirmação um Estado regulatório, regido dentro das regras de liberalização do mercado, em que as políticas e programas de corte social devam estar circunscritas e, como decorrência disso, devam ser avaliadas (GUSSI, 2008, p.5).

É interessante mencionar que o Brasil, enquanto país em desenvolvimento, com um território de dimensões continentais, de grande diversidade cultural e extrema desigualdade social, quando submetido a todas as exigências dos financiadores internacionais na área de avaliação de políticas públicas, não tinha a possibilidade de ser dimensionado a partir de sua totalidade. Assim, esse movimento contra-hegemônico de avaliação foi de extrema importância para romper com essa visão e ampliar a perspectiva de avaliação propondo novos modelos. Gussi (2017, p.3) acredita que uma avaliação deva reconstruir as trajetórias das políticas públicas e propõe:

[...] parte-se da ideia de que a avaliação de Políticas Públicas é um processo sócio político e cultural e, como é veraz, propõe-se uma metodologia de avaliação que focalize as interpretações dos distintos atores, envolvidos nas políticas, imersos em seus diferentes universos culturais.

O autor acredita que a avaliação deve estar centrada a partir dos atores e por diferentes compreensões desta e de seus resultados. Trata-se de, metodologicamente, ir a campo e construir, por meio da observação participante e as técnicas de pesquisa a ela concernentes, uma “etnografia da experiência” das políticas públicas (GUSSI, 2017, p.4). Assim, Gussi (2017) acredita que se terá constituído uma base para a avaliação.

Em uma perspectiva teórica similar, de avaliação em profundidade, traz-se Rodrigues (2008). A autora pontua que no tipo de avaliação gerencialista existe pouco espaço para criticar a própria política e destaca que, ao longo dos anos, desenvolveram-se diversos estudos acadêmicos com perspectivas distintas:

Entretanto, ao longo do processo de sedimentação da área acadêmica de estudos sobre políticas públicas, novas abordagens passaram a enfatizar a importância da análise de contexto social, econômico, político, cultural-e da análise organizacional- estrutura de funcionamento, dinâmica, relações de poder, interesses e valores que permeiam as instituições envolvidas na elaboração e implementação de políticas (RODRIGUES, 2008, p.10).



Esse tipo de avaliação vem ganhando cada vez mais força, principalmente pela possibilidade de se perceberem os diferentes elementos que permeiam a avaliação de políticas públicas. Para isso Rodrigues (2008, p. 10) traz à luz o conceito de avaliação em profundidade:

Ainda que falar em avaliação em profundidade possa expressar, num sentido metafórico, a imersão em uma particularidade do campo de investigação, saliento que o sentido aqui referido é o de abarcar a um só tempo as dimensões dadas tanto no sentido longitudinal-extensão do comprimento-como latitudinal-extensão na largura, amplitude. Assim, desta perspectiva, quanto mais mergulhamos na situação estudada, mais ampliamos o campo de investigação.

Acredita-se que essa proposta de avaliação de políticas públicas é de extrema importância porque, ao incluir as ciências sociais nessa discussão, (RODRIGUES, 2008) possibilita além de instrumentais metodológicos, mas também técnicas, conceitos e paradigmas de interpretação e análise que se dão no âmbito das disciplinas que compõem este campo de conhecimento.

A proposta de uma avaliação em profundidade implica, ainda, considerá-la como extensa, detalhada, densa, ampla e multidimensional, o que por si só, coloca a multi e a interdisciplinaridade como condição primeira da tarefa de pesquisa (RODRIGUES, 2008, p.11)

Para a autora, dentro da perspectiva de avaliação em profundidade, quatro pontos são de extrema importância e devem ser levados em conta no momento de análise: a) análise de conteúdo do programa, b) de contexto da formulação da política, c) trajetória institucional e d) os espectros temporal e territorial. Assim, (RODRIGUES, 2008), julga-se que é possível realizar um mapeamento da política para se obter melhor compreensão, formulando assim uma avaliação completa sob um viés crítico.

Na continuidade deste trabalho, o próximo capítulo apresenta a escolha acerca do percurso avaliativo da política em estudo e os procedimentos metodológicos definidos para o alcance dos objetivos expostos no primeiro capítulo.

### 3 PERCURSO AVALIATIVO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo de avaliação de políticas públicas perpassa por diversas vertentes. Como já mencionado no capítulo anterior, nossa perspectiva é de uma avaliação como instrumento democrático, um instrumento que deveria ser utilizado na implementação de cada política pública. Neste capítulo, apresenta-se nossa escolha de percurso para empreender a avaliação proposta e posteriormente detalhar a trajetória metodológica que se utilizou nesta pesquisa para atingir nossos objetivos.

#### 3.1 Escolha do percurso avaliativo

Após a anterior exposição a respeito de autores que tratam da avaliação de políticas públicas a partir da perspectiva de profundidade, isto é, que saem da imediatividade e tentam contextualizar a política pública em análise, traz-se para a discussão Silva (2008) e, a partir de suas reflexões, embasou-se o processo avaliativo desta pesquisa. Essa autora entende que a avaliação de políticas e programas sociais deve ser percebida na relação dialética de duas dimensões a ela inerentes: a dimensão técnica e a dimensão política. Escolheu-se esta perspectiva porque se adéqua melhor a esta pesquisa.

Acredita-se que, para o nosso objeto de estudo, esta concepção é de extrema importância, visto que a assistência estudantil é uma política pública que está em constante transformação e é permeada por diferentes determinações que devem ser levadas em consideração em sua análise.

Ademais, toda política pública é tanto um mecanismo de mudança social, orientado para promover o bem estar de segmentos sociais, principalmente os mais destituídos, devendo ser também um mecanismo de distribuição de renda e de equidade social, vista como um mecanismo social que contém contradições (SILVA, 2008, p.90).

Entende-se política pública como uma forma de responder a determinadas demandas sociais, de variadas formas; no caso da nossa pesquisa, a demanda por uma educação superior pública que vá além do acesso e contemple a permanência dos estudantes nas Instituições de ensino, especificamente a partir do auxílio moradia como componente da PNAES, percebendo esse público como variado e diverso. Silva e Silva recusa qualquer raciocínio linear e consensual, pois falar de política é falar de

diversidade e de contradição (SILVA, 2008, p. 90). A autora apresenta quatro funções da avaliação: função, técnica, função política e função acadêmica; considera que, a partir daí, pode-se trazer uma dimensão participativa para a avaliação.

A preocupação é fazer da construção do conhecimento espaço de reflexão crítica do pensar coletivo dos sujeitos sobre os programas sociais avaliados e sobre a realidade social na qual os sujeitos e os programas se encontram inseridos. É contribuir para o desenvolvimento de uma consciência sobre a prática profissional, a realidade social e a prática do controle social pelos técnicos e pelos usuários dos programas sociais no âmbito dos conselhos de gestão de políticas públicas, na perspectiva do fortalecimento da luta social por mudança. (SILVA, 2012, p.224).

É importante situar a avaliação como um ato político que considera os sujeitos avaliados como importantes interlocutores. Ela não é neutra; isto é, contrapõe-se à ciência positiva, entendendo a realidade como historicamente construída e não simples dado de observação do mundo exterior. E é desta forma que se acha pertinente avaliar o objeto de estudo da presente pesquisa. A seguir, mostra-se o caminho definido para obtenção dos objetivos.

### **3.2 Procedimentos metodológicos**

Com a finalidade de atingir seus objetivos, esta pesquisa tem natureza qualitativa, pois dela faz parte a obtenção de dados descritivos, mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação por ele estudada, ou seja, seu objeto de estudo.

Na pesquisa qualitativa, todos os fenômenos são importantes e preciosos: a incidência das manifestações e sua circunstancialidade, a frequência e a interrupção, o silêncio e a fala. É preciso encontrar o significado oculto e o significado manifesto. Os dados existem num fluxo constante de relações. Não se reduzem as percepções sensíveis e aparentes; manifestam-se numa tensão dialética de revelações e ocultamentos (OSTERNE, 2001, p.40).

Entende-se também que é importante uma avaliação que supere números e estatísticas, como cita Rodrigues (2016, p. 107): “A avaliação não pode se restringir a análise de dados estatísticos”. Acredita-se que, para o nosso objeto de estudo, um método que tenha uma perspectiva mais ampla é fundamental para superar a imediatividade do cotidiano indo além em questões mais profundas e abrangentes.

Em uma avaliação de natureza qualitativa faz-se necessária a compreensão também da fala dos interlocutores, para isso se apoiou em Menga e Morli (1986, p.13):

A pesquisa qualitativa ou naturalística, segundo Bodgan e Biklen (1982), envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e esse preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.

No que concerne à tipologia, classificou-se como descritiva exploratória, já que se pretendeu descrever detalhadamente o ambiente do estudo, respeitando as interações com a prática, visto que a pesquisadora atua profissionalmente no campo. Essa tipologia também foi escolhida por proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses (GIL, 2002).

O estudo apresentado, com viés exploratório, sendo uma abordagem qualitativa. Com relação ao tipo de pesquisa, o embasamento ocorreu a partir dos seguintes instrumentos para obtenção de dados: pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e pesquisa documental.

A pesquisa bibliográfica foi feita através de material com dados já analisados e publicados. Matos e Vieira (2001, p. 40) afirmam que “**toda investigação científica, independentemente de sua natureza, requer uma pesquisa bibliográfica**” (grifo nosso). Assim, ressalta-se a importância desse tipo de pesquisa, considerando-a essencial, mesmo que seja combinada com outras formas. A pesquisa bibliográfica é fundamental para a construção do referencial teórico de forma embasada, situou e proporcionou à pesquisadora acesso a materiais que possibilitassem a ampliação do conhecimento sobre a temática, bem como viabilizaram o conhecimento da história da política e suas ações iniciais.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2002).

Além da pesquisa bibliográfica, tem-se também a pesquisa documental. A partir da pesquisa documental, delineou-se e contextualizou-se a assistência estudantil no IFCE Sobral, bem como a situou no âmbito nacional. Nesse percurso, foram utilizados vários documentos existentes no próprio IFCE, como folhetos, materiais de trabalho, estatísticas dos setores, relatórios, assim como documentos oficiais, como legislações (Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases

da Educação – LDB/1996, o Plano Nacional de Educação, a Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES), Decretos (Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004), documentos oficiais, a exemplo dos produzidos pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE e documentos institucionais, como a Resolução nº 08, que regulamenta os auxílios estudantis no IFCE.

A pesquisa documental foi utilizada como forma de recorrer aos materiais institucionais e cadastros dos alunos, presentes e arquivados na instituição, com a finalidade de acrescentar informações importantes à pesquisa. Para Matos e Vieira (2001, p. 40-41):

Nesse tipo de pesquisa trabalhamos com dados que ainda não receberam tratamento analítico e nem foram publicados. Encontram-se ainda em seu estado original e por isso podem ser reelaborados de acordo com a finalidade da pesquisa e criatividade do pesquisador.

Com relação ao cadastro dos alunos, utilizaram-se os registros dos alunos que constam no SISAE (Sistema Informatizado da Assistência Estudantil).

No que concerne à pesquisa de campo, esta foi realizada por se considerar de fundamental importância, para a realização deste trabalho, a coleta de dados diretamente com os interlocutores desta pesquisa, “investigações em que além da análise bibliográfica e, por vezes documental, os pesquisadores coletam dados com as pessoas” (MATOS; VIEIRA, 2001, p. 42).

Na realização do estudo, pretende-se compreender a capacidade de um auxílio específico, o da moradia, em garantir a permanência no IFCE Sobral dos alunos do ensino superior. Entende-se que é um objeto complexo e que se precisa compreender a singularidade deste; para isso, optou-se pelo estudo de caso.

Para Gil (1999), o estudo de caso é caracterizado pela profunda e exaustiva análise de um ou poucos objetos, de maneira a permitir seu conhecimento amplo e detalhado. O estudo de caso poderá ser um importante instrumento de avaliação e auxiliará também a pesquisadora a se distanciar do seu campo laboral e se colocar como uma pesquisadora que deverá avaliar a política de assistência estudantil.

O estudo de caso pode ser simples e específico ou complexo e abstrato, tendo em vista que o caso deve sempre ser bem delimitado, tendo seus contornos claramente definidos no decorrer do estudo (MENGA; MARLIE, 1986).

Acreditou-se que a metodologia estudo de caso é a mais adequada para atingir o objetivo da pesquisa, sua metodologia permite que a temática seja aprofundada.

Os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda. O pesquisador procura revelar a multiplicidade de dimensões presentes uma determinada situação ou problema, focalizando-o como um todo. Esse tipo de abordagem enfatiza complexidade natural das situações, evidenciando a inter-relação dos seus componentes (MENGA; MARLIE, 1986, p.10).

A partir do estudo de caso, pretende-se ter uma visão mais completa do objeto estudado em que sejam contempladas também suas peculiaridades.

Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo 'como' e 'porque' quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real (YIN, 2001, p.19).

### **3.2.1 Instrumento e coleta de dados**

Para a coleta de dados foi utilizada a entrevista estruturada ou orientada, pois permite contato direto do pesquisador com o entrevistado. De acordo com Matos e Vieira (2001, p. 62), a entrevista orientada é uma relação de perguntas aplicadas igualmente a todos os entrevistados, o que permite depois realizar uma análise. Para Minayo (2001), a entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Acredita-se que a entrevista possibilita, além de uma análise da fala dos sujeitos envolvidos na pesquisa, também uma análise mais subjetiva como: silêncios, expressão corporal, etc.

Visando essa aplicabilidade de perguntas a todos os entrevistados, é que se pretende categorizar o público-alvo a ser pesquisado, sendo definidos os seguintes critérios: 1) Estudantes de cursos superiores; 2) que recebem auxílio moradia; 3) os que estão inseridos na assistência estudantil da Instituição por, pelo menos, um ano. Estes interlocutores serão identificados a partir do banco de dados, informações da assistência estudantil e através do SISAE.

Juntamente à entrevista foi utilizada como técnica a observação, mais especificamente, a observação participante, pois vai se estar em contato direto com os alunos pesquisados. Como assistente social do campus Sobral, existe uma relação profissional estabelecida de atendimentos, checagem de documento, informações,

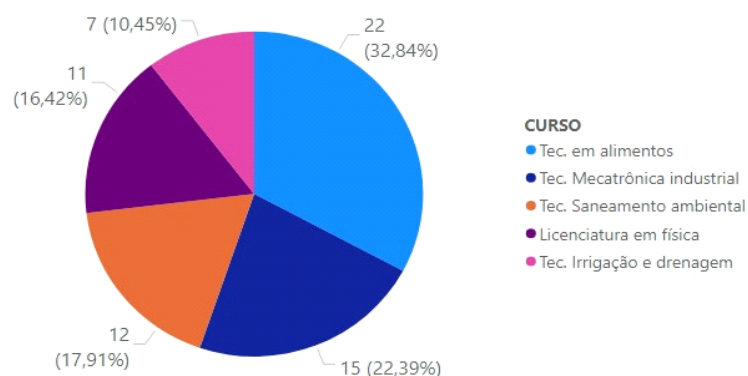
ligações, entre outras atividades que fazem parte do cotidiano laboral da pesquisadora e aproxima-a do público-alvo. Segundo Matos e Vieira (2001), esse tipo de observação, mais do que um instrumento de captação de dados, é uma forma de intervenção na realidade investigada.

### 3.2.2 Participantes da pesquisa

Partindo de dados obtidos através do SISAE, em 2019.1, coletaram-se informações dos 67 alunos que recebem auxílio moradia do curso superior. A justificativa para tal delimitação é que os cursos superiores têm maior duração, são cursos diurnos, o que possibilita maior disponibilidade dos alunos em participar da pesquisa do que os alunos que estudam à noite, pois, em sua maioria, trabalham durante o dia. Os dados produzidos a partir dessa análise demonstram um perfil heterogêneo com similaridades em alguns aspectos:

98,51% dos alunos são solteiros apenas 1,49% é casado. 89,55% dos alunos realizaram o ensino médio todo em escola pública 5,97% cursaram a maior parte em escola pública e apenas 4,48% todo em escola particular. Esse dado aponta para um indicativo do aumento de aprovados em universidades oriundos de escola pública, tal dado foi citado pelo governador do estado do Ceará, Camilo Santana, como aumento de 20% em relação ao ano de 2018. No que concerne ao sexo dos alunos que recebem o auxílio, 59,77% são do sexo feminino e 40,33%, do sexo masculino. Como já foi citado, o IFCE Sobral conta com cinco cursos superiores e a distribuição dos alunos que recebem auxílio de cada curso está descrita no gráfico seguinte.

**Gráfico 1- Quantitativo de aluno por curso**



Fonte: Elaborado pela autora, 2019

Nota: Com base nos dados das entrevistas

Embora o curso de tecnologia de alimentos seja o que mais tem alunos recebendo auxílio moradia, percebe-se que os cinco estão contemplados no benefício.

Para a participação na fase de entrevistas, definiu-se a amostragem de treze alunos entre os 67 que recebem auxílio moradia. Foram utilizados os seguintes critérios: ter alunos de todos os cursos participando da entrevista e que estivessem em diferentes momentos do curso: alguns perto de se formar e outros ainda no início, receber auxílio moradia, estar devidamente matriculado e frequentando as aulas no IFCE campus Sobral. Crê-se que esse quantitativo permitiu ter uma dimensão da complexidade de realidades e de visões, de acordo com Minayo (2001), uma amostra ideal é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado, refletindo as múltiplas dimensões do objeto de estudo, acredita-se que com essa foi possível, levando em consideração o tempo que a pesquisadora dispunha para a pesquisa, visto que não parou suas atividades laborais. Todos os alunos contatados aceitaram participar da entrevista, após a confirmação inicial que se deu por e-mail ou ligação, agendaram-se as entrevistas presenciais.

Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual estavam expostos os objetivos da pesquisa, esclarecia sobre o caráter voluntário e não obrigatório da participação. Tal documento garantia a preservação do anonimato, bem como a possibilidade de receber os resultados da pesquisa. Com o intuito de preservar a identidade dos/as entrevistados/as, atribuiu-se um número de 1 a 13 para cada aluno. As entrevistas foram gravadas mediante autorização dos/as participantes e transcritas posteriormente.

Em seguida, os dados e as informações produzidas foram classificados e organizados, considerando as particularidades da pesquisa, com o objetivo de se aproximar da avaliação da capacidade do auxílio moradia em garantir a permanência dos estudantes no IFCE Sobral e a importância da PNAES neste sentido.

### **3.2.3 Análise das informações**

Para análise das informações que foram coletadas por meio da entrevista semiestruturada, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo por trazer maior aproximação com a realidade pesquisada.

A análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos



(conteúdos e continentes) extremamente diversificados (BARDIN,1977, p.42).

A técnica de análise de Bardin (1977) divide-se em três fases: pré- análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Assim, inicialmente, valeu-se dos materiais lidos, entrevistas transcritas, tendo atenção a critérios de exaustividade, representatividade e homogeneidade. Neste momento, as ideias iniciais foram sistematizadas e estabeleceram-se indicadores para a interpretação das informações coletadas. Na segunda fase de exploração, o material é recortado contraindo as categorias de análise a partir de informações e dados que mais se repetem ao longo das entrevistas. Para Bardin (1977), o recorte se dá com base em regras precisas sobre as informações textuais representativas das características do conteúdo, neste caso, a partir da fala dos estudantes.

A terceira fase diz respeito ao tratamento dos resultados, onde são captados os conteúdos contidos no material. Para isso, analisou-se o material embasado no referencial teórico, entendendo as entrelinhas e o “não dito”, para a partir daí relacionar com o conteúdo teórico.

### **3.2.4 Aspectos éticos da pesquisa**

A pesquisa teve o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A) como responsável por estabelecer a relação entre pesquisador e participante no período de execução da pesquisa. Para todos os sujeitos envolvidos foram esclarecidos os objetivos da pesquisa e tiradas dúvidas que pudessem vir a ter. Foi informado ao participante que ele poderia desistir a qualquer momento e até mesmo não participar, caso fosse seu desejo. Os participantes foram comunicados que a assinatura deste Termo era uma exigência para que a pesquisa cumpra os termos ético-legais. Além de respeitar a autonomia, garantiu-se o sigilo das informações e da identidade dos participantes, estando estes identificados apenas por números. Ao aceitar participar da pesquisa, o participante assinou o TCLE e, na sequência, foi realizada a entrevista semiestruturada.

A seguir, inicia-se a apresentação do estudo proposto, focando nos elementos necessários para a realização do processo avaliativo.

## **4 O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES), NO CONTEXTO DO IFCE CAMPUS SOBRAL**

A educação no Brasil, mesmo tendo sido alvo de lutas e conquistas ao longo dos anos, não foi prioridade para boa parte dos governos brasileiros. Nesse sentido, é importante salientar que a educação ainda é efetivada como direito de apenas uma parcela de brasileiros, visto que continua excludente. Após o ingresso em alguma instituição de ensino, nem todos os alunos conseguem permanecer. Problemas estruturais que vão do analfabetismo funcional até a privações materiais são mencionados como motivos para o abandono escolar.

Assim, traça-se neste capítulo um panorama histórico da educação no Brasil e posteriormente traz-se a assistência estudantil, partindo de uma perspectiva histórica, para validar a sua importância na política de educação, como uma das possibilidades de ir além do acesso, focando na permanência dos estudantes e na qualidade da política pública.

Neste capítulo, trata-se dos objetivos específicos referentes à caracterização da política de expansão dos Institutos Federais e apreensão da assistência estudantil, com destaque para o auxílio moradia, para tanto, deteve-se em ampla pesquisa bibliográfica.

### **4.1 Um resgate histórico da educação nas normas do estado**

É importante fazer um pequeno resgate histórico para entender a educação enquanto política pública, bem como a política de assistência estudantil, e, a partir daí, adotar uma perspectiva que vá além da abordagem mercadológica e economicista que tem sido predominante no Brasil.

A história da formação do Brasil aponta, desde os tempos da colônia, um processo civilizatório extremamente excludente. No que concerne ao processo educacional iniciado pelos jesuítas, este excluía os negros, que não passavam de força de trabalho, e visava atender interesses religiosos e de doutrinação com os indígenas. No período após a expulsão dos jesuítas, mais uma vez a estratificação social se alarga e se vislumbra atender aos anseios do estado, do mercado e o controle do saber. Como pode ser constatado, o povo brasileiro em nenhum momento foi prioridade em seus anseios e necessidades.

Os interesses e as aspirações do seu povo jamais foram levados em conta, porque só se tinha atenção e zelo no atendimento dos requisitos de prosperidade da feitora exportadora. [...] Nunca houve aqui um conceito de povo (RIBEIRO, 1995, p. 447).

Assim, iniciou-se a primeira tentativa de sistematização da educação do Brasil sem um projeto para se orientar e voltada apenas para interesses externos: não havia universidades, ao contrário da América espanhola, e o ensino básico era leigo e restrito à alfabetização. Nos anos que se seguiram às reformas pombalinas, a educação continuou servindo aos interesses de uma classe, o ensino primário ainda era alvo de poucos investimentos e, assim, grande parte da população continuava sem acesso ao conhecimento. Por volta de 1808, com a chegada da corte portuguesa, surgem os primeiros cursos universitários do Brasil e, no período da monarquia, essa área teve pouco investimento, o que também fazia parte da necessidade de Portugal por trabalho especializado e justifica tal atenção, não era pensando no desenvolvimento e melhorias da colônia.

É importante ressaltar que ao sistema de organização social brasileira da época, baseado na escravidão, não interessava muito pensar em educação, já que a manutenção das estruturas interessava às elites. Desse modo, o conhecimento era escasso e reservado apenas para uma parcela da população. Essas premissas fizeram com que desde sempre faltasse no Brasil a ideia de uma unidade e coesão no pensamento.

Além das tentativas de educação por parte dos jesuítas e do estado, a família também era parte desse processo e, em uma sociedade estratificada e escravocrata como a brasileira, não podia se esperar mais que um modelo que fosse a confirmação do que estava estabelecido. Nesse sentido, é importante trazer a discussão sobre o papel da família na educação da sociedade brasileira porque, mais que reproduzir padrões previamente estabelecidos – seja pela igreja ou pelo Estado – esse padrão ainda dificultava a emancipação do cidadão, fazendo ainda mais difícil a distinção entre o público e o privado. Holanda (1995, p.410) sobre isso comenta:

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição.

Por isso, era importante romper e avançar a sociedade para além do particularismo familiar tão presente na sociedade. Um marco importante para o rompimento desses modelos foi a industrialização da sociedade que trouxe a necessidade do estabelecimento de novos padrões de convivência voltados para fora do ambiente familiar. Nesse momento, veio à tona o modelo de educação familiar que é uma marca da sociedade brasileira. E que, a partir daí, apresenta-se em uma forma de eminente necessidade de rompimento para o avanço da sociedade.

Ainda hoje persistem, aqui e ali, mesmo nas grandes cidades, algumas dessas famílias “retardatárias”, concentradas em si mesmas e obedientes ao velho ideal que mandava educarem-se os filhos apenas para os círculos domésticos. Mas essas mesmas tendem a desaparecer ante as exigências imperativas das novas condições de vida. Segundo alguns pedagogos e psicólogos de nossos dias, a educação familiar deve ser apenas uma espécie de propedêutica da vida na sociedade, fora da família (HOLANDA, 1995, p.145).

Era esse tipo de relação que Sérgio Buarque criticava porque acreditava ser um entrave ao desenvolvimento brasileiro, já que muitas dessas características de uma família patriarcal e escravocrata eram levadas à vida pública, limitando assim as possibilidades de enfrentamento de tais imposições sociais.

Havia uma expectativa de que, com a proclamação da República, o Brasil viveria novos tempos, mas eram tempos de fortalecimento do exército, que saíra vitorioso da Guerra contra o Paraguai, e da doutrina positivista. As ciências naturais começaram a ganhar espaço em substituição às humanas que prevaleciam no Império.

Na Constituição de 1891, não há um capítulo específico sequer dedicado ao ensino ou à educação. O departamento que cuidava da transmissão do conhecimento era a “Secretaria da Instrução, Correios e Telégrafos” e coube a Benjamin Constant ocupar o cargo de primeiro “ministro da educação” da incipiente República. O grande embate da época ainda foi tentar desvincular o ensino católico do ensino público e organizar minimamente um sistema de ensino nacional que, no império, estava a cargo das assembleias provinciais.

Importantes reformas educacionais foram gestadas na República Velha: embora o país vivesse uma instabilidade política (várias decretações de estados de defesa e sítio) e econômica (crise do encilhamento, por exemplo), a chegada dos

imigrantes e de ideias anarquistas, bem como os ideais de uma nova pedagogia, travou um verdadeiro embate com o padrão das velhas oligarquias.

Em 1920, tem início em São Paulo, em Piracicaba, a reforma de Sampaio Dória, principalmente no ensino normal. Em 1923, Lourenço Filho é chamado ao Ceará para coordenar a reforma do ensino primário e secundário e, na Bahia, Anísio Teixeira iniciou também uma reforma que valorizava o indivíduo enquanto sujeito do ensino. Eram os pensadores da Escola Nova que, segundo Honorato (2017, p. 43):

A Reforma de 1920 representa por um ângulo o que Nagle (1976) denominou de "entusiasmo pela educação". Tratava-se de um momento que atribuía à educação do povo os problemas sociais, econômicos, políticos e nacionais a serem solucionados via a própria escola republicana. O entusiasmo pela educação nos anos de 1910 expressava de certa forma a tensão entre a política das oligarquias e a campanha dos nacionalistas. Os nacionalistas, entre eles Sampaio Dória, planejavam republicanizar a República tendo a instrução popular como forte bandeira em nome do progresso, consciência eleitoral e justiça.

Com a Revolução de 1930, é criado o Ministério da Educação, mas ainda vinculado à pasta da Saúde. A Constituição de 1934, promulgada após ampla tensão nacional, como a luta armada entre São Paulo e Mato Grosso contra o Governo Central, incorporou pela primeira vez um capítulo dedicado à educação e reforçou diretrizes gerais a serem seguidas pelos estados, cabendo à União a elaboração de um Plano Nacional de Educação. Algumas das ideias haviam sido expostas no famoso Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de março de 1932, e serviram de inspiração para a Comissão de Educação.

Mas a dubiedade do governo de Vargas, que ora acenava aos tenentes, ora às oligarquias regionais, além de uma Assembleia Constituinte que refletia ainda a transformação lenta de uma sociedade agrária para uma sociedade pré-industrial, não foi capaz de fazer com que o Texto de 1934 estabelecesse princípios democráticos fortes, como o acesso universal e livre de preconceitos. Com efeito, a Constituição clamava por um estímulo à educação eugênica e apenas o ensino primário se garantiu a gratuidade (arts 153, alínea 'b' e 150, parágrafo único, alínea 'b').

Com o Estado Novo, avança-se em relação à extensão do ensino gratuito, assegurando-se aos necessitados a gratuidade em todos os níveis, mas a repressão ao pensamento divergente à ditadura varguista é vista como dever dos novos educadores. Vários professores, como o próprio Anísio Teixeira e Edgar Sussekind,

são cassados nesse período. Também os sindicatos e as indústrias ficam obrigados a criar escolas gratuitas para os filhos dos operários (Constituição de 1937, art. 129).

Com a redemocratização, os esforços centram-se em restaurar o Texto de 1934 e elaborar a Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que é de 1961. O Golpe de 1964 interrompeu a lenta e progressiva qualidade da luta histórica pela melhoria do ensino e procurou estabelecer princípios para uma formação que favorecesse ensino técnico para as indústrias, uma alfabetização universal através do MOBREAL (Lei n. 5379/67), e passou a censurar o pensamento diferente do regime, elevando à condição de obrigatória, dentro da Doutrina da Segurança Nacional, as disciplinas de Educação Moral e Cívica e O.S.P.B. Tratava-se de uma política pública voltada à obediência de valores nacionalistas vinculados ao alinhamento brasileiro aos Estados Unidos da América no contexto da Guerra Fria.

Após resgate histórico, chega-se a um momento muito peculiar para as políticas públicas: a década de 90. Nesse período, o mundo vivia um período de internacionalização do capital, onde as fronteiras foram cada vez mais minimizadas. Havia um padrão global a ser acompanhado e que deveria atender aos interesses das grandes instituições financeiras. Isso muitas vezes teve e tem efeitos drásticos porque as especificidades locais não são consideradas. A orientação passou a ser a diminuição do Estado, redução de sua abrangência e, conseqüentemente, surgiram impactos severos nas políticas públicas educacionais.

Há menos Estado na produção, menos Estado na regulação e, portanto, mais mercado, o que é ótimo para viabilizar o projeto neoliberal. Por conseguinte, há menos políticas públicas e mais mercadorias e serviços. A educação, por exemplo, é agora tratada como um mercado e; só é acessível a quem pode pagá-la. Então, contrapomos essa visão do nosso ponto de vista de que a educação é um bem público e, portanto, é dever do Estado (BACELAR, 2003, p. 6).

Dentro dessa conjuntura, alguns marcos legais são importantes de ser mencionados na história da política de educação. A própria Constituição Federal de 1988, fruto de um longo período de lutas por direitos sociais, estabelece no art. 205 a educação como um direito:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, *online*).

Já o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) 1990 cita no art. 53: “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.”

Outro importante marco é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei Federal n. 9.394/96. Ela reafirma a educação como dever da família e do estado e direitos de todos. Embora todos esses marcos legais representem avanços na constituição da educação enquanto política social, segue uma tendência brasileira de ser financiada por uma política econômica monetarista e de ajuste fiscal.

A política econômica conjugada ao perfil de política social eletiva/focalizada com políticas pobres para os pobres radicaliza e dramatiza as expressões da questão social (BEHRING, 2008). A educação mesmo que construída sobre essas bases de dominação e construção de consensos também pode utilizar essa dinâmica para criar possibilidades de uma educação emancipadora e que esteja construída nas relações cotidianas.

É por isso que, também no âmbito educacional, as soluções “não podem ser formais; elas devem abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade estabelecida” (MÉSZAROS, 2008, p. 45).

Durante os anos 90, talvez o marco legal que deu maior suporte à luta da educação tenha sido, além da nova LDB, a instituição de um Fundo Constitucional que vinculou recursos de impostos e contribuições para o financiamento da educação fundamental, o Fundef (Emenda Constitucional 14, de 1996). Fruto de uma batalha histórica dos movimentos pela qualidade da educação foi instituído um piso mínimo nacional de “gasto” por aluno, que deveria ser igual em todo o território nacional. Apesar disso, o governo federal, que no período tinha uma política de estabilização monetária austera, relutou bastante em corrigir o valor do investimento por aluno, alegando que as crises internacionais e os empréstimos tomados do FMI exigiam um enxugamento das despesas federais.

Somente após 2002, com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder, é que a educação passa por um momento de expansão: novas universidades, novos concursos para professores e servidores, interiorização, etc. Ao contrário do período dos militares (1964-1985), houve uma expansão tanto das políticas públicas dirigidas ao ensino superior, como a ensino básico e fundamental: o Fundef evoluiu para o Fundeb e foi criado o piso nacional dos salários dos professores do ensino básico, fundamental e médio (Lei federal n. 11.738, de 2008).

A educação é um mecanismo de mudança social e a política de educação vigente no país é também resultado de anos de mobilização dos trabalhadores organizados em torno da garantia do direito à educação.

#### **4.2 A Assistência estudantil enquanto política pública**

Problematizar a respeito da educação implica compreendê-la a partir da perspectiva social e histórica dentro da sociedade capitalista e que as disputas e conquistas históricas são disruptivas, mas não são lineares: tome-se como exemplo a conquista democrática da Constituição de 1934, interrompida pelo Estado Novo e só retomada em 1946, que foi novamente interrompida em 1964 com o Golpe Militar e apenas retomada em 1988.

Principalmente em tempos contemporâneos, existem diversos condicionantes que permeiam seu entendimento, sejam eles políticos, sociais ou econômicos; ou seja, nos anos 90 e agora no período pós-2016, faz-se necessário entendê-la dentro do contexto de diminuição do Estado e perceber que a Política de Educação, assim como outras, vem tendo sua abrangência ameaçada, uma vez que a nova ordem pós-*impeachment* parece ser a diminuição do Estado e a valorização das instituições privadas, novamente.

É importante entender o contexto descrito acima, o jogo de interesses econômicos e, nesse cenário de disputas e contradições, é que surgem as questões: para quê e para quem essas políticas vão acontecer.

Frigotto (2010), ao tratar sobre educação, afirma que ela deve ser apreendida nos campos das determinações e relações sociais e apresenta-se historicamente como um campo de disputa hegemônica.

Também é necessário entender a configuração peculiar da sociedade brasileira, levando em consideração características marcadas pelo forte clientelismo, patrimonialismo, pela centralização do poder e pelo autoritarismo. O Brasil, assim também alguns países latino-americanos, teve um modo bem específico de desenvolvimento do sistema capitalista, implicando principalmente na utilização da coisa pública em favor dos interesses pessoais de minorias ou grupos políticos que já se encontravam no poder há muito tempo, influenciando sobremaneira a forma de gestação e execução das políticas públicas, em especial da política educacional.



Como se percebe, é a ordem econômica que vem definindo as ações do Estado brasileiro, no qual a promoção de justiça social e a equidade estão ficando à margem dos interesses econômicos, principalmente na educação. Como Bresser-Pereira (2012, p.120) menciona:

O desenvolvimento do Brasil estará sempre condicionado a sua política econômica, mas o essencial é saber se ele conta ou não com um pacto político que lhe permita definir uma estratégia nacional de desenvolvimento ou de competição internacional.

Embora esse tipo de modelo tenha sido o predominante na história do Brasil, trata-se de um modelo de política educacional de resistência, luta e expansão em meio a toda às tensões dessa conjuntura, mais especificamente no âmbito das instituições de ensino superior.

### **4.3 Trajetória da assistência estudantil no tempo**

A formação do processo educacional brasileiro, como já foi mencionada, deixou marcas que perduram até os dias atuais. Não houve no Brasil um processo realmente emancipatório de pensamento e visando rompimento de estruturas de classe vigentes. Então, essa questão é estrutural. Assim foi se constituindo a educação no Brasil, envolta por tais particularidades e que perduram até os dias atuais.

### **4.4 O período 1931-1988 – primeiros esboços**

Ações relacionadas à assistência estudantil eram inicialmente vinculadas à benesse e não possuíam nenhum caráter legal, o que dificultava a sistematização, bem como a efetivação dos serviços de assistência estudantil. Na década de 30 do século passado, durante o governo de Getúlio Vargas, a educação foi reconhecida como um direito público, sendo regulamentada pelo Estado. Pode-se citar a Lei Orgânica do Ensino Superior, instituída através do Decreto nº19. 851/31. Nesse período, quem estava à frente do Ministério da Educação e Saúde pública era Francisco Campos e foi ele quem propôs medidas de apoio aos estudantes universitários sem condições socioeconômicas adequadas.

A partir da Constituição de 1934, ações relacionadas à assistência estudantil passaram a aparecer em lei, porém ainda de forma muito inespecífica. O seu art.157 falava sobre: “fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica.”

A Constituição Federal de 1937 discorre que a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola devendo inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Obriga os sistemas de ensino a fornecer serviço de assistência educacional que assegure aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.

Na Constituição de 1946, o artigo 172 previu:

cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar. Já se pode perceber nessa lei tentativas iniciais de regulamentação da assistência estudantil, porém de modo não abrangente, sendo restrito aos ‘necessitados’.

É importante ressaltar que, em 1948, foi promulgada a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nos artigos 22, 26 e 29 dessa Declaração, a educação é citada como fundamental na luta pela igualdade e dignidade da pessoa humana, contribuindo para seu pleno desenvolvimento. Uma nova perspectiva é instaurada, ampliando assim a concepção de educação.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1961, a Lei nº. 4.024, era esperada desde a Constituição de 1934, mas somente 27 anos depois ela foi promulgada. Toda essa demora certamente comprometeu a sistematização da assistência estudantil, mas foi também um passo importante nessa área. No art. 9º da lei 4024/1961, fala-se sobre estimular a assistência escolar como um direito.

A Constituição de 1967 coloca a educação como um direito de todos e apresenta uma prerrogativa no que concerne ao ensino superior. Em seu artigo 168, estatui que, sempre que possível, o poder público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudos, exigindo o posterior reembolso.

Nos anos 70, um importante avanço acontece e é criado o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE) vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. A DAE tinha por objetivo implantar programas de assistência aos estudantes através de bolsas de trabalho, estudo, alimentação e moradia.

Em 1972, o Decreto 69.927 implementa o programa bolsa trabalho, que possibilita aos discentes de baixa condição financeira, de todos os níveis de ensinos, desenvolverem atividades profissionais.

#### **4.5 O período 1988-2009 – marcos institucionais importantes**

Toda a trajetória explanada até esse momento apresentou tentativas pontuais de assistência estudantil, ora focada muitas vezes na benesse, como dito no princípio do texto, ora marcado por características paternalistas. Entende-se esse como o primeiro momento da política de assistência estudantil no Brasil.

A partir de 1980, o Brasil entra em um processo de redemocratização, o governo militar passa a enfrentar uma crise e, nesse período, novos atores sociais e questões importantes, como a educação, entram em pauta de luta e reivindicação. Destaca-se aqui a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos comunitários e Estudantil, o Fonaprace, em 1987, que tem o objetivo de discutir, elaborar e propor ao MEC a política de promoção e apoio ao estudante. Com esse marco, inicia-se o segundo momento da política de assistência estudantil.

O segundo momento ganha ainda mais respaldo com a promulgação da Constituição Federal de 1988. A CF de 88 é um marco histórico na legislação do nosso país, pois amplia direitos e vai além disso ao tratar sobre a garantia destes, não só na área da educação. No art. 205, pontua-se que:

a educação constitui um direito social universal, concebendo-a como um direito de todos e dever do Estado e da família, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, além do seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, devendo ser promovida e incentivada por colaboração da sociedade (BRASIL, 1988).

É importante situar que, um ano após a promulgação da CF 88, foi criada a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). A criação da Andifes foi de extrema importância, pois era um meio de representar junto ao governo federal, associações de professores, de técnicos administrativos, estudantes e sociedade em geral as Instituições de Federais de Ensino Superior (IFES). (FONAPRACE, 2012). Assim, junto com o Fonaprace, a Andifes se apresenta como uma representação formal na defesa da assistência estudantil, bem como na luta por maiores e mais abrangentes políticas.

É válido ressaltar que, nessa segunda fase da assistência estudantil, muito atrelada à própria história da assistência social no Brasil, luta-se para ir além da benesse e de práticas paternalistas, sendo vislumbrada como uma política social que é direito constitucional, garantida no tripé da seguridade social: previdência, saúde e assistência social.

Durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que iniciou em 1995, a política de educação sofre influência da presença de instituições financiadoras internacionais e a tendência foi uma padronização do ensino para atender aos interesses do capital. Desse modo, o impacto negativo eo retrocesso foram grandes e influenciaram a assistência estudantil, principalmente no que concerne ao corte de verbas.

Em meio a esse contexto, é aprovada a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9394/96. No que concerne à assistência estudantil, no artigo 3º, inciso I, destaca: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996). É importante observar que, mesmo estando tanto na CF 88 como na LDB, não existia nada que tratasse a respeito da destinação de recursos, bem como da estruturação de programas, o que deixava a assistência estudantil descentralizada, já que dependente nesse momento de cada instituição de ensino.

Em 2001, foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), através da Lei nº 10.172, conhecido como PNE 2001-2010. Inserido na parte de objetivos e metas nº 34, ressalta o texto que o Estado deve “estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsas de trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrarem bom desempenho acadêmico”.

Em 2002, Luiz Inacio Lula da Silva é eleito presidente do Brasil e, com ele, a expectativa de um novo momento no país, de distanciamento das políticas neoliberais, o que não aconteceu totalmente: exemplo disso foi, em 2005, a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), parceria público-privada que fornecia bolsas em universidades particulares a estudantes que comprovassem renda salarial de até 1 salário mínimo e meio.

Em 2007, através do Decreto nº 6.996/2007, é instituído o REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, que, mesmo com objetivos importantes, foi criticado por poder gerar

sucateamento e comprometimento do ensino superior de qualidade. Também em 2007, através da portaria normativa nº 39 do MEC, o Plano Nacional de Assistência Estudantil foi instituído como uma política de governo.

#### **4.6 O período de 2010 à atualidade - Normatização e o PNAES**

Em 19 de julho de 2010, foi instituído o Decreto nº 7.234, que dispôs sobre a criação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), executado pelo Ministério da Educação.

A norma tem por finalidade: ampliar as condições de acesso e permanência na educação superior pública federal; e, por objetivo: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação, visando atender estudantes que detenham renda bruta familiar de até um salário mínimo e meio per capita.

O PNAES estabelece, em seu artigo 3º, que seus objetivos deverão ser articulados com atividades de ensino, pesquisa extensão, visando ao atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior. Será desenvolvido nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Com o programa, passa-se a ter recursos específicos para assistência estudantil nas instituições de ensino superior e, assim, esse marco legal passou a pautar as ações de assistência estudantil na educação. A partir da PNAES, existe organização legal e metodológica na assistência estudantil.

A assistência estudantil passa a ser vista como uma aliada à formação dos alunos nas Instituições de Ensino Superior e torna-se importante no percurso formativo do aluno. O acompanhamento dos estudantes por profissionais qualificados passa a ter importância de forma a entender seu contexto e respeitar particularidades de sua condição social e econômica, de forma que auxiliem a permanência destes nas instituições.

A partir de 2003, com o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, inicia-se uma era de novas perspectivas para a classe trabalhadora que vislumbra um futuro com mais oportunidades, entre estas o acesso e permanência em Instituições de Ensino Superior e Técnico. É um período onde existe uma retomada da tentativa de desenvolvimento social, com ampliação de serviços sociais, conforme salienta Estenssoro (2011). Tem-se em curso uma política de Estado que tenta ampliar o caráter redistributivo limitado do Estado de Bem-Estar Social Brasileiro, de modo que este assuma alguma capacidade de redução da secular desigualdade social.

Dentro dessa conjuntura, a educação brasileira sempre manifestou essa segregação de classes sociais, principalmente no ensino superior público. Além de raras as oportunidades de acesso, ainda mais escassas eram as ações que corroborassem na permanência em instituições educacionais. Aliado a isso, durante os anos em que Fernando Henrique Cardoso foi presidente, de 1995 a 2002, praticamente não houve criação de novos Institutos Federais de Ensino Superior, o que dificultou ainda mais o acesso das camadas mais pobres, já que por conta dos processos seletivos mais restritos a pequenos números de vagas eles eram prioritariamente acessados por estudantes oriundos de escolas particulares.

Durante os governos de Lula e Dilma (2002 a 2016), percebeu-se uma tendência de expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e tecnologia (IFs) em todo o país. De acordo com informações obtidas no site do Ministério da Educação (MEC), entre os anos de 2003 e 2010, o governo federal entregou 214 IFs. Antes dessa data, existiam 140 no país e, entre 2011 e 2014, 208 IFs foram entregues, totalizando 562 em funcionamento. No Ceará, 34 municípios abrigam uma unidade do IFCE em funcionamento ou com previsão para começar suas atividades.

Diversos municípios tiveram unidades do IFCE instaladas e é inegável que a chegada dessa política pública em lugares onde, muitas vezes, não existia acesso à educação superior e tecnológica ocasionou profundas mudanças na realidade local. A instalação dessas unidades e dos cursos que são ofertados é fruto de uma pesquisa que busca atender às demandas regionais.

Ao mesmo tempo em que foi de fundamental importância, pelo fato da ampliação de uma política pública, isso possibilitou não só o acesso de pessoas que estavam alijadas do processo educacional, mas também atendeu ao desejo do capital por mais desenvolvimento tecnológico e mão e de obra capacitada.

Suas atividades intrínsecas de pesquisas básicas e aplicadas, de disseminação de conhecimento científico e tecnológico de formação e qualificação de recursos humanos incidem de forma decisiva na evolução e na trajetória do progresso técnico e, por consequência, no desempenho das empresas e, em termos mais amplos, da economia em seu conjunto (VIEIRA, 2017, p. 278-279).

O surgimento e a expansão dos IFCEs possibilitaram o poder local também ser protagonista nas iniciativas de desenvolvimento da vida econômica e social, já que a instalação destes também se deu a partir de audiências públicas, iniciativas de participação popular, que só puderam ser vislumbradas a partir da instauração do Estado Democrático de Direito de 1988 e das iniciativas de descentralização, nas quais algumas políticas públicas também passaram a ser constituídas tomando por base a participação. Surgem novos personagens no campo da democracia, muito embora o viés econômico seja o predominante, formas de resistência também aparecem.

“São estes novos atores que vão flexionar a agenda política da resistência ao regime autoritário, deslocando para o nível das estruturas de poder local o debate sobre o tema da resistência” (COSTA, 1996, p. 3).

Trata-se aqui de desenvolvimento regional possibilitado pela política de expansão das IEs. É importante destacar que a expansão das IES foi um fenômeno do Brasil inteiro, mas a região Norte e a Nordeste foram as que tiveram o maior aumento. Territórios fortemente marcados por práticas coronelistas e por políticas compensatórias apresentaram aumento justamente na Política de Educação, política transformadora e com alta capacidade emancipatória: dados relevantes para se tentar analisar uma incipiente mudança nas estruturas de poder e de constituição das políticas públicas.

Embora tenha sido abrangente, favorecendo todas as regiões do país, esse processo de crescimento sistêmico foi particularmente importante para o Norte e o Nordeste, cuja posição relativa no ensino superior foi reforçada, em consequência de taxas de crescimento que se situaram acima da média nacional, tanto em termos de número de IES quanto no que se refere ao total de matrícula e em cursos presenciais de graduação (VIEIRA, 2017, p. 292).

É importante ressaltar que, quando os IFs são instalados nas regiões, as bases econômicas e produtivas podem ser alteradas. Tendo em conta a realidade do campus do IFCE, na cidade de Sobral, atualmente, existem cerca de 2972 alunos matriculados e treze cursos, sendo sete de nível superior e cinco técnicos, além de um mestrado e duas especializações. Com a instalação desse campus, semestralmente, um grande número de novos profissionais adentrou ao mercado e

proporcionou novas possibilidades para a região. Além de puxar certo crescimento econômico, a instalação desses *campi* dos IFs traz também possibilidades culturais, ensino, pesquisa, conhecimentos tecnológicos, entre outros.

As IES são dotadas de capacidades que podem efetivamente dinamizar os contextos socioeconômicos nos quais estão inseridas, sobretudo por meio de encadeamentos para frente engendrados pelas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Contudo, firma-se cada vez mais a compreensão de que tais encadeamentos não são gerados espontânea e instintivamente, produzindo efeitos homogêneos e de forma automática e natural [...] (VIEIRA, 2017, p. 302).

A instalação dos IFs também favoreceu um alinhamento das esferas municipal e estadual, possibilitando que os atores locais aproveitassem a potencialidade do desenvolvimento da região.

A efetivação do PNAES enquanto programa, a possibilidade de garantir repasse de recursos financeiros, tudo isso certamente reposicionou a assistência estudantil nas universidades federais e nos institutos federais.

É importante analisar o contexto político e socioeconômico do Brasil neste período, já que a assistência estudantil faz parte de uma totalidade em que essa compreensão se faz fundamental.

#### **4.7 Contexto e desafios da assistência estudantil na atualidade**

Mesmo com muitos avanços na área social, conquistas, o Brasil ainda era(e) um país que precisava avançar muito na educação. Segundo dados do Censo de 2010 do IBGE, 49,3% dos brasileiros de 25 anos ou mais não tinham instrução e o ensino fundamental completo.

Durante o segundo mandato do presidente Lula, através da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com a criação dos Institutos Federais vinculados ao Ministério da Educação, muito se avançou na formação do ensino superior. A educação profissional foi finalmente colocada como uma política estratégica para o desenvolvimento nacional, ainda que permeada pelo contexto político subordinado ao mercado.

É inegável o contexto singular que a ampliação da educação profissional representa nesse momento, principalmente no que concerne ao acesso a tais



instituições de ensino. Elas tinham previsão de ser criadas a partir das demandas de cada região, valorizando suas potencialidades e inegavelmente, devido à interiorização da educação, dando oportunidades a muitas pessoas o acesso ao ensino em um Instituto Federal.

Mesmo assim, contextualizar a assistência estudantil e especificamente o momento político do seu surgimento implica em compreender o governo Lula e suas contradições. Embora tenha sido um governo promotor de políticas sociais, como a ampliação de vagas, democratização do acesso, principalmente no que se refere à política de cotas, por outro lado, teve mais permanência que ruptura ao subordinar a educação ao capital produtivo. Como exemplo disso pode-se citar o aumento dos instrumentos de avaliação, bem como o crescimento da educação a distância e de grandes conglomerados da educação, empresas que tratam a educação como mercadoria.

A política educacional apresenta alguns indicadores que refletem essa conjuntura, conforme dados disponíveis no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (IPEA, 2014) e Fundação Seade (SEADE, 2014).

Dados do censo de 2010 do IBGE descrevem que o nível de instrução das pessoas residentes em área rural é expressivamente mais baixo que o daquelas em área urbana, o que reflete a diferença histórica na escolarização das populações dessas duas áreas. Na área urbana, 44,2% da população de 25 anos ou mais de idade era sem instrução ou tinha o ensino fundamental incompleto, na área rural, esse indicador sobe para 79,6%. Para o superior completo, o percentual foi de 12,9%, para o indicador da área urbana, e 1,8%, para o da rural.

Outro dado importante relativo ao censo de 2010 é referente ao percentual de brasileiros com nível superior completo, que passou de 4,4%, em 2000, para 7,9%, em 2010. No começo da década passada, 6,1 milhões de brasileiros tinham terminado ao menos um curso universitário. Em 2010, já eram 12,8 milhões, o que representa crescimento de 109,83% nesses dez anos.

Os dados integram os Resultados Gerais da Amostra do Censo de 2010, pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada em 27 de abril. Todas as regiões brasileiras apresentaram crescimento em relação aos percentuais da população com graduação no período pesquisado.

No cenário mundial, em pesquisa divulgada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em novembro de 2010, situava o Brasil na 73ª

colocação no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), O índice de 0,699, de acordo com o órgão, situa o País entre as nações de alto desenvolvimento humano e supera ainda a média mundial, de 0,624.

Segundo relatório da Andifes, a expansão quantitativa das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) provocada pelo REUNI garantiu que as ofertas de vagas fossem ampliadas, chegando a 187mil estudantes no ano de 2010. À época da pesquisa, cerca de 43,7% dos discentes pertenciam às classes C, D e E. A partir desse dado, pode-se concluir que quase metade dos estudantes das universidades federais pertencia às camadas populares.

Assim, nesse momento, todas as medidas pareciam caminhar no sentido de viabilizar não só o acesso, mas também a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e as ações de assistência estudantil se fazem ainda mais importantes.

O PNAES se apresenta enquanto programa tendo por finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. A efetivação do PNAES trouxe uma nova realidade às Instituições de Ensino Superior. A partir do Decreto 7234/2010, a assistência estudantil passou a fazer parte das IES. Essa política se apresenta como um lugar de contradições e tem interesses divergentes, mas, ao mesmo tempo, é uma importante conquista de direitos.

É importante falar do trabalho do assistente social na execução dessa política e o expressivo aumento de vagas em concursos públicos para este cargo, a partir do PNAES, visando a sua efetivação. O IFCE conta atualmente com 44 profissionais de Serviço Social, que trabalham nos campi ou na Reitoria, com vistas a efetivar a política de assistência estudantil na instituição.

A assistência estudantil passa a ser vista como uma aliada à formação dos alunos nas instituições de ensino superior e torna-se importante no percurso formativo do aluno. O acompanhamento dos estudantes por profissionais qualificados passa a ter importância para entender seu contexto e respeitar particularidades de sua condição social e econômica, de forma que auxiliem a permanência destes nas instituições.

O PNAES tem como público-alvo de suas ações os estudantes com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, além desse, cada instituição de ensino pode gerar outros critérios, assim, um dos grandes desafios para essa política

é lidar com a dualidade seletividade x universalidade dentro de uma política que vinha ganhado força e investimento.

Pensar no futuro do PNAES ainda é algo muito incerto, pois nos últimos anos muito tem sido noticiado a respeito de cortes de investimentos em educação por parte do governo federal, fato que vem ocasionando uma série de consequências graves ao funcionamento dos Institutos Federais de Ensino Superior (IFES), atingindo também os programas de assistência estudantil. Isso se deu em cumprimento à Emenda Constitucional do congelamento dos gastos públicos por 20 anos, que estão atrelados à inflação.

Com a expansão da rede federal de ensino, a demanda pelas ações da PNAES foi crescente e fundamental para a permanência de muitos estudantes nas IFES, já que tal expansão proporcionou o acesso de uma parcela da população que não tinha perspectiva de ingresso em uma instituição de ensino superior.

No atual contexto do Brasil, em que se verifica o caminho para um Estado mínimo e excludente, que atende às demandas do capital externo, a educação é uma política pública que tem sido impactada diretamente com esse tipo de direcionamento político e econômico por parte do governo federal, já que é estratégica na adequação do país à conjuntura internacional.

Como se percebe, é a ordem econômica que vem definindo as ações do Estado brasileiro, com a promoção de justiça social e da equidade ficando à margem dos interesses econômicos, principalmente na educação. Como Bresser-Pereira (2012, p.120) menciona:

O desenvolvimento do Brasil estará sempre condicionado a sua política econômica, mas o essencial é saber se ele conta ou não com um pacto político que lhe permita definir uma estratégia nacional de desenvolvimento ou de competição internacional.

#### ***4.7.1 Juventude e assistência estudantil***

Atento a essas especificidades, acredita-se também ser importante situar teoricamente, mesmo que brevemente, a categoria juventude, uma vez que o público-alvo do nosso objeto de pesquisa é compreendido nessa faixa.

O conceito de juventude tem sido construído historicamente com base em relações culturais, sociais e econômicas. A partir do século XX, crianças e adolescentes saíram da invisibilidade e foram reconhecidos como sujeitos

participantes da vida social, cultural e até econômica da sociedade. Essa mudança deu-se a partir do processo de industrialização das cidades, em que o trabalho passou a ter maior importância na vida das pessoas, mudando, assim, as configurações das famílias existentes até então. A escola passou a ser o espaço de socialização antes ocupado pela família. Os jovens ali ficavam para preparar o seu futuro, adiando a entrada na vida adulta. *A instituição escolar definiu um lugar e papel específico para os jovens, o de se preparar para o futuro, postergando sua entrada no mundo social.* (ABRAMO, 2003, p. 220). Entretanto, nem todos os jovens tinham acesso às escolas, que geralmente eram do sexo masculino e filhos das classes mais ricas. Aos que não tinham acesso, restava sofrer com o preconceito com os processos de exclusão.

O termo juventude tem se configurado como uma expressão da modernidade e está em intensa movimentação; vem se construindo com o passar dos anos e a partir das determinações históricas, sociais, culturais e econômicas. Groppo (2000, p. 7-8) fala sobre isso: “A juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos”.

A juventude é uma construção social e está envolta em diversos questionamentos. Essa diversidade é um fator de dificuldade também para quem estuda a juventude, pois definir o espaço de tempo em que esta fase se encontra não é tarefa fácil. Dayrell (2005, p. 21), em suas reflexões sobre o tema, fala; “não é fácil construir uma noção de juventude que consiga abranger a heterogeneidade do real”.

Referir-se à juventude(s), em vez de juventude, é melhor para pensar esta categoria, porque cada experiência de vida individual perpassa diferentes experiências (classe social, raça, sexo, lugar onde mora, etc.), possibilitando visões distintas acerca de um mesmo período de vida.

Esta concepção alerta-nos sobre a existência na realidade de grupos sociais concretos de uma pluralidade de juventudes: de cada recorte sócio cultural. [...] Cada juventude pode reinterpretar à sua maneira o que é ser jovem (GROPPO, 2000, p. 15).

Segundo Groppo (2000, p. 7-8), a juventude pode ser definida como uma categoria social, ao ser definida como categoria social, a juventude torna-se ao mesmo tempo uma representação sociocultural e uma situação social. Pensar e refletir sobre juventude, partindo da perspectiva de categoria social, é concebê-la como uma

representação dos grupos sociais, valorizando assim todas as suas determinações. Parte-se então de uma perspectiva plural de juventudes, respeitando todas as especificidades dos discentes analisados.

A juventude é um momento no qual ocorrem diversas transformações e onde são vividas novas experiências. Ela não se dá de forma igual para todas as pessoas, partindo deste pressuposto, não se pode pensá-la de maneira homogênea. Por estes motivos fica difícil definir um marco limite para a entrada nessa fase, visto suas variações; o que existe é um período de mudanças, transformações e acontecimentos. A amplitude de olhares sobre esta categoria instigou pesquisadores em diversos momentos da história da sociedade, escrever uma história dos jovens implica na adoção de uma multiplicidade de perspectivas, Schindler (1996, p. 11).

Falar em juventude é movimentar-se em um campo ambíguo de conceituação. As juventudes constituem-se como categoria social, no que tange à definição de um intervalo entre a infância e a vida adulta, apenas no final do século XIX, ganhando contornos mais nítidos no século XX (DIÓGENES, 1998, p.93).

Para a legislação brasileira, de acordo com o Estatuto da Juventude, Lei nº12.852, de 5 de agosto de 2013, artigo 1º, a faixa etária considerada como juventude é a que se delimita entre 15 e 29 anos. Assim, é pertinente tratar deste conceito, já que os entrevistados desta pesquisa têm entre 20 e 26, enquadrando-se assim nessa faixa geracional e em todas as suas particularidades.

A juventude vem permeada por receios, novidades e escolhas. É o período em que a sociedade cobra, questiona e, muitas vezes, impõe a resolução rápida e sem traumas de conflitos e angústias. É uma fase de mudanças; no caso dos jovens entrevistados nessa pesquisa, há o adicional de mudança de cidade, da rotina, dos amigos, etc.

Eu mudei bastante depois que vim para cá, para melhor eu acho, nas questões de estudo, mentalidade, passei a levar as coisas mais a sério, tenho mais foco. Sou muito diferente. (Aluno 4)

Desse modo, é preciso estar atento e resistente no sentido da construção de uma perspectiva de educação que atenda ao desenvolvimento e garanta o pleno funcionamento do programa de assistência estudantil, fundamental à permanência dos estudantes, em sua maioria, jovens, nas IFES, realizando uma política alinhada a uma visão de juventude abrangente, inclusiva, que possa promover um processo de

escuta desses jovens. As entrevistas realizadas e gravadas, justamente com esse intuito, tiveram o cuidado de procurar compreender quais eram os principais anseios e respostas dos alunos à política pública.

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Neste capítulo, analisam-se os objetivos específicos referentes à caracterização dos discentes e no entendimento acerca de suas contribuições, além de elucidar a compreensão dos participantes da pesquisa sobre a relação entre PNAES e garantia de sua permanência no IFCE Sobral, no âmbito do ensino superior.

Antes de se aprofundar nas discussões acerca dos resultados, acha-se pertinente contextualizar o auxílio moradia dentro do contexto da assistência estudantil no IFCE.

### 5.1 Política de assistência estudantil no IFCE

A política de assistência estudantil no IFCE é direcionada pela Resolução nº 14, de 18 de fevereiro de 2019. Esta resolução aprova o regulamento de concessão de auxílios estudantis no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. A resolução estabelece em seu capítulo I, que trata da definição, princípios e objetivos:

#### Capítulo I

Art. 4º O Regulamento de Auxílios Estudantis (RAE), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), normatiza o Programa de Auxílios, previsto na Política de Assistência Estudantil do IFCE (aprovada pela Resolução nº 024, de 22 de junho de 2015), e institui ações de efetivação do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Art. 5º O Regulamento de Auxílios Estudantis será regido pelos seguintes princípios:

- I. Respeito à dignidade do sujeito, à sua autonomia, ao direito a benefícios e a serviços de qualidade, à permanência, às convivências escolar, familiar e comunitária;
- II. Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, à ampla divulgação dos recursos, aos benefícios e serviços da assistência estudantil, no âmbito de cada campus;
- III. Incentivo à participação da comunidade discente nos assuntos relativos à assistência estudantil;
- IV. Prioridade ao atendimento de estudantes em situações de vulnerabilidade social.

Art. 6º Os auxílios têm por objetivos e finalidades:

- I. Ampliar as condições de permanência e apoiar a formação acadêmica dos discentes, visando a reduzir os efeitos das desigualdades sociais;
- II. Contribuir para a redução das taxas de retenção e de evasão;
- III. Propiciar a melhoria do desenvolvimento acadêmico e biopsicossocial do discente;
- IV. Possibilitar aos discentes maior participação no contexto acadêmico, visando à sua formação integral;
- V. Fomentar a inclusão social pela educação.

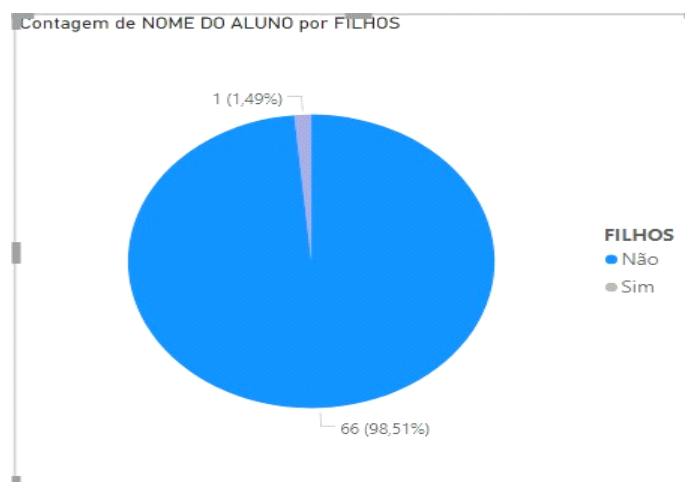
Assim, sob essas diretrizes, o auxílio moradia se apresenta como uma possibilidade de garantir a permanência e continuidade dos estudos no IFCE. O auxílio moradia subsidia despesas com locação ou sublocação de imóveis pelo período de um ano, pago em até doze parcelas mensais, com possibilidade de renovação após seis meses, caso as condições originais se mantenham e não exista reprovação em mais de doze créditos.

O auxílio moradia deve atender, prioritariamente, estudantes oriundos de localidades e cidades fora da sede do campus Sobral e dependentes financeiramente da família de origem. Obrigatoriamente, é necessária a publicação de um edital anual para viabilizar a inscrição dos alunos neste. Assim, tem-se um perfil inicial de pesquisados, já traçado pelos próprios critérios para admissão: estudantes que não são de Sobral que comprovem dependência financeira da família e que atinjam o per capita determinado pelo RAE: até 1 salário mínimo e meio. Estas são as condições necessárias para os alunos se inscreverem no auxílio moradia.

## 5.2 Quem são os alunos que recebem auxílio moradia?

O perfil dos alunos que recebem o auxílio moradia no IFCE Sobral é variado. No que concerne ao sexo, 40,3% são do sexo feminino e 59,7%, do sexo masculino. 98,51% não possuem filhos e apenas uma pessoa (1,49%) tem filhos. Com relação ao estado civil, 98,51% são solteiros e 1,49%, casado. Estes dados apresentam um perfil majoritário de alunos do sexo masculino, solteiros e sem filhos.

**Gráfico 2 - Distribuição de alunos com filhos**

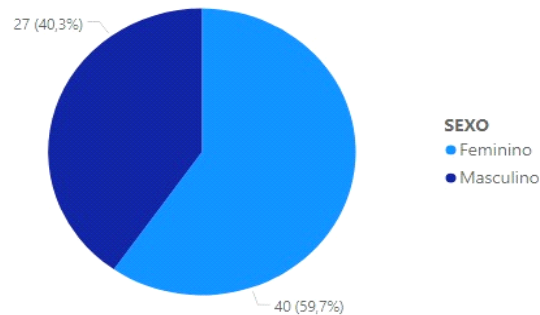


Fonte: Elaborado pela autora, 2019



### Gráfico 3-Divisão de alunos por sexo

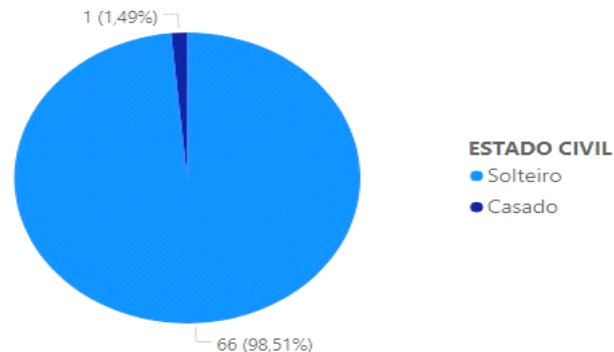
Contagem de NOME DO ALUNO por SEXO



Fonte: Elaborado pela autora, 2019

### Gráfico 4-Contagem de estado civil dos alunos

Contagem de NOME DO ALUNO por ESTADO CIVIL

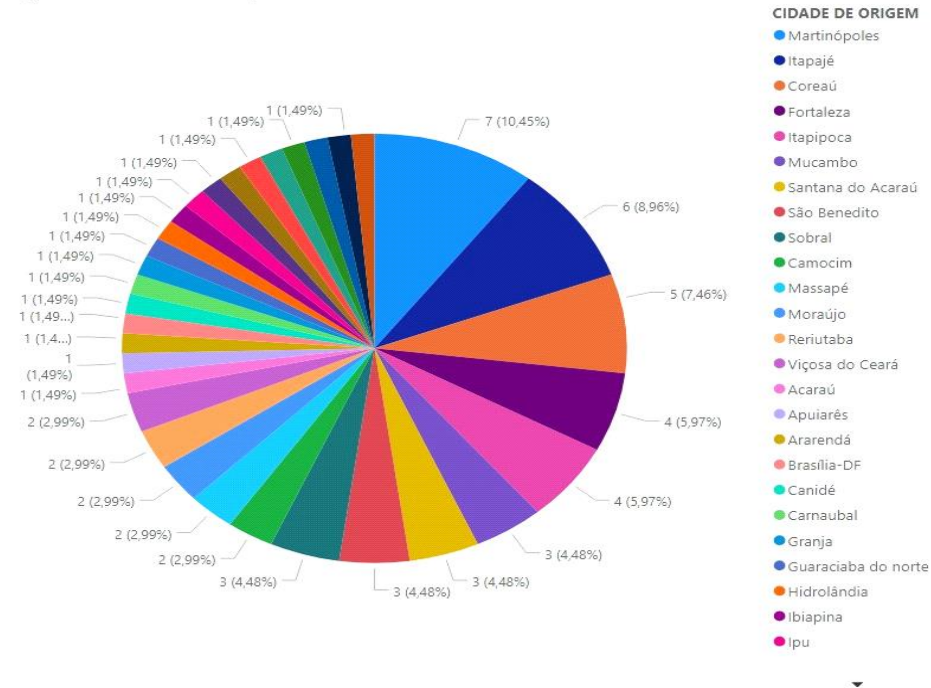


Fonte: Elaborado pela autora, 2019

Os alunos são de distintas cidades de origem, a maioria vizinha a Sobral, outras mais distantes, em comum apenas a possibilidade de ter acesso a uma educação de qualidade que não seria possível caso permanecessem em suas cidades de origens. São cidades pequenas, algumas, como a cidade de Moraujo, tem apenas 8.000 habitantes, de acordo com dados do IBGE de 2010. Algumas cidades não oferecem nenhuma opção de ensino superior, outras têm apenas particular, o que já limita o acesso para boa parte dos estudantes.

## Gráfico 5-Distribuição por cidade de origem

Contagem de NOME DO ALUNO por CIDADE DE ORIGEM



Fonte: Elaborado pela autora, 2019

A cidade de Martinópolis, distante 98 km de Sobral, é a que percentualmente tem o maior número de alunos recebendo auxílio moradia. Martinópolis é uma cidade que, segundo o censo IBGE de 2010, possui 10.220 habitantes, assim como ela, essa é a realidade de muitas outras cidades das cidades de origens desses alunos, cidades pequenas e sem muitas oportunidades para os jovens. A interiorização do ensino proporcionou o acesso de milhares de estudantes a uma IES e essa é uma realidade cotidiana no campus Sobral, os muitos ônibus que se afilaram na rua em frente ao IFCE diariamente, cada um adesivado com o nome de uma cidade diferente, denunciam as muitas cidades de origem que formam o corpo discente do IFCE. Ao serem perguntados se teriam as mesmas oportunidades, caso tivessem permanecido em suas cidades, os entrevistados responderam:

Não, eu teria que pagar, porque lá só tem faculdade particular, ia ser muito mais difícil, eu teria que trabalhar para pagar a faculdade e trabalho lá também é muito difícil. Dificilmente eu teria possibilidades. (Aluno 6)

Não, nem de estudo, nem social, principalmente de conhecimento (Aluno 7)

Não, de jeito nenhum. Foi muito importante ter vindo para cá. O IFCE me proporcionou participar de um projeto que planejava Sobral para os próximos 30 anos, desde o prefeito até pessoas que trabalhavam no Rio grande do Sul isso através do ENACTUS, um projeto de extensão do IFCE. Se eu tivesse ficado no meu distrito não teria a oportunidade de fazer tantos contatos assim

e conhecer tanta gente. (Aluno 9)

Claro que não. Talvez se eu estivesse ficado lá a mercê da situação de qualquer município pequeno que é a política, ficar dependendo, ou talvez nem isso, talvez tivesse ficado encostado em casa. O IFCE foi uma porta para mim e que eu pude conhecer novos rumos que nem pensei para minha vida, novos objetivos, crescimento altíssimo e graças a deus meus pais sempre acreditaram em mim, desde quando sai de casa para estudar eles nunca duvidaram do que eu estaria fazendo aqui, me incentivam, muito. (Aluno 10)

Com certeza não, lá não tem ensino superior, se eu tivesse ficado lá teria que batalhar igual meu pai falava. (Aluno 12)

A interiorização da educação faz parte de um processo amplo e complexo que objetivava reduzir ou minimizar desigualdades estruturais na educação pública superior. Observando a tabela abaixo, que compara os índices de matrículas em cursos presenciais superiores em 2001 e em 2010, tem-se um aumento substancial no número de matrículas, demonstrando que as políticas de criação de vagas no ensino superior saíram do papel e viraram realidade no Brasil. Dias Sobrinho (2011) coloca que o direito social à educação de qualidade é um aspecto essencial e deve ser prioritário na construção da sociedade, agindo como instrumento de inclusão socioeconômica, por esse motivo, deve ser guardado pelo Estado.

**Tabela 1 - Distribuição e participação percentual de matrículas em cursos de graduação presenciais por Região Geográfica – 2001 e 2010**

Região Geográfica	Matrículas – Cursos Presenciais					
	2001	%	% População <sup>1</sup>	2010	%	% População <sup>2</sup>
<b>Brasil</b>	3.030.754	100,0	<b>100</b>	5.449.120	100,0	<b>100</b>
Norte	141.892	4,7	5,8	352.358	6,5	8,3
Nordeste	460.315	15,2	28,7	1.052.161	19,3	27,8
Sudeste	1.566.610	51,7	43,4	2.656.231	48,7	42,1
Sul	601.588	19,8	15	893.130	16,4	14,4
Centro Oeste	260.349	8,6	7,1	495.240	9,1	7,4

Fonte: INEP. Censo da Educação Superior, 2010

O Nordeste brasileiro tem sido, historicamente, como já mencionado no capítulo sobre desenvolvimento, uma região onde muitas ações do poder público foram direcionadas visando superar o desequilíbrio de desenvolvimento regional entre as regiões. A regionalização torna-se um instrumento efetivo de intervenção dos territórios objetivando a redução das desigualdades regionais. A política de ampliação de vagas no ensino superior pode se enquadrar, pois, como uma dessas, na medida

em que contribui efetivamente para tal redução através da possibilidade de acesso e permanência nas IES.

Alguns alunos conseguem, inclusive, vislumbrar uma oportunidade de, a partir do conhecimento e possibilidades que o IFCE proporciona, desenvolver suas cidades de origem, contribuindo de alguma forma para que esse conhecimento seja direcionado para aquelas pequenas cidades. O aluno 1, por exemplo, diz que não fez o curso pensando em voltar para sua cidade, porém consegue perceber o seu conhecimento adquirido como oportunidades de desenvolvimento para situações locais de sua cidade de origem:

Não fiz pensando em voltar para lá, mas pode ser que, com o passar dos semestres, eu consiga ligar uma coisa a outra e o saneamento ele abre muito a mente da gente para coisas que antes você não percebia, a importância como a coleta de lixo seletiva, então, a princípio, não foi para me formar e voltar para lá, mas pode ser que isso aconteça. (aluno 1)

Tem até a tecla que eu bato muito com minha mãe em relação ao mercado público da minha cidade, trazendo essa visão de alimentos seguros, higienização não tem lá, é carente eu acho até mesmo que é por conta da falta de conhecimento. As autoridades não se importam com a matéria-prima, a que é consumida, e aí eu vejo que é muito complicado, eu queria muito trazer isso. Tanto o conhecimento a mais que eu consegui, porque é o meu curso e trazer uma ajuda, acho que esse é o foco, sair pra fora, mas a gente voltar e trazer algum benefício para a cidade. (aluno 6)

Com certeza, no sentido de melhoria da qualidade de produção, dos produtores, um cuidado maior que eles devem ter. Em Interior, a maioria dos processos que eles fazem é arcaica e rústica e eu acho que atualmente eles devem pelo menos buscar a melhora na qualidade para poder chamar mais a atenção das pessoas e também eles não terem tantas perdas, porque a maioria dos trabalhos que eles fazem é no tempo da lua, coisas assim, eles levam muito para esse lado e aí tendo um controle maior acho que eles podem ter um melhor aproveitamento. (aluno 10)

Trazer políticas públicas efetivas, que causem impacto local para regiões afastadas das capitais e grandes centros urbanos, certamente possibilitou ampliação de horizontes não apenas para os diretamente atingidos, nesse caso, os alunos, mas também à família, comunidade e vizinhos.

As políticas de longo prazo que tenham como objetivo uma mudança real na estrutura da sociedade são fundamentais. As políticas compensatórias só podem ser aplicadas como uma etapa transitória de uma política global que busque soluções permanentes. Essas soluções passam pela geração de emprego e renda e pela promoção da educação e saúde (CHACON, 2007, p.222).

Diante desse contexto, é importante mais uma vez trazer à tona a questão que não é suficiente criar essas políticas públicas e apresentá-las aos jovens, mas é fundamental mantê-los, garantir a continuidade e permanência nesta.

A realidade de uma cidade de Interior muitas vezes é marcada por graves problemas, além dos socioeconômicos e da falta de oportunidades, há a questão do acesso: distâncias físicas limitam a chegada dos alunos às instituições de ensino, como citado anteriormente, ônibus de diversas cidades chegam diariamente ao IFCE trazendo os estudantes, torna-se interessante ressaltar um pouco dessa realidade, já que o desgaste dessas viagens diárias foi mencionado por muitos como o grande incentivo para a inscrição no auxílio moradia. Freitas (2013) escreveu a respeito dos universitários viajantes que estudam em Sobral. Em seu artigo, ela analisa as relações estabelecidas nesses ônibus intermunicipais, geralmente cedidos pela prefeitura da cidade. Os ônibus podem ter a viagem custeada integralmente pela prefeitura ou alguma taxa ser paga pelos alunos.

Práticas e sociabilidades surgem a partir dessa maneira particular de experimentar o transporte, já que se entregar ao convívio com os pares configura-se como uma das possibilidades oferecidas no decurso da viagem para passar ou aproveitar o tempo. Os ônibus universitários possuem vida (FREITAS, 2013, p.91).

É inegável a importância dos ônibus intermunicipais de estudantes não só para os alunos do IFCE, mas como para os estudantes de outras universidades de Sobral, entretanto é importante ressaltar que as viagens são desgastantes por vários motivos: estradas ruins, perigosas, ônibus em mal estado de conservação, alunos cansados com viagens que podem durar até duas horas, o trecho, assim, o auxílio moradia torna-se uma importante opção para que o cansaço das viagens seja minimizado e conseqüentemente o rendimento do aluno possa melhorar. Sobre esse assunto alguns alunos comentam:

Fiquei dois anos indo e vindo de Granja, fiz uso da assistência psicológica porque desenvolvi ansiedade, atrasei dois semestres por conta disso e então eu não consegui me envolver tanto em pesquisa por conta desse transtorno psicológico. Por conta das minhas viagens, idas e vindas para Granja, eu acordava muito cedo, 4 horas da manhã, e voltava para casa quase duas horas da tarde, então, eu não conseguia dormir, eu tinha insônia e desenvolvi essa ansiedade, eu não dormia bem, então, eu piorava, faltava muita aula porque eu não conseguia acordar às vezes porque eu não dormia à noite. (Aluno 13)

Com certeza é melhor morando aqui, pelo fato de eu não precisar gastar tanto

tempo indo e vindo. Agora eu estou morando aqui e não é tão longe da instituição, então, auxilia no meu tempo, eu tenho mais tempo para o estudo (Aluno 8)

Tenho colegas que moram no interior do interior, vem de ônibus e não conseguem chegar aqui cedo, é importante morar aqui perto para estudar e ter melhor rendimento. (Aluno 7)

Assim, o auxílio moradia se apresenta como uma possibilidade para esses estudantes. Trata-se agora da importância dos auxílios estudantis na garantia da efetivação da política de acesso ao ensino superior.

### **5.3 Permanência no IFCE e auxílios estudantis: realidades entrelaçadas**

Os Institutos Federais e sua política nacional de interiorização reforçam o processo produtivo local. Eles foram pensados e direcionados para atender à mão de obra local. Por este motivo, os cursos são escolhidos em cada campus, de acordo com as realidades locais, a partir de consultas públicas. Esse conceito foi a base da política de expansão e é necessário pontuar que ele também está relacionado a todo um sistema reprodutivo de exploração dessa mesma mão de obra. Assim, é necessário garantir o fluxo de entrada, permanência e saída na IES. O auxílio moradia é essencial, portanto, para que esse fluxo aconteça.

Os auxílios estudantis são indispensáveis para o funcionamento do IFCE, em suas várias modalidades, já descritas anteriormente. Eles se fazem presentes e é uma forma de os alunos não só se manterem, mas terem também a oportunidade de apresentarem trabalhos em diversas cidades do país (auxílio acadêmico) e realizarem visitas técnicas de aprendizado com o professor (auxílios visitas técnicas).

Os auxílios que passam por critérios socioeconômicos são viabilizados a partir de edital anual: auxílio, discentes mães e pais, transporte e moradia. Através do SISAE (Sistema Informatizado de Assistência Estudantil do IFCE), os alunos realizam a inscrição que é analisada pela assistente social do campus. A análise é documental, através de entrevistas individuais e visita domiciliar, caso seja necessária. A partir daí, o aluno passa a ser contemplado com parcelas mensais de até R\$ 200,00 em cada auxílio.

Os auxílios são fundamentais para o campus, já que a realidade de muitos alunos não permitiria que eles dessem continuidade aos seus cursos sem a ajuda financeira destes. No último edital vigente, que foi em junho de 2019, 469 alunos se

inscreveram para a seleção. O campus Sobral tem o orçamento anual de R\$ 1.300.000,00 para assistência estudantil. Além dos auxílios estudantis, esse orçamento serve também para o subsídio das refeições do restaurante acadêmico e compra de materiais de apoio para os alunos: mochilas, cadernos, estojos, etc.

Assim, embora pareça um montante alto, não é suficiente para a demanda e muitos alunos reconhecem isso. A expansão foi acontecendo, mas o orçamento continua o mesmo desde 2015. Assim, todo edital que é aberto deixa vários estudantes que solicitaram fora da oferta, esse é um dos desafios do trabalho do Serviço Social: escolher os mais necessitados entre os necessitados.

Alunos de todos os cursos, superiores e técnicos, podem se inscrever para participar dos auxílios estudantis. Entretanto, pelo fato de existir um orçamento anual limitado, que há pelo menos cinco anos não sofre reajuste, nem todos os estudantes que solicitam têm o auxílio concedido.

A questão dos recursos é, de fato, um dos grandes desafios na viabilização dos auxílios. Em muitas falas dos alunos tem o fato de esse ser um ponto limitante para o recebimento: a disponibilidade orçamentária. Acompanharam-se, principalmente em 2019, primeiro ano do governo do presidente Bolsonaro, diversas notícias veiculadas pela imprensa a respeito do impacto dos cortes orçamentários na educação e principalmente nas universidades públicas. Justificando o pagamento dos serviços da dívida pública, atacam-se os direitos sociais.

Em matéria do jornal El País a situação atual é detalhada por reitores de diversas universidades do Brasil: A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) também se manifestou: “Não há eficiência administrativa que supere um corte de tamanho monte, principalmente diante das sucessivas restrições orçamentárias dos últimos anos”, afirmou a reitora Sandra Regina Goulart Almeida, em comunicado.

Já em matéria do site rádio CBN de 2018, sob o título: Universidades Federais do país só tem dinheiro para pagar contas até setembro, uma crise surgida após a PEC do teto dos gastos relata a difícil tarefa dos gestores em ter que “escolher” que contas pagar: demitir terceirizados, pagar bolsas a alunos ou pagar energia elétrica, deixando visível a difícil situação que os cortes orçamentários trouxeram às universidades.

Investimento nas universidades públicas, em pesquisa e extensão nem sempre foram prioridades dos governos. Os governos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foram conhecidos pelo grande desmonte na educação

pública e boa parte das políticas educacionais era voltada para atender interesses de investidores internacionais.

A partir desse momento e em consonância com as determinações da UNESCO para a educação do século XXI passa a existir uma reorientação e posicionamento dos governos para: fixação de objetivos e prestação de contas e uma gestão da “qualidade total” em um campo tão específico e repleto de particularidades como a educação. O governo FHC encarnou essa lógica o recurso à racionalidade técnica como meio orientador das políticas sociais (OLIVEIRA, 2009, p.201).

O primeiro governo do presidente Lula, que sucedeu a FHC, apresentava duras críticas a essa visão. Inicialmente, Lula não rompeu com tal direcionamento, mas a partir do seu segundo mandato, iniciativas importantes foram efetivadas pelo Estado para assegurar não só acesso, mas também a garantia de permanência dos estudantes em tal política, porém a realidade que está se desenhando nos dias de hoje é bem distinta: Os anos de bonança econômica, especialmente no segundo governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e primeiro governo de Dilma Roussef, chegaram a quebrar essa lógica. “A área de ciência e tecnologia cresceu, formamos milhares de doutores. Mas agora entramos em crise econômica novamente”, afirma Diniz, professor da Universidade Federal de Goiás (UFG), um dos pioneiros na pesquisa de evolução e ecologia no país.

No IFCE Sobral esta realidade já é perceptível. Além da assistência estudantil, o orçamento para custeio do campus e pagamento de despesas básicas está sendo reduzido trazendo à tona uma nova dinâmica de funcionamento. Quando perguntados nas entrevistas sobre a questão do orçamento, a fala dos alunos já reflete essa realidade.

Acho que tem pouco dinheiro para muita gente, acho que um dos motivos é a falta de interesse do governo em manter esses auxílios para os estudantes, porque, como eu disse, alguns dependem muito desse auxílio para se manter na instituição. Também acredito que o governo pode não enxergar o que é feito dentro das instituições, apesar de serem feitas muitas coisas, parece que para eles não é visível. Como o dinheiro vem do governo, acho que o que falta é o interesse deles em ver essa parte. (Aluno 1)

Eu acho que tem uma desvalorização da educação, pelo que a gente vê, pelas notícias, pelos cortes que tiveram, parece que os líderes do país não enxergam a educação como um futuro. Parece que enxergam como gasto a formação acadêmica e dos estudantes e não como um investimento a médio ou longo prazo.

Tem pouco dinheiro para muito aluno. Eu conheço vários colegas que precisam e não receberam. (Aluno 2)

Não, definitivamente não porque a gente tem uma demanda muito grande, o IFCE é formado por pessoas de fora de Sobral e muitas pessoas de fora não



têm esse dinheiro todo para se bancar e muita gente precisa realmente só que os recursos não são suficientes. Às vezes até vemos a instituição com vontade de ajudar mais os alunos, mas aí você tem um dinheiro tem que usar aquele dinheiro, não tem como usar mais e só que a demanda é muito alta. (Aluno 9)

Não, tem muitas pessoas que estão fora, que precisam e não recebem, acho que não são suficientes (Aluno 10)

Os auxílios estudantis são muitas vezes mencionados pelos alunos como um dos responsáveis pela sua permanência na Instituição, mesmo o valor pago sendo pequeno, considerando, por exemplo, o valor do salário mínimo atual. Como já mencionado, a assistência estudantil é bem mais ampla que os auxílios e visa um atendimento integral aos discentes, porém eles são de extrema importância e estão presentes em todos os campi do IFCE, mesmo os com menos alunos e orçamento mais reduzido. É importante ressaltar que, a partir de 2013, quando foi criada a Diretoria de Assistência Estudantil (DAE), as ações ficaram mais direcionadas. A criação de um departamento que estivesse diretamente responsável pela gestão da assistência estudantil foi pauta de uma greve realizada em 2012 e foi um ganho dessa mobilização, já que, a partir de então, a DAE passou a ser o órgão responsável pelo gerenciamento sistêmico da política e os campi pela execução. Atualmente, o documento em vigência que regulamenta a assistência estudantil no IFCE é a Resolução nº14, de 18 de fevereiro de 2019.

É importante contextualizar a assistência estudantil no capitalismo e em suas políticas compensatórias. Assim, sua efetivação representa muitos avanços e conquistas, porém segue repetindo a lógica dos mínimos sociais, a lógica compensatória.

Dentro desse caráter compensatório e focalizado adotado, observa-se a concessão de auxílios financeiros somente para determinados grupos de estudantes (obedecendo quase que exclusivamente aos critérios de renda), em detrimento dos equipamentos sociais e serviços de caráter mais universal, como moradia, restaurante, creche, passe livre no transporte público, acesso ao lazer, cultura, saúde, acompanhamento pedagógico, etc(SILVA, 2018, p.68).

Ao fazer uma reflexão com base em tal argumento, reflete-se que a lógica atual à assistência estudantil ainda é caracterizada pela focalização. Esse modelo de auxílio moradia termina por reforçar um mercado de aluguel que é extremamente injusto, principalmente em uma cidade em pleno crescimento. As residências universitárias poderiam ser um suporte mais seguro e estável aos alunos que, ao

dependerem dos auxílios estudantis, precisam se submeter a atrasos na liberação de pagamento, contratos de aluguel informais, com variação de preço desregulada com os valores de mercado, atendendo apenas à demanda do locatário. Além do fato de que o valor pago é bem inferior ao preço de aluguel de mercado, o que leva os alunos a dividirem, além da casa, também o quarto como forma de baratear o preço que pagam. A respeito desse tema o aluno 11 diz: “O valor é muito baixo para a região de Sobral porque Sobral é um polo universitário, o valor é muito pequeno para cá. Os aluguéis são muito caros e às vezes o dinheiro não dá para pagar todo”.

Assim, o aluno acaba por ser um consumidor individual, reforçando uma lógica que vai de encontro à totalidade e reproduz a lógica do capitalismo. Segundo Frigotto (1984, p. 160).

A ampliação do investimento na educação cumpre, pois, uma função, não de queima de excedente, mas primordialmente como inserção deste investimento dentro da estratégia do circuito do capital em geral na sustentação dos seus interesses.

Dessa forma, é preciso estar atento ao executar uma política, ter conhecimento das causas estruturais, da dinâmica institucional em que está inserida.

Frente ao que foi apresentado, vejam como alguns dos entrevistados opinam quando perguntados acerca da importância do auxílio moradia para sua manutenção no IFCE, a fim de compreender a relação do seu recebimento com a permanência destes na instituição.

Para mim o auxílio moradia é a oportunidade que eu tenho de me manter aqui, me ajuda a pagar o aluguel, aí as coisas que eu preciso são os meus pais que mandam. Para mim o auxílio moradia é essencial para minha permanência aqui. Sem o auxílio eu teria que depender exclusivamente dos meus pais e com os gastos que já temos na nossa casa seria difícil. (Aluno 1)

O auxílio fez eu me manter no curso e não faltar às aulas, melhorou meu desempenho acadêmico. (Aluno 2)

Porque como falei é uma preocupação menos (receber o auxílio). Porque se eu tenho aquele tempo para estudar sem preocupar com aluguel ou com outro tipo de coisa eu fico muito mais concentrada para estudar e me dedicar ao curso. Por receber auxílio eu vou dar muito mais valor ao tempo que eu tenho para estudar e aproveitar muito mais as oportunidades e aproveitar para estudar o máximo que eu puder. (Aluno 3)

Por conta das minhas viagens, idas e vindas para Granja, eu acordava muito cedo, 4 horas da manhã, e voltava para casa quase duas horas da tarde, então, eu não conseguia dormir, eu tinha insônia e desenvolvi essa ansiedade eu não dormia bem, então, eu piorava, faltava muita aula porque eu não conseguia acordar às vezes porque eu não dormia à noite. Então eu precisava dar um jeito de morar em Sobral para eu conseguir viver em Sobral, então, o

auxílio me ajudou a ter uma tranquilidade de eu poder ter tempo em Sobral, ter tempo para ir ao IFCE estudar e vir para casa a hora que fosse e não me preocupar com hora de acordar, perder o ônibus e não ter como vir. Eu não estava mais aguentando a rotina de acordar toda madrugada, isso me causou um problema muito grande. Além da ansiedade em acordar cedo, eu não dormia bem, não comia bem, era muita preocupação e isso me deixava muito ansiosa. O auxílio foi essencial para minha saúde mental e conseguir me formar (Aluno 13)

O auxílio significou uma certeza que consigo me manter aqui em Sobral e não me preocupar em ter que arrumar alguma coisa para, pelo menos, pagar aluguel e não ficar preocupado e não me dedicar aos trabalhos da academia. Para mim o maior impacto foi de ter essa segurança de não precisar me preocupar com esse tipo de despesa eu posso me dedicar completamente a isso para poder ter meus rendimentos melhores no IFCE. O auxílio teve uma grande influência para mim, até agora, por isso, nunca reprovei nenhuma disciplina. (Aluno 12)

O auxílio me ajudou a ter melhor desempenho, me ajudou a conseguir estudar mais, eu pude me estabilizar em um ambiente só, pude morar aqui em outra cidade, me fez desprender do vínculo familiar tive muitas experiências positivas, foram muitos pontos positivos. Devido a minha permanência eu consegui estudar mais. Eu passei a estudar na biblioteca do ifce, me senti mais seguro por isso, por ter um lugar para estudar, já que em casa, como divido aluguel, tem muita gente, eu consegui escrever artigos, escrever publicações, fazer relatórios. (Aluno 11)

Com o auxílio eu tive a plena segurança de que eu poderia continuar aqui o dia todo, manhã e tarde, e note sem me preocupar com o lado financeiro. Significou tranquilidade. Eu tive mais oportunidade de focar no que eu queria, nas coisas que a instituição me disponibilizava e essa certa tranquilidade no lado financeiro me ajudou muito, porque eu podia estar tranquilo aqui, passando o dia todo e me dedicando. (Aluno 10)

Verificou-se que o auxílio moradia, além ser a ajuda material e concreta para o pagamento do aluguel, também proporciona aos alunos a chance de terem mais tempo de dedicação aos estudos e atividades extraclasse, fundamentais para uma boa formação acadêmica. Outro ponto que foi mencionado por mais de um aluno foi a saúde mental, como o aluno 13, as viagens diárias, estradas perigosas, horários rigorosos, já que os ônibus das cidades de origem, quando disponíveis, possuem poucos horários de deslocamento e nem sempre contemplam todos os estudantes, facilitam o gatilho para processos de ansiedade. Assim, o auxílio moradia representou também segurança de não precisar realizar as viagens diárias, contribuindo com a saúde mental dos alunos.

Acredita-se que essas falas refletem o que se percebeu ao longo desse percurso: o auxílio moradia citado pelos entrevistados como um dos responsáveis pela permanência no IFCE. Mesmo com uma conjuntura desfavorável à educação, com os cortes de verbas, com o desmonte das IES, essa modalidade de auxílio segue sendo lembrada como fundamental. Os entrevistados mencionaram a situação atual quando perguntados sobre o que acham da situação atual do país.

Eu acho que tem uma desvalorização da educação, pelo que a gente vê, pelas notícias, pelos cortes que tiveram, parece que os líderes do país não enxergam a educação como um futuro. Parece que enxergam como gasto a formação acadêmica e dos estudantes e não como um investimento a médio ou longo prazo. (Aluno 1)

Eu poderia falar tantas coisas. Tá tudo muito confuso. Tá um momento muito ruim para a educação. O presidente está pensando em arrecadar dinheiro para o país cortando recursos da educação. Eu acho que isso não vai dar certo.

Acho que já tem muita consequência esses cortes. (Aluno 2)

Para mim não tem lógica o que tá acontecendo, principalmente os cortes nas instituições federais, pra gente que precisa de auxílio e tem uma renda baixa, já fica mais difícil. Para mim a educação não está sendo valorizada. Eu não gosto muito de pensar sobre isso, mas acho que mais pra frente terão muitas consequências. Acho que aqui o IFCE de Sobral, por ser maior, não vemos tanto, mas em outros menores, já vemos que falam em fechar por falta de dinheiro. (Aluno 3)

Acredito que, de certa forma, está tendo um retrocesso, acredito que para o país crescer ele tenha que investir mais em educação, então, como eles estarão querendo fazer cortes, realmente uma preocupação muito grande porque vai afetar muita gente, antigamente o número de pessoas que conseguiam ingressar na faculdade era bem menor hoje em dia abrange mais pessoas (Aluno 8)

No decorrer da pesquisa, especialmente na fala dos entrevistados, foi perceptível a importância que eles atribuem ao recebimento do auxílio moradia. O fato de conseguirem se manter em Sobral, pagarem o aluguel, certamente foi o ponto mais mencionado quando indagados acerca da importância deste. Entretanto, gostar-se-ia de destacar outros dois pontos que foram citados pelos alunos: um foi a questão de, a partir do recebimento do auxílio, eles terem sua vida estabelecida em Sobral, fato que fez com que as viagens diárias entre a cidade de origem e o IFCE acabassem. Sobre esse ponto, dois dos entrevistados mencionaram que vinham apresentando sérios problemas de ansiedade, inclusive com o uso de medicação prescrita por psiquiatra, porém, com o fim das viagens, a saúde mental teve uma melhora significativa, o que repercutiu inclusive no rendimento acadêmico. Outro ponto mencionado também por, pelo menos metade dos alunos, diz respeito à possibilidade de se alimentarem melhor a partir do recebimento do auxílio.

Evidencia-se, assim, que o auxílio moradia vai além do que se propõe, que é pagar um aluguel, ele proporcionou aos alunos entrevistados uma melhora em questões que nem eram esperadas, como alimentação e saúde mental, tendo, certamente, o alcance ampliado.

Retoma-se e reafirma-se aqui nossa escolha avaliativa pelo método de Silva (2008), no qual a autora propõe uma avaliação que entenda o público a quem a política pública se destina como diverso e permeado de contradições, assim como

nosso público pesquisado de estudantes com suas distintas trajetórias de vida. Conforme o tipo avaliação que foi escolhida para realizar esta pesquisa, alcançaram-se os resultados acima expostos e, embora ainda haja muitas questões em que se precisa avançar, como o orçamento em redução e elevação dos preços dos aluguéis, foi evidenciada a relevância do auxílio moradia para a manutenção dos alunos no IFCE – Sobral.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, desenvolveu-se um estudo a respeito da importância do auxílio moradia na permanência dos alunos no IFCE-Sobral. Acredita-se que a relevância deste debate seja para ampliar a discussão da assistência estudantil que, embora tenha uma trajetória longa, foi regulamentada através do Decreto nº 7.234 apenas em 2010. Desse modo, é uma discussão recente que ainda tem muito que ser pensada e discutida no âmbito das IES.

Conforme justificado inicialmente, nosso objetivo foi avaliar a capacidade do auxílio moradia, um dos componentes da PNAES, em garantir a permanência dos estudantes do ensino superior no IFCE campus Sobral. No intuito de se atingir esse objetivo, escolheu-se o método de avaliação de (SILVA, 2008), que foi de extrema importância para garantir o alcance dos objetivos, já que possibilitou que fosse transposta a barreira da aparência, compreendendo o processo complexo, permeado por interesses e sujeitos diversos, que é a execução da PNAES na efetivação do auxílio moradia. Este método foi fundamental, já que, além do ambiente da pesquisa, o IFCE Sobral é também o local de trabalho da pesquisadora, sendo importante para que não fosse realizado um estudo reducionista.

No decorrer desta pesquisa, pôde-se perceber que os auxílios em pecúnia, tema deste trabalho, ainda são o serviço mais lembrado e procurado da assistência estudantil. Mesmo que essa seja uma demanda importante, no caso, o objeto de estudo deste trabalho, esse fato expressa, por outro lado, uma perspectiva vinculada à reprodução das relações capitalistas na PNAES, visto que fornecer residências universitárias, por exemplo, possivelmente não alimentaria o mercado irregular dos aluguéis na cidade de Sobral e possibilitaria o acompanhamento mais efetivo de tal auxílio.

Percebeu-se que uma demanda importante que foi levantada durante a trajetória da pesquisa é a necessidade de a assistência estudantil transcender o aspecto financeiro, ser vista com uma política pública, inserida na política de educação, expressa em forma de direitos sociais.

A PNAES representou um avanço quando regulamenta e institui a assistência estudantil nas IES, pois foi a partir daí que as instituições não só passaram a receber mais recursos como mais profissionais precisaram ser recrutados para

executá-la, aumentando, além da quantidade de alunos beneficiados, mas também o espaço ocupacional de assistentes sociais, executores da política.

No trajeto desta pesquisa, refletiu-se que a assistência estudantil, mesmo sendo um direito social, pensada na democratização do acesso ao ensino, continua focada em critérios socioeconômicos, o que nos leva a refletir acerca da necessidade de sua universalização.

No que concerne às fragilidades, destaca-se mais uma vez a questão do orçamento que, mesmo ainda não tendo tido redução significativa, está defasado, já que o número de alunos aumenta e o orçamento continua o mesmo há seis anos, dando assim menos oportunidades de mais alunos serem beneficiados.

A demanda por ações da assistência estudantil é crescente. Então, ficou evidente durante esse trajeto que, afora a ampliação, faz-se necessário que se tenha qualidade, considerando a teia complexa em que se localiza tal política. Neste caso, tem-se, de um lado, a Constituição Federal de 1988 colocando a educação enquanto direito social, a PNAES, garantindo a execução de ações de assistência estudantil e, de outro, as exigências neoliberais e as prioridades do governo do presidente Bolsonaro, que passam bem distante da valorização e investimento em educação pública. O contexto atual é desafiador; aumento de cortes e desresponsabilização do Estado frente a diversas demandas que exigiriam políticas públicas efetivas como resposta.

Ressalta-se, a partir da pesquisa, a importância da assistência estudantil, não como possibilidade de democratização do ensino, mas também intervindo em questões que vão além do IFCE; situações decorrentes das precárias condições socioeconômicas as quais os discentes estão submetidos, presentes tanto na fala dos alunos como nas observações da pesquisadora.

Outros elementos apreendidos no percurso da pesquisa foram os aspectos históricos, de fundamental importância, para que o caminho até nosso objeto fosse traçado.

Com base nos dados gerados a partir dessa pesquisa, é possível concluir que o auxílio moradia é efetivo para garantir a permanência dos alunos no IFCE – Sobral, todos os entrevistados relataram que, caso não o recebessem, possivelmente, não estariam cursando o ensino superior na instituição. Somado a isso, há o fato de que o recebimento de tal auxílio contribui até em outras atividades da instituição, fora a sala de aula, tornando mais completa a formação dos alunos. Assim, a assistência

estudantil, por meio do auxílio moradia, tem grande relevância no IFCE, dando condições de os alunos permanecerem na instituição.

Deste modo, fica evidente a importância da avaliação de políticas públicas, principalmente para apresentar aos gestores, poder público e sociedade civil tanto os potenciais como as fragilidades que a política apresenta ao longo da sua execução, instigando possíveis mudanças e reformulações desta.

A pesquisa com os alunos também evidenciou alguns pontos que foram importantes ressaltar neste momento. O primeiro diz respeito à necessidade de o orçamento da assistência estudantil ser corrigido aos mesmos patamares de 2012: senão pela inflação do período, pelo custo aluno per capita corrigido também para o período 2012-2020, o que se entende como um embate necessário ainda mais em tempos de retrocessos. Outro ponto é sobre a construção ou aluguel de uma residência universitária que atenda aos alunos do IFCE Sobral como forma de minimizar o impacto sobre os preços do aluguel e também otimizar o acompanhamento do auxílio. Também se refletiu, a partir da pesquisa, sobre a necessidade de ampliação da participação social dos alunos na execução da PNAES, de forma a ter voz não só nos destinos dos recursos, mas também na implementação desta. É fundamental que a juventude, alvo do programa, possa contribuir nesses pontos. Deste modo, pretende-se apresentar os resultados desta pesquisa para os alunos do IFCE e também para a comunidade acadêmica com o objetivo, não de só de visibilizar os achados, mas também instigar a participação dos alunos no planejamento e execução da PNAES

Por fim, deixa-se claro o entendimento de que o ciclo de uma pesquisa não se completa, pois é de sua natureza gerar conhecimento e novos questionamentos. E é aqui que reside a riqueza de uma pesquisa, a possibilidade de se estar sempre buscando respostas em meio a diversos processos sociais.



## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena. Espaços de juventude. *In*: FREITAS, Maria Virginia; PAPA, Fernanda Carvalho (org.). **Políticas públicas**: Juventude em pauta. São Paulo: Cortez: ação educativa, acessória, pesquisa e informação. Fundação Friedrich Ebert, 2003. p. 219-228.

AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, DF, n. 23, p. 262-286, jun. 1999.

BACELAR, Tânia. As políticas públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. *In*: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos (org.). **Políticas públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiro municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003. p. 1-16.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEHRING. Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete (org.). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING. Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2007.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, SariKnopp. **Qualitative research for education**: an introduction to the oryand methods. Boston: Allynand Bacon, 1982.

BRASIL. **Estatuto da juventude**: atos internacionais e normas correlatas. Brasília, DF: Senado Federal, 2013.103 p.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 2008. cap. 2, p. 20.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em:10 jan. 2019.

BRASIL. [Constituição (1967)]. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 24 de janeiro de1967**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm). Acesso em: 12 ago. 2018.

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946**. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em: 14 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto Federal n.º 6.096 de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 2007a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto Federal n.º 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm). Acesso em: 5 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto Federal nº 69.927, de 13 de janeiro de 1972**. Institui em caráter nacional, o Programa "Bolsa de Trabalho". Brasília, DF: Palácio do Planalto, 1978. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69927-13-janeiro-1972-418292-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 12 ago.2018.

BRASIL. **Decreto Federal nº 19.851/31**. Rio de Janeiro, 1931. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001570.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2018.

BRASIL. Fórum de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Brasília, DF: Fórum de Assuntos Comunitários e Estudantis, 2007b.

BRASIL. **Lei Federal n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os institutos federais de educação, ciência e tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 10ago. 2018.

BRASIL. **Lei Federal n.º 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2014a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso em: 5 fev. 2018.

BRASIL. **Lei Federal n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1961. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. **Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.

BRASIL. **Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8069.htm). Acesso em: 12 ago. 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Os três ciclos da sociedade e do estado. **Perspectivas**: revista de Ciências Sociais, São Paulo, v. 41, p.193-208, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/5625/4428>. Acesso em: 10 jan. 2019.

CAMPOS, Ivete Maria Barbosa Madeira. **Gastos públicos com as Universidades Federais**: uma análise do processo decisório no MEC-1995-2010. Brasília, DF: [s. n.], 2015.

CAVALHEIRO, Josiela Silveira. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais gaúchos e o trabalho do Assistente Social**: alcance, perspectivas e desafios. Pelotas: UCPEL, 2013.

CEARÁ. **Lei Complementar n. 168, de 27 de dezembro de 2016.** Fortaleza: ALECE, 2016. Disponível em: <https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/ementario/lc.htm>. Acesso em: 13 out. 2019.

IBGE. **Censo IBGE 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=249230%3c>. Acesso: 10 ago. 2018.

CHACON, Suely Salgueiro. **O sertanejo e o caminho das águas**: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semiárido. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2007.

CISLAGHI, J. F.; SILVA, M. T. O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni: ampliação de vagas versus garantia de permanência. **Revista SER Social**, Brasília, DF, v. 14, n. 31, p. 489-512, jul./dez. 2012.

COLLARES, Ana Cristina M. Uma questão de método: desafio da pesquisa quantitativa na sociologia. **Ideias**: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, v. 4, p. 109-135, 2013.

COSTA, João Bosco Araújo. **A resignificação do local**: o imaginário político brasileiro pós 80. São Paulo: SEADE, 1996.

COSTA, Valeriano. Políticas Públicas no Brasil: uma agenda de pesquisas. **Rev. Inst. Filos. Ciênc. Hum.**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 135-166, jul./dez. 2015.

DAYRELL, Juarez. **A música entra em cena**: o rap e o funk na socialização da juventude. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior: democratização, acesso e permanência. *In*: PAULA, Maria de Fátima Costa de; LAMARRA, Norberto Fernandez. **Reformas e democratização da educação superior no Brasil e na América latina**. Aparecida: Ideias & Letras, 2011. p.121-152.

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco (org.). **Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e movimento hip hop**. São Paulo: Annablume: Fortaleza: Secretária da Cultura e do Desporto, 1998.

ESTENSSORO, Luis. **Estado e políticas públicas no Brasil: questões pendentes**. São Paulo: [s. n.], 2011. Disponível em: <https://docslide.com.br/education/estado-e-politicas-publicas-no-brasil-luis-estenssoro.html>. Acesso em: 9 jan. 2018.

FARIAS JUNIOR, Carlos de. **O pensamento econômico de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cariu**. São Paulo: USP, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Histórias e memórias conjugadas em documento. *In*: FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS, 2012, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia: ANDIFES, out. 2012. Disponível em: [http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista\\_fonaprace\\_25\\_anos.pdf](http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista_fonaprace_25_anos.pdf). Acesso em: 12 jan. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FREITAS, I. C. M.; BRAGA, José Ricardo M. Universitários Viajantes: suas práticas e sociabilidades. **O público e o privado**, Fortaleza, v. 21, p. 91-110, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez Editora, 1984.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

FURTADO, Celso. **Brasil, a construção interrompida**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 4. ed. Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GROPPO, Luís Antonio. A juventude como categoria social. *In*: GROPPPO, Luís Antonio. **Ensaio sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000. p. 727.

GUSSI, Alcides Fernando. **A dimensão cultural na avaliação de políticas públicas**. Trabalho preparado para sua apresentação no Congresso Latino-Americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-Americana de Ciência Políticas (ALACIP), 9., 26 a 28 jul. 2017, Montevideu. Disponível em: <http://www.congressoalacip2017.org/arquivo/downloadpublic2?q=YTToyOntzOjY6lnBhcmFtcyl7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUIFVSVZPIjtzOjQ6ljlzMDgiO30iO3M6MToiaCI7czozMjoiNGJmYjQ4YzQ2MDU2YThmOTExMTEZWQ0OGE0MTZmYTciO30%3D>. Acesso em: 12 fev. 2019.

GUSSI, Alcides Fernando. Apontamentos teóricos e metodológicos para a avaliação de programas de microcrédito. **AVAL: Revista Avaliação de Políticas Públicas**, ano 1, v.1, n.1, p 29-39, jan./jun. 2008.

GUSSI, Alcides Fernando. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 24, p. 7-16, jun. 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HONORATO, Tony. A reforma Sampaio Dória: professores, poder e figurações. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 1279-1302, out./dez. 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-62362017000401279&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362017000401279&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 23 jan. 2021.

HOWLETT, Michael. **Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora**. Michael Howlett, M Ramesh, Anthony Perl. Tradução técnica: Francisco G. Heidemann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IPECE. Ceará. **Secretaria de Planejamento**. Disponível em: [http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/pdf/regiao\\_metropolitana\\_sobral.pdf](http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/pdf/regiao_metropolitana_sobral.pdf) Acesso em: 6 out. 2019.

LEFF, Enrique. Complexidade, Racionalidade, Ambiental e Diálogo de Saberes. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 34, n. 3, p. 17-24, set./dez. 2009.

LEFF, Nathaniel H. Uma perspectiva a longo prazo do desenvolvimento e do subdesenvolvimento brasileiros. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 147-168, 1972.

LEITE, Pedro Sisnando. **Novo enfoque do desenvolvimento econômico e as teorias convencionais**. Fortaleza: Imp. Universitária, 1983.

LYRA TAVARES, Aurélio de. **Aristides Lobo e a República**. Rio de Janeiro: Coleção Documentos Brasileiros, 1987. v. 205.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira, Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais, **Acta Cir. Bras.**, São Paulo, v. 17, supl. 3, p. 04-06, 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-86502002000900001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502002000900001&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 23 jan. 2021.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de; VIEIRA, Sofia Lerche. **Pesquisa educacional: o prazer de conhecer**. UECE: Edições Demócrito Rocha, 2001.

MENGA, Ludke; MARLIE. D. A, André. **Pesquisa em educação: uma abordagem qualitativa**. São Paulo: EPU, 1986.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **RBPAE**, Brasília, DF, v. 25, n. 2, p. 197-209, maio/ago. 2009.

OLIVEIRA, Regiane. Os primeiros efeitos da asfixia financeira de Bolsonaro sobre as ciências do Brasil. **El País**, São Paulo, 6 maio 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/02/politica/1556819618\\_348570.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/02/politica/1556819618_348570.html). Acesso em: 23 jan. 2020.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Família, pobreza e gênero: o lugar da dominação masculina**. Fortaleza: EDUECE, 2001.

PERROUX, François. O conceito de pólos de crescimento. *In*: J. SCHARTZMAN. **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

PIKETTY, Thomas. **A economia da desigualdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

PREBISCH, Raúl. A mística do equilíbrio espontâneo da economia. Santiago: Biblioteca de la CEPAL. Mimeografado (1953). *In*: ROBILLOTI, Paulo César das Neves Sanna. **O desenvolvimento capitalista na obra de Maria da Conceição Tavares: influências teóricas, economia política e pensamento econômico**. Dissertação orientada por Paulo César das Neves Sanna Robilloti. Campinas: [s. n.], 2016.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROBILLOTI, Paulo César das Neves Sanna. **O desenvolvimento capitalista na obra de Maria da Conceição Tavares: influências teóricas, economia política e pensamento econômico**. Campinas: [s. n.], 2016.

RODRIGUES, Carvalho Lea. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Aval Revista Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, n. 1, p. 7-16, jan./jun. 2008.

RODRIGUES, Carvalho Lea. Método experiencial e avaliação em profundidade: novas perspectivas em políticas públicas. **Desenvolvimento em Debate**, Rio de Janeiro, v.4, n. 1, p 103-115, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Para ampliar o cânone democrático**. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

SAVIANI, Dermeval (org.). **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007. 266 p.

SCHINDLER, Norbert. Os tutores da desordem: rituais da cultura juvenil nos primórdios da era moderna. *In*: LEVI, Giovanni; SCHIMITT, Jean Claude (org.). **História dos jovens**: da antiguidade à era moderna. Trad. Br. Cláudio Marcondes, Nison Moulin, Paulo Neves. São Paulo: Companhia das letras, 1996. p. 265-324.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SILVA, Flavia Régia Holanda da. **Pensar o serviço social, eis a ousadia**: a dimensão pedagógica da profissão na particularidade da Política de Assistência Estudantil do IFCE. Mossoró: RN, 2018. 133 p.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Avaliação de políticas e programas sociais**: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: Veras Editora; São Luiz: GAEPP, 2008.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Construindo uma proposta metodológica participativa para desenvolvimento da pesquisa avaliativa: uma contribuição da teoria crítica para a prática do Serviço Social. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 222-233, ago./dez. 2012.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Tradução de Alexandre Amaral Rodrigues e Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

SUMMERHILL, William Roderic. **Trilhos do desenvolvimento**: as ferrovias no crescimento da economia brasileira, 1854-1913. São Paulo: Alfabeta, 2018.

SCHINDLER, Norbert. Os tutores da desordem: rituais da cultura juvenil nos primórdios da era moderna. *In*: LEVI, Giovanni; SCHIMITT, Jean Claude (org.). **História dos jovens**: da antiguidade à era moderna. Trad. Br. Cláudio Marcondes, Nison Moulin, Paulo Neves. São Paulo: Companhia das letras. 1996. p. 265-324.

VIEIRA, Danilo Jorge. Evolução do ensino superior brasileiro em período recente: novas perspectivas para o desenvolvimento regional? *In*: MONTEIRO NETO, Aristides; CASTRO, César Nunes de; BRANDÃO, Carlos Antonio (org.). **Desenvolvimento regional no Brasil**: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. p. 278-302.

VILLELA, André Arruda. Desenvolvimento econômico em perspectiva histórica. *In*: VELOSO, Fernando *et al.* (org.). **Desenvolvimento econômico**: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013, v. 1, p. 63-88.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. Disponível em: [https://www.andifes.org.br/wp-content/files\\_flutter/1377182836Relatorio\\_do\\_perfi\\_dos\\_estudantes\\_nas\\_universidades\\_federais.pdf](https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1377182836Relatorio_do_perfi_dos_estudantes_nas_universidades_federais.pdf). Acesso em: 8 ago. 2019.



**APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Prezada,

Eu, CAROLINE DE OLIVEIRA BUENO, responsável pela pesquisa intitulada:

**CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DO AUXÍLIO MORADIA EM GARANTIR A PERMANÊNCIA NO IFCE SOBRAL**, sob orientação da

Prof<sup>a</sup>. Dra Suely Salgueiro Chacon, estamos convidando você para participar como voluntário dessa pesquisa. Ressaltamos que **você não deve participar contra a sua vontade**. O objetivo principal deste estudo é avaliar qual a capacidade do auxílio moradia, no âmbito do ensino superior, em garantir a permanência dos estudantes no IFCE Sobral. Aceitando participar da pesquisa, através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, será aplicado um questionário e realizada uma entrevista semiestruturada com você sobre questões relacionadas ao auxílio moradia e assistência estudantil no Instituto Federal do Ceará campus Sobral. Ressalta-se ainda que a qualquer momento você poderá obter informações sobre esse estudo. Garantimos que as informações conseguidas através de sua participação não permitirão a identificação de sua pessoa, exceto aos responsáveis pela pesquisa, e que a divulgação das informações mencionadas somente será feita entre os profissionais estudiosos do assunto. Reiteramos que as informações concedidas pelos participantes deste estudo serão sigilosas e estão de acordo com o que rege a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. É importante enfatizar ainda que sua identidade não será divulgada em nenhum momento e que você tem o direito de pedir para retirar seu consentimento, declinando da condição de participante da pesquisa a qualquer momento, sem causar nenhum transtorno ou malefício a você. Em qualquer período estaremos disponíveis para esclarecimentos referentes à pesquisa, pelos telefones/endereço da pesquisadora, abaixo descritos.

**Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – Centro de Ciências Agrárias – Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas – MAPP.**

**Endereço: Avenida Mister Hull, 2977, Bloco 873, Campus do Pici – Fortaleza.**

**Telefone para contato: 85- 33667435 - 88- 992473433**

**ATENÇÃO:** Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8346/44. (Horário: Das8h às 12h, de segunda a sexta-feira).

O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

O abaixo assinado \_\_\_\_\_, \_\_\_\_anos, RG: \_\_\_\_\_, declara que é de livre e espontânea vontade que está como participante dessa pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro ainda estar recebendo uma via assinada deste Termo.

Sobral, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome do participante da pesquisa	Data	Assinatura
Nome do pesquisador principal	Data	Assinatura
Nome do profissional que aplicou o TCLE	Data	Assinatura

## APÊNDICE B – TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “**CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DO AUXÍLIO MORADIA EM GARANTIR A PERMANÊNCIA NO IFCE SOBRAL**”, realizado pela pesquisadora Caroline de Oliveira Bueno, estudante do curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade federal do Ceará- UFC, sob a orientação da professora Dra. Suely Salgueiro Chacon, professora da Universidade Federal do Ceará-UFC, o qual terá o apoio desta Instituição.

Sobral, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

Eliano Vieira Pessoa  
Diretor do campus Sobral

## APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO

### 1. Identificação do (a) Estudante

a) Município origem: \_\_\_\_\_

Localidade: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

b) Estado Civil: \_\_\_\_\_ Tem filhos? ( ) Não ( ) Sim. Quantos? \_\_\_\_\_

c) Quanto a sua sexualidade você se considera: ( ) Homossexual ( ) Heterossexual ( ) Transexual ( ) Bissexual ( ) Travesti ( ) Outra \_\_\_\_\_ ( ) Não sei

d) Etnia: ( ) Negro ( ) Branco ( ) Indígena ( ) Pardo ( ) Quilombola

e) Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

### 2. Composição familiar

#### 2.1. Quantas pessoas vivem na sua casa?

\_\_\_\_\_

2.2 Sobre a composição da renda mensal (membros da família que possuem renda), incluindo o (a) estudante:

PARENTESCO	IDADE	PROFISSÃO/OCUPAÇÃO	RENDA MENSAL (Não considerar benefícios assistenciais)
			<input type="checkbox"/> Trabalho Formal <input type="checkbox"/> Trabalho Informal <input type="checkbox"/> Pensão _____  <input type="checkbox"/> Aposentadoria <input type="checkbox"/> Não Possui Renda Média da R.M: R\$ _____
			<input type="checkbox"/> Trabalho Formal <input type="checkbox"/> Trabalho Informal <input type="checkbox"/> Pensão _____  <input type="checkbox"/> Aposentadoria <input type="checkbox"/> Não Possui Renda Média da R.M: R\$ _____
			<input type="checkbox"/> Trabalho Formal <input type="checkbox"/> Trabalho Informal <input type="checkbox"/> Pensão _____  <input type="checkbox"/> Aposentadoria <input type="checkbox"/> Não Possui Renda Média da R.M: R\$ _____

			( ) Trabalho Formal ( ) Trabalho Informal ( ) Pensão _____ _____ ( ) Aposentadoria ( ) Não Possui Renda Média da R.M: R\$ _____
			( ) Trabalho Formal ( ) Trabalho Informal ( ) Pensão _____ _____ ( ) Aposentadoria ( ) Não Possui Renda Média da R.M: R\$ _____

2.3. Média da Renda Mensal: \_\_\_\_\_ Média da Renda Per Capita: \_\_\_\_\_

2.4 .Você ou sua família recebe algum benefício da Assistência Social: ( ) Bolsa Família

( ) Benefício Variável Jovem (BVJ) ( ) Seguro Safra ( ) Benefício de Prestação Continuada – BPC ( ) Outro(s):

2.5 Quem recebe? \_\_\_\_\_

Valor do(s) benefício(s) recebido(s):R\$ \_\_\_\_\_

3. Com que idade começou a trabalhar? \_\_\_\_\_ ( ) Nunca trabalhei

3.1 Já exerceu trabalho NÃO remunerado? ( ) Sim ( ) Não Qual(is):

3.2 Já exerceu trabalho formal (Regido pela Lei Trabalhista)? ( ) Sim ( ) Não Por quanto tempo? \_\_\_\_\_

4. Sobre Assistência Estudantil

4.1 Descreva quais ações /serviços você entende como assistência estudantil no campus Sobral?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4.2 Já participou de alguma ação/ atividade ou programa de assistência estudantil? Sim ( ) não( ) quais? \_\_\_\_\_

4.3 Você entende assistência estudantil como? (Pode ser marcado mais de um item)  
( ) Auxílio financeiro aos estudantes mais pobres  
( ) Um serviço voluntário da Instituição

- Sem impacto para a permanência e o êxito dos estudantes no campus
- Vai além do caráter financeiro, pois trabalha outras dimensões do processo formativo
- Não tenho opinião formada sobre o assunto

4.4 Os serviços prestados pela assistência estudantil têm algum impacto no processo formativo dos (as) estudantes?  Sim  Não

Justifique:

---

---

---

---

4.5 Você considera que o auxílio moradia pode contribuir com a permanência dos alunos no IFCE: Sim  Não

De que forma? \_\_\_\_\_

## APÊNDICE D – ENTREVISTA

1. Qual a importância do curso que você escolheu para o seu município de origem? E para sua família?
2. Você consegue perceber contribuição da sua formação para o desenvolvimento da região?
3. Você já tinha saído da sua cidade de origem para morar em outra cidade antes?
4. Você acredita que os recursos disponíveis são suficientes para o atendimento à demanda?
5. Considera que o auxílio moradia tem favorecido a sua permanência e de outros estudantes em situação de vulnerabilidade econômica na universidade?
6. Acredita que o auxílio moradia tem contribuído para o desempenho seu e dos demais alunos que são beneficiados por ele?
7. Acredita que previne situações de retenção e evasão?
8. Quais aspectos positivos e negativos você visualiza enquanto beneficiário do programa? Quais desafios e como pode ser melhorado?
9. Acredita que a Assistência Social está vinculada à inclusão social? Porquê?
10. Fale um pouco da sua trajetória de vida acadêmica. O que você deseja ou acredita que vá acontecer com a obtenção do grau superior/ técnico?
11. Acredita que a assistência estudantil tem contribuído para tanto?
12. Quais as principais dificuldades que você teve ao deixar a sua cidade de origem para vir morar em Sobral?
13. Quais os pontos positivos deste fato?
14. Quais os principais desafios que você enfrentou para chegar até aqui?

## APÊNDICE E – FOTOS

**Figura 2 - Assembleia com alunos para decidir orçamento da assistência estudantil e avaliar ações**



Fonte: Arquivo pessoal

**Figura 3 - Fala de aluno na Assembleia da Assistência Estudantil**



Fonte: Arquivo pessoal



**Figura 4- Colação de grau**



Fonte: <https://ifce.edu.br/sobral>

**Figura 5- Bloco didático, espaço de interação dos alunos**



Fonte: <https://ifce.edu.br/sobral>

## ANEXO A – EDITAL PARA CONCESSÃO DE AUXÍLIOS 2019.1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

### EDITAL DE SELEÇÃO DE AUXÍLIOS AOS ESTUDANTES Nº 01 /2019

O Diretor do *Campus Sobral*, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, no uso de suas atribuições administrativas, divulga, pelo presente Edital, o processo seletivo e os critérios para concessão e cadastro de reserva de auxílios **transporte, moradia e discentes mães/pais** aos discentes do IFCE, no período letivo de 2019.1 e 2019.2, obedecendo à Resolução nº 14, de 18 de fevereiro de 2019, CONSUP/IFCE.

#### 1. Do Objetivo

Ampliar as condições de permanência e apoio à formação acadêmica dos discentes regularmente matriculados no IFCE *Campus Sobral*, por meio de auxílios, em forma de pecúnia, na perspectiva de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e prevenir situações de retenção e evasão decorrentes de vulnerabilidade social.

#### 2. Dos Requisitos de Participação

- 2.1. Atender às exigências do regulamento de auxílios aos estudantes do IFCE, aprovado na Resolução nº 14/2019.
- 2.2. Observar as exigências deste Edital.
- 2.3. Estar matriculado no semestre em curso.
- 2.4. Haver disponibilidade de recurso no orçamento do *Campus*.

#### 3. Dos auxílios e vagas disponíveis

Para efeito deste Edital, o processo seletivo se destina ao preenchimento de vagas, por auxílio, consoante a seguinte distribuição:

Auxílio	Quantidade de vagas
Discentes mães e pais	A depender do orçamento
Transporte	A depender do orçamento
Moradia	A depender do orçamento

#### **4. Das Modalidades e Requisitos para Concessão de Auxílios**

4.1. AUXÍLIO-MORADIA – subsidia despesas com habitação para locação ou sublocação de imóveis para discentes, com referência familiar e residência domiciliar fora da sede do município, onde está instalado o *campus*, pelo período de 01 (um) ano, tendo como requisitos específicos:

4.1.1. Ser domiciliado em outro País, Estado, Município ou Distrito, fora da sede do *campus*, em que está matriculado;

4.1.2. Comprovar despesas com locação de imóvel, por meio de contrato de locação ou declaração do locador (ANEXO I); e

4.1.3. Comprovar o endereço de origem.

**4.1.4. Apresentar comprovantes mensais de pagamento do aluguel, caso tenha o auxílio concedido.**

4.2. AUXÍLIO TRANSPORTE – subsidia despesas no trajeto residência/*campus*/residência, nos dias letivos, no período de 01 (um) ano, desde que cumpra o requisito específico:

4.2.1. Utilizar, prioritariamente, transporte coletivo ou similar, no trajeto residência/*campus*/residência;

4.3. AUXÍLIO-DISCENTES MÃES/PAIS – subsidia despesas de filho(s) de até 06 (seis) anos de idade ou com deficiência, sob sua guarda, sendo permitida a concessão para 02 (dois) filhos, no período de 01 (um) ano, que cumpra os requisitos específicos:

4.3.1. Ter filho (s) sob sua guarda;

4.3.2. Apresentar certidão de nascimento ou RG do (s) filho (s) com até 06 (seis) anos de idade; ou

4.3.3. Ter filho (s) com deficiência, comprovada por laudo médico.

#### **5. Da Inscrição**

Os estudantes deverão se inscrever no período de 01/04/2019 a 16/04/2019, observando o seguinte:

5.1 A inscrição deverá ser realizada pelo estudante no Sistema Informatizado da Assistência Estudantil - SISAE, preenchendo todas as etapas indicadas no Sistema e anexando as documentações solicitadas, inclusive a cada solicitação de auxílio;

5.2 As informações prestadas e a documentação apresentada são de responsabilidade do declarante, na forma da Lei;

5.3 A inscrição, assim como a concessão dos auxílios, poderá ser invalidada e/ou cancelada a qualquer tempo, mediante verificação de inexatidão ou não veracidade das informações prestadas;

5.4 Serão indeferidas as inscrições nas situações discriminadas abaixo, não cabendo recurso:

5.4.1 com quaisquer uns dos campos do formulário socioeconômico não preenchido, ou preenchido de forma incorreta;



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

5.4.2 com a documentação incompleta (ex: ausência de algum comprovante de renda/declaração de renda de algum membro da família);

5.4.3 documentação desatualizada;

5.5 A falta de qualquer documento correspondente ao auxílio solicitado implica o indeferimento da inscrição, não cabendo recurso.

## 6. Da Documentação

### 6.1. Documentação para todos os auxílios:

6.1.1. Cópia do comprovante de renda mensal familiar (**de todos os membros da família**); caso não o possua, apresentar a declaração de renda (**Anexo I**) dos familiares ou do estudante, referente aos últimos três meses da data de publicação do Edital;

6.1.2. Declaração de que não exerce atividade remunerada, do candidato e demais membros do grupo familiar maiores de 18 anos que partilham da mesma renda, quando for o caso;

6.1.3. Cópia do comprovante de residência, com validade de até três meses da data de publicação do Edital;

6.1.4. Comprovante de inscrição no cadastro único (**quando houver**);

6.1.5. No caso de discentes menores de idade deve ser fornecida a declaração de responsabilidade das informações prestadas pelo discente menor de idade constante no ANEXO III do edital, devidamente assinada pelo responsável legal.

### 6.2 Cópia do cartão bancário

#### 6.2. São comprovantes de renda:

##### 6.2.1. Trabalhadores Assalariados:

6.2.1.1. Contracheques;

6.2.1.2. Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física, acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver;

6.2.1.3. Carteira de Trabalho e Previdência Social, registrada e atualizada;

6.2.1.4. Carteira de Trabalho e Previdência Social, registrada e atualizada ou carnê do INSS com recolhimento em dia, no caso de empregada doméstica;



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

6.2.1.5.Extrato atualizado da conta vinculada do trabalhador no FGTS; e

6.2.1.6.Extratos bancários dos últimos três meses.

#### **6.2.2. Trabalhadores que exercem Atividade Rural:**

6.2.2.1 Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física, acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver;

6.2.2.2.Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica;

6.2.2.3.Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao candidato ou a membros da família, quando for o caso;

6.2.2.4.Extratos bancários dos últimos três meses, pelo menos, da pessoa física e das pessoas jurídicas vinculadas; e

6.2.2.5.Notas fiscais de vendas.

#### **• Aposentados e Pensionistas:**

6.2.3.1.Extrato recente do pagamento de benefício;

6.2.3.2.Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física, acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver; e

6.2.3.3.Extratos bancários dos últimos três meses.

#### **• Autônomos e Profissionais Liberais:**

6.2.4.1.Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física, acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver;

6.4.2.2.Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao candidato ou a membros de sua família, quando for o caso;

6.4.2.3.Guias de recolhimento ao INSS com o comprovante de pagamento do último mês, compatíveis com a renda declarada; e

6.4.2.4.Extratos bancários dos últimos três meses.

#### **• Rendimentos de Aluguel ou Arrendamento de Bens Móveis e Imóveis:**





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

6.2.5.1. Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física, acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver;

6.2.5.2. Extratos bancários dos últimos três meses;

6.2.5.3. Contrato de locação ou arrendamento, devidamente, registrado em cartório, acompanhado dos três últimos comprovantes de recebimentos.

**6.3. São consideradas documentações específicas, por modalidade de auxílio, aquelas informadas no item 4 deste Edital.**

#### **7. Do Processo de Seleção**

##### **7.1. A seleção dar-se-á por meio de quatro etapas:**

7.1.1. Inscrição do estudante no SISAE, com cópias anexas de todos os documentos comprobatórios;

7.1.2. Análise documental pelo Serviço Social;

7.1.3. Entrevista realizada pelo Serviço Social (se necessário); e

7.1.4. Visita domiciliar realizada pelo Serviço Social (se necessário).

#### **8. Do Resultado**

8.1. Será divulgado no dia **04/06/2019**, disponível no SISAE.

8.2. Cabe ao candidato acompanhar os resultados do processo, bem como tomar as providências necessárias para sua participação no Programa.

8.3. Não será fornecida, em hipótese alguma, informação de resultado por telefone.

#### **9. Dos Recursos**

**9.1. O recurso contra resultado da seleção será interposto em requerimento no SISAE no dia 05/06/2019.**

9.2. Durante o período de recurso o estudante poderá apresentar novos documentos **(que não sejam os exigidos no edital para a inscrição)** que julgar convenientes para embasar o seu pedido de revisão.

9.3. Julgado procedente o recurso contra o resultado, o candidato terá sua inclusão no Programa de Assistência Estudantil na modalidade de auxílio solicitada, levando em consideração a sua classificação e a disponibilidade orçamentária do campus.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

#### 10. Do Cronograma

ATIVIDADE	PERÍODO	LOCAL
Divulgação do Edital	27/03/2019	www.sisae.ifce.edu.br
Inscrição	01/04/2019 a 16/04/2019	www.sisae.ifce.edu.br
Análise documental	13/05 a 30/05/2019	Restrita ao Serviço Social
Entrevistas	13/05 a 30/05/2019	Setor de Serviço Social
Divulgação do resultado	04/06/2019	www.sisae.ifce.edu.br
Interposição de recurso	05/06/2019	www.sisae.ifce.edu.br
Divulgação do resultado dos recursos	11/06/2019	www.sisae.ifce.edu.br

#### 11 Das Disposições Gerais

11.1. Os auxílios são condicionados à liberação de recursos orçamentários pelo Ministério da Educação (MEC) e Ministério do Planejamento, orçamento e gestão (MPOG) podendo ocorrer atrasos, suspensão ou cessão por parte desses órgãos.

11.2. O auxílio será pago somente por meio de transferência eletrônica em conta bancária em nome do beneficiário.

11.3. A falta de qualquer documento comprobatório implica o indeferimento do pedido de inscrição.

11.4. Os casos omissos serão apreciados pelo Serviço Social, junto à Diretoria de Assuntos Estudantis do IFCE.

**11.5. Após a divulgação do resultado, os/as estudantes selecionados têm o prazo de 05 (cinco) dias úteis para informar, no SISAE, os dados bancários CORRETOS**, atentar para números de agência e conta corrente, sob pena de perda do auxílio. O prazo para correção dos dados, em caso de erro, será até o recebimento do primeiro auxílio. Após esse prazo o auxílio poderá ser suspenso.

11.6. A conta bancária deverá estar no nome do estudante, não se admitindo o pagamento de auxílio em contas de outras pessoas ou conta conjunta.

11.7. Durante o semestre, se houver desistência ou desligamento de beneficiário, poderão ser concedidos novos auxílios para estudantes, levando em consideração a disponibilidade financeira do *Campus* e o perfil socioeconômico do discente.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

11.8. O pagamento do auxílio poderá ser cancelado a qualquer momento, caso seja comprovada falsidade e/ou omissão de informações que possam ter beneficiado o estudante no momento da seleção.

11.9. Após divulgado o resultado da seleção, o Serviço Social do *Campus*, poderá, ao seu critério, realizar entrevistas e/ou visitas domiciliares aos estudantes selecionados.

11.10. Em caso de desistência de qualquer auxílio, o estudante deverá entregar formulário de informação de desistência de auxílio no setor de Serviço Social do *Campus*.

11.11. Os auxílios discentes mães e pais e transporte serão pagos até o valor de R\$180,00 e o auxílio moradia R\$ 200,00.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do (a) Assistente Social Assinatura do (a) Coordenador (a) de Assuntos Estudantis